



# DIÁRIO da Assembleia da República

VIII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1999-2000)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 31 DE MAIO DE 2000

Presidente: Ex.<sup>mo</sup> Sr. António de Almeida Santos

Secretários: Ex.<sup>mos</sup> Srs. José Ernesto Figueira dos Reis  
Manuel Alves de Oliveira  
António José Carlos Pinho

## SUMÁRIO

O Sr Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 10 minutos

**Antes da ordem do dia** — Deu-se conta da entrada na Mesa do projecto de lei n° 215/VIII e da apreciação parlamentar n° 20/VIII, bem como da apresentação de requerimentos e da resposta a requerimentos

O Sr Deputado Honório Novo (PCP), ao assinalar o Dia do Pescador, chamou a atenção do Governo para a resolução dos problemas que afectam os pescadores e o sector das pescas em Portugal

A Sr <sup>4</sup>Deputada Rosa Maria Albernaz (PS) falou dos direitos humanos e homenageou Aristides de Sousa Mendes, que dedicou a sua vida à defesa dos mais elementares direitos e garantias do Homem, tendo-se associado a esta intervenção, além do Sr Presidente, os Srs Deputados António Capucho (PSD), Medeiros Ferreira (PS), Rosado Fernandes (CDS-PP), João Amaral (PCP), Luís Fazenda (BE) e Isabel Castro (Os Verdes)

A Sr <sup>4</sup>Deputada Ana Manso (PSD) criticou a política seguida pelo Governo para o distrito da Guarda

A Sr <sup>4</sup>Deputada Jamila Madeira (PS), referindo-se ao XII Congresso da Juventude Socialista, realizado em Espinho, pediu o contributo de todos os jovens portugueses na construção de um futuro melhor para a sociedade portuguesa e respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Srs Deputados Nuno Freitas (PSD) e Pedro Mota Soares (CDS-PP)

**Ordem do dia** — Foi apreciado o relatório elaborado pela delegação da Comissão Eventual para Acompanhamento da Situação em Timor Leste que se deslocou àquele território, sobre o qual se pronunciaram os Srs Deputados Miguel Anacoreta Correia (CDS-PP), Rodeia Machado (PCP), Natália Carrascalão (PSD), Isabel Castro (Os Verdes), Luís Fazenda (BE) e Carlos Luís (PS)

Procedeu-se ao debate, na generalidade, do projecto de lei n° 78/VIII — Relatório anual sobre o estado da saúde (PSD) Intervieram, a diverso título, os Srs Deputados Ana Manso (PSD), Filipe Vital (PS), Pedro Mota Soares (CDS-PP), João Sobral (PS) e Natália Filipe (PCP)

Foi também apreciado, na generalidade, o projecto de lei n° 204/VIII — Prescrição de medicamentos genéricos (CDS-PP), tendo usado da palavra, a diverso título, os Srs Deputados Basílio Horta (CDS-PP), Nelson Baltazar (PS), Joaquim da Ponte (PSD), Bernardino Soares (PCP) e Francisco Louçã (BE)

Foi ainda discutido, na generalidade, o projecto de lei n° 34/VIII — Regulamentação das medicinas não convencionais (BE) Intervieram, a diverso título, os Srs Deputados Francisco Louçã (BE), Luisa Portugal (PS), Paulo Pisco (PS), Natália Filipe (PCP), Carlos Matias (PSD), Pedro Mota Soares (CDS-PP) e Heloisa Apolónia (Os Verdes)

O Sr Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 10 minutos

O Sr. Presidente — Srs Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão

*Eram 15 horas e 10 minutos*

*Estavam presentes os seguintes Srs Deputados*

**Partido Socialista (PS)**

Agostinho Moreira Gonçalves  
 Aires Manuel Jacinto de Carvalho  
 Alberto Bernardes Costa  
 Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes  
 António Alves Marques Júnior  
 António Alves Martinho  
 António de Almeida Santos  
 António Fernandes da Silva Braga  
 António Fernando Marques Ribeiro Reis  
 António Fernando Menezes Rodrigues  
 António Jorge Freire de Brito Calvete  
 António José Gavino Paixão  
 António José Santinho Pacheco  
 António Manuel Dias Baptista  
 António Manuel do Carmo Saleiro  
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho  
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos  
 Bruno Renato Sutil Moreira de Almeida  
 Carlos Alberto  
 Carlos Alberto Dias dos Santos  
 Carlos José Gonçalves Vieira de Matos  
 Carlos Manuel Luís  
 Casimiro Francisco Ramos  
 Cláudio Ramos Monteiro  
 Dinis Manuel Prata Costa  
 Eduarda Maria Castro de Sousa  
 Eduardo Ribeiro Pereira  
 Fernando Manuel de Jesus  
 Fernando Pereira Serrasqueiro  
 Filipe Mesquita Vital  
 Francisco José Pereira de Assis Miranda  
 Francisco Xavier Pablo da Silva Torres  
 Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho  
 Helena Maria Mesquita Ribeiro  
 Isabel Maria Batalha Vigia Polaco D'Almeida  
 Isabel Maria dos Santos Barata  
 Jamila Barbara Madeira e Madeira  
 João Alberto Martins Sobral  
 João Francisco Gomes Benavente  
 João Macedo Lourenço  
 João Pedro da Silva Correia  
 João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira  
 João Rui Gaspar de Almeida  
 Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida  
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira  
 Jorge Lacão Costa  
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro  
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro  
 José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão  
 José Alberto Rebelo dos Reis Lamego  
 José António Teixeira Cardoso  
 José Aurélio da Silva Barros Moura  
 José Carlos Correia Mota de Andrade  
 José Carlos da Cruz Lavrador  
 José Carlos das Dores Zorrinho  
 José Carlos Lourenço Tavares Pereira  
 José da Conceição Saraiva  
 José de Matos Leitão  
 José Eduardo Vera Cruz Jardim  
 José Ernesto Figueira dos Reis  
 José Manuel de Medeiros Ferreira  
 José Manuel Pires Epifânio  
 José Manuel Rosa do Egípto  
 José Manuel Santos de Magalhães  
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros  
 José Rodrigues Pereira dos Penedos  
 Jovita de Fátima Romano Ladeira  
 Laurentino José Monteiro Castro Dias  
 Luís Miguel Gomes Miranda Teixeira  
 Luís Pedro de Carvalho Martins  
 Luísa Pinheiro Portugal  
 Luiz Manuel Fagundes Duarte  
 Mafalda Cristina Mata de Oliveira Troncho  
 Manuel Alberto Barbosa de Oliveira  
 Manuel Alegre de Melo Duarte  
 Manuel António dos Santos  
 Manuel Francisco dos Santos Valente  
 Manuel Joaquim Barbosa Ribeiro  
 Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso  
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos  
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia  
 Maria Custodia Barbosa Fernandes Costa  
 Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira  
 Maria do Céu da Cruz Vidal Lourenço  
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro  
 Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa  
 Maria Isabel da Silva Pires de Lima  
 Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino  
 Maria Luisa Silva Vasconcelos  
 Maria Teresa de Oliveira Ferreira Coimbra  
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque  
 Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura  
 Nelson Madeira Baltazar  
 Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes  
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte  
 Paulo Alexandre de Carvalho Pisco  
 Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca  
 Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge  
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio  
 Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves  
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz  
 Rosalina Maria Barbosa Martins  
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira  
 Rui Manuel Leal Marqueiro  
 Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos  
 Teresa Maria Neto Venda  
 Vítor Manuel Alves Peixoto  
 Vítor Manuel Caio Roque  
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

**Partido Social Democrata (PSD)**

Adão José Fonseca Silva  
 Álvaro dos Santos Amaro  
 Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto  
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso  
 António da Silva Pinto de Nazaré Pereira  
 António de Carvalho Martins  
 António D'Orey Capucho  
 António Edmundo Barbosa Montalvão Machado  
 António Manuel da Cruz Silva  
 António Manuel Santana Abelha

António Paulo Martins Pereira Coelho  
 Armando Manuel Dinis Vieira  
 Artur Ryder Torres Pereira  
 Bruno Jorge Viegas Vitorino  
 Carlos José das Neves Martins  
 Carlos Manuel de Sousa Encarnação  
 Carlos Manuel Marta Gonçalves  
 David Jorge Mascarenhas dos Santos  
 Domingos Duarte Lima  
 Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares  
 Eugénio Fernando Sá Cerqueira Marinho  
 Feliciano José Barreiras Duarte  
 Fernando Jorge Loureiro de Reboredo Seara  
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira  
 Fernando Santos Pereira  
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva  
 Henrique José Monteiro Chaves  
 Henrique José Praia da Rocha de Freitas  
 Herminio José Sobral Loureiro Gonçalves  
 Hugo José Teixeira Velosa  
 João Bosco Soares Mota Amaral  
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá  
 João José da Silva Maças  
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte  
 Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa  
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto  
 José António de Sousa e Silva  
 José David Gomes Justino  
 José Eduardo RêgoMendes Martins  
 José Frederico de Lemos Salter Cid  
 José Luís Campos Vieira de Castro  
 José Manuel de Matos Correia  
 José Manuel Durão Barroso  
 José Manuel Macedo Abrantes  
 Lucília Maria Samoreno Ferra  
 Luís Cirilo Amorim de Campos Carvalho  
 Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes  
 Luís Manuel Machado Rodrigues  
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes  
 Luís Pedro Machado Sampaio de Sousa Pimentel  
 Manuel Alves de Oliveira  
 Manuel Castro de Almeida  
 Manuel Filipe Correia de Jesus  
 Manuel Joaquim Barata Frexes  
 Manuel Maria Moreira  
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida  
 Maria do Céu Baptista Ramos  
 Maria Eduarda de Almeida Azevedo  
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira  
 Maria Manuela Dias Ferreira Leite  
 Maria Natália Guterres Viegas C. da Conceição Antunes  
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro  
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia  
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque  
 Mário Patinha Antão  
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira  
 Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas  
 Nuno Miguel Marta de Oliveira da Silva Freitas  
 Pedro Augusto Cunha Pinto  
 Pedro José da Vinha Rodrigues Costa  
 Pedro Manuel Cruz Roseta  
 Pedro Miguel de Azeredo Duarte  
 Rui Fernando da Silva Rio  
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva  
 Sérgio André da Costa Vieira

Partido Comunista Português (PCP)  
 Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes  
 António Filipe Gaião Rodrigues  
 António João Rodeia Machado  
 Bernardino José Torrão Soares  
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas  
 João António Gonçalves do Amaral  
 Joaquim Manuel da Fonseca Matias  
 José Honório Faria Gonçalves Novo  
 Lino António Marques de Carvalho  
 Maria de Fátima Caeiro Queimado Amaral  
 Maria Natália Gomes Filipe  
 Maria Odete dos Santos  
 Octávio Augusto Teixeira  
 Vicente José Rosado Merendas

**Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)**

António Herculano Gonçalves  
 António José Carlos Pinho  
 Basílio Adolfo de Mendonça Horta da França  
 Fernando Alves Moreno  
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo  
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo  
 José Miguel Nunes Anacoreta Correia  
 Luís Pedro Mota Soares  
 Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiróz  
 Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona  
 Narana Sinai Coissoró  
 Paulo Sacadura Cabral Portas  
 Raúl Miguel de Oliveira Rosado Fernandes  
 Sílvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan  
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

**Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV)**

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia  
 Isabel Maria de Almeida e Castro

**Bloco de Esquerda (BE)**

Francisco Anacleto Louçã  
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

**ANTES DA ORDEM DO DIA**

**O Sr. Presidente:** — Srs Deputados, o Sr Secretário vai dar conta dos diplomas, dos requerimentos e das respostas a requerimentos que deram entrada na Mesa

**O Sr Secretário (António Reis).** — Sr Presidente e Srs Deputados, deram entrada na Mesa, e foram aceites, o projecto de lei n° 215/VIII — Integração de trabalhadores assalariados dos centros culturais do Instituto Camões no quadro de pessoal dos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros (PSD), que baixou às 2<sup>a</sup> e 9<sup>a</sup> Comissões, e a apreciação parlamentar n° 20/VIII (CDS-PP) — Decreto-Lei n° 82/2000, de 11 de Maio, que cria a sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos Portugal Global, SGPS, S.A.

Foram também apresentados na Mesa diversos requerimentos. Na reunião plenária de 19 e no dia 22 de Maio a diversos Ministérios, formulado pelo Sr Deputado Ricardo Fonseca de Almeida, ao Sr Primeiro-Ministro, formulado pelo Sr Deputado Fernando Santos Pereira, ao

Ministério da Justiça, formulado pelo Sr. Deputado Fernando Moreno, à Secretaria de Estado do Desporto, formulado pelo Sr. Deputado Paulo Portas, ao Ministério da Administração Interna, formulado pelo Sr. Deputado Anacoreta Correia, ao Ministério das Finanças, formulado pelo Sr. Deputado Sílvio Rui Cervan

No dia 23 de Maio ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade, formulado pelo Sr. Deputado Vicente Merendas, a diversos Ministérios, formulados pelo Sr. Deputado Paulo Portas

Na reunião plenária de 24 de Maio ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna, formulado pelo Sr. Deputado Carlos de Matos, a diversos Ministérios, formulado pelo Sr. Deputado Machado Rodrigues, ao Ministério do Equipamento Social, formulados pelos Srs. Deputados José Macedo Abrantes, Paulo Portas e Francisco Louçã, ao Ministério da Administração Interna e à Sr.<sup>a</sup> Ministra para a Igualdade, formulado pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Fátima Amaral

Entretanto, o Governo respondeu a requerimentos apresentados por alguns Srs. Deputados No dia 25 de Maio Luís Fazenda, nos dias 4 de Janeiro e 27 de Março, Vicente Merendas, nas sessões de 21 de Janeiro e 3 de Fevereiro, Daniel Campelo, na sessão de 27 de Janeiro, João Pedro Correia e Agostinho Lopes, na sessão de 4 de Fevereiro, António Nazaré Pereira, na sessão de 18 de Fevereiro, Luísa Mesquita, no dia 24 de Fevereiro, José Cesário, na sessão de 2 de Março, Francisco Louçã, na sessão de 14 de Março, Maria Santos, nas sessões de 22 de Março e 6 de Abril, Honório Novo, na sessão de 23 de Março, Manuel Frexes, na sessão de 31 de Março, Fernando Pésinho, na sessão de 5 de Abril, Rosado Fernandes, na sessão de 7 de Abril, Henrique Rocha de Freitas, na sessão de 12 de Abril

Em matéria de expediente, é tudo. Sr. Presidente

O Sr. Presidente — Srs. Deputados, para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo

O Sr. Honório Novo (PCP) — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> e Srs. Deputados Hoje, comemora-se o Dia do Pescador Impõe-se, assim, que, de forma solene, o PCP utilize a tribuna da Assembleia da República para assinalar este facto

Ao fazê-lo, o PCP saúda os milhares e milhares de trabalhadores da pesca que duramente labutam — quantas vezes com risco da própria vida — pelo seu sustento e das suas famílias

Ao comemorar o Dia do Pescador, o PCP presta também homenagem a todos aqueles que, com o seu suor, a sua entrega e dedicação, lutam pela defesa e preservação de um sector cuja importância social tanto se confunde com o Portugal que queremos continuar a ser

Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> e Srs. Deputados Este dia assinala o final de uma etapa da longa luta dos pescadores pelo estabelecimento de um regime jurídico para o trabalho a bordo que, como se sabe, foi criado a partir de uma iniciativa legislativa do PCP

O diploma que acabou por consagrar esse regime jurídico constitui um passo em frente na dignificação da vida dos pescadores que quase se arriscavam a chegar ao final do século XX sem legislação que enquadrasse a sua profissão. Mas esse diploma ficou bem aquém das expectativas, bem aquém do necessário ao contrário do que acontece com a generalidade dos trabalhadores da indústria, nem sequer consagrou um salário mínimo ou o direito generalizado

ao subsídio de Natal; remeteu aspectos essenciais para a contratação casuística que, na prática, tem impedido a consagração de direitos e regalias que são conquistas da generalidade dos trabalhadores e que o deveriam ser, também, de todos os pescadores. Mas que, infelizmente, ainda o não são

Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> e Srs. Deputados. Ao comemorar o Dia do Pescador, o PCP assinala igualmente mais um dia, entre tantos, na longa luta destes trabalhadores pela defesa e sustentação do sector das pescas em Portugal

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador — Conhecem-se as duras condições de trabalho dos pescadores, o envelhecimento crescente dos profissionais da pesca, as formas por vezes bem inseguras em que trabalham, a perda de retribuição que atinge os pescadores sempre que as intempéries surgem ou se considera necessária a criação de períodos de defeso biológicos

A estas situações não tem dado resposta real o actual Fundo de Compensação Salarial que o PCP pretende alargar, tendo nesse sentido, à espera de agendamento, um projecto de lei que visa tornar este Fundo mais justo, no seu âmbito e conteúdo

É reconhecida a escandalosa diminuição ocorrida na nossa frota nos últimos 10 anos, é igualmente sabida a crescente diminuição de quotas e de possibilidades de pesca, seja na sequência de acordos ainda não renegociados — como é o caso de Marrocos — ou de acordos onde, apesar dos direitos históricos que Portugal sempre deteve, o País continua a não poder pescar, como é o caso da Gronelândia

Por isso, o PCP apresentou já um projecto de resolução que pretende fazer prorrogar o período previsto para os apoios a pescadores e armadores paralisados pela cessação do acordo de pesca com Marrocos, cuja negociação, ao fim de 6 meses, continua em «águas de bacalhau»

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — Muito bem!

O Orador — Por isso, o PCP entende — e nesse sentido se dirigiu, hoje mesmo, ao Governo — que Portugal deverá, finalmente, obter quotas de pesca num novo acordo a estabelecer com a Gronelândia, até final do ano, e que está a ser negociado, curiosamente, sob a égide da presidência portuguesa da União Europeia

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — Muito bem!

O Orador — Por isso, o PCP entende que, provada cientificamente a franca recuperação dos stocks de sardinha, é fundamental o reforço sustentado das possibilidades de pesca no sector do cerco, por isso, o PCP entende serem inaceitáveis as recomendações constantes do relatório intercalar da Comissão Europeia relativo ao Programa de Orientação Plurianual IV, que propõe, escandalosamente, novas reduções da frota nacional, apesar de Portugal ter reduzido, e continuar a reduzir, muito mais do que o Governo tinha aceite e a isso nos tinha obrigado, no âmbito das negociações comunitárias, por isso, o PCP considera que o Governo deveria, desde já, dar passos concretos para garantir, no âmbito da renegociação da política comum de pescas, a preservação das 12 milhas e o alargamento para as 24 milhas do mar territorial reservado em exclusivo para a frota nacional

**O Sr. Octávio Teixeira (PCP) — Muito bem!**

**O Orador.** — Sr " e Srs Deputados É com propostas e posições políticas claras na defesa dos trabalhadores e do sector das pescas em Portugal que melhor se pode e deve comemorar o Dia do Pescador

*Aplausos do PCP.*

**O Sr Presidente:** — Contra o que, por lapso de informação, mencionei, o Sr. Deputado Honório Novo não fez uma declaração política mas interveio para tratamento de assunto de interesse político relevante.

Também para o mesmo efeito, tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Rosa Maria Albernaz

**A Sr<sup>a</sup> Rosa Maria Albernaz (PS)** — Sr Presidente, se me permite, antes de iniciar a minha intervenção, faria um convite a todos os colegas para visitarem a exposição, na nossa biblioteca, sobre Aristides de Sousa Mendes e, também — porque não! —, o Pavilhão de Portugal, no qual se encontra uma exposição de Sebastião Salgado, para compreenderem ainda melhor o que se passa no mundo de hoje em relação aos direitos humanos. É bastante importante que nós, Deputados, possamos compreender como se vive em tantos pontos do nosso mundo em matéria de direitos humanos.

**Sr Presidente, Sr " e Srs. Deputados:** As democracias contemporâneas, por razões de coerência, têm de ter como adquirida a ideia da universalidade dos direitos humanos, ou seja, que o respeito dos mesmos a todos atinge incondicionalmente e que a construção do Estado social de direito só desta maneira terá plena realização.

A noção direitos humanos nunca foi, desde as suas primeiras proclamações até hoje, um conceito estanque. Reflectiu sempre uma referência cultural e social sobre a pessoa humana. As suas primeiras teorias foram erguidas com base na identificação entre o Homem e o cidadão titular de direitos e destinatário das grandes declarações.

Mas a evolução sócio-cultural e, com ela, a introdução de uma nova perspectiva de dignidade das pessoas — corolário indefectível de uma democracia pluralista — trouxe outras implicações e exigências impõe que os direitos humanos sejam entendidos como direitos de todos, deixando rigorosa e intransigentemente de lado todas as discriminações que, mesmo de forma insidiosa, encapotada, se possam verificar. É esse o desiderato último erigit para o ano 2000 como Ano Internacional para a Cultura da Paz.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Deverão, aliás, estar recordados que, em 1999, comemorámos os 50 anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem, encarada como símbolo da humanidade e ponto cardeal da democracia.

**Sr. Presidente, Sr " e Srs. Deputados** Numa época como a nossa, quando a civilização ocidental se globalizou, que consequências temos que assumir relativamente à conceção e à prática dos direitos humanos?

Em primeiro lugar, a necessidade de refazer o caminho da refundação dos direitos humanos. Nascidos da imposição universal da civilização ocidental de matriz europeia, a conceção e a prática dos direitos, quando as diferentes matrizes culturais estão em permanente e imediato contac-

to, têm que ser repensadas num plano de diálogo e de partilha mundial.

Em segundo lugar, temos pela primeira vez a possibilidade de universalizar uma experiência directa e factica dos critérios e valores éticos que determinam a vida dos homens.

A globalização da civilização universal concreta que estamos a viver reforça a necessidade de repensar a generalização dos direitos humanos, não só sob a forma de imposição da cultura ocidental, mas, sim, em termos de construção comum partilhada por todas as culturas.

Por isso, o problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto justificá-los, mas implantá-los e proteger a sua radicação.

A Declaração Universal e a Convenção Europeia dos Direitos do Homem continuam a apontar-nos os caminhos seguros do humanismo, da tolerância e da paz a percorrer. Temos que percorrê-los em conjunto a comunidade internacional e os Estados.

Mas falar de direitos humanos é também relembrar figuras e personalidades que dedicaram a sua vida à defesa dos mais elementares direitos e garantias do Homem, pelo que não posso deixar de referir, aqui e agora, um seu defensor acérrimo Aristides de Sousa Mendes.

*Aplausos do PS*

Ao longo dos oitocentos anos que levamos de história, vários homens e mulheres se destacaram por feitos notáveis ora pela sua visão magnânima e humanitária. De entre esses, destacou-se — pelo seu espírito de abnegação e de sacrifício profissional e familiar — Aristides de Sousa Mendes, diplomata português cujo exemplo há que ter permanentemente na memória do nosso povo.

Quando as tropas de Hitler marchavam a três dias de Paris, Salazar enviou a seguinte ordem ao corpo diplomático português «Não atribuir vistos a pessoas de sangue impuro nem oponentes do governo nazi». Aristides de Sousa Mendes, enquanto diplomata e cônsul, e como funcionário do Estado, deveria obedecer. Mas, como homem, a sua consciência disse-lhe que era necessário salvar aqueles que o nazismo pretendia aniquilar!

*Aplausos do PS*

Fê-lo indiscriminadamente da família real de Luxemburgo à família judia austríaca anónima Agia por imperativo de consciência.

Foram assim mais de 30 000 os seus «passaportes para a vida»!

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Salvaram-se desta forma muitas e muitas vidas, vidas que originaram outras vidas.

**Sr Presidente, Sr " e Srs e Deputados** «Apesar da confusão dramática que o cercava e da directa ameaça à sua família, Sousa Mendes permaneceu fiel a um ideal que apenas lhe poderia trazer sofrimento», salientou Mário Soares, então Presidente da República.

Foi o que aconteceu: um processo disciplinar determinou o seu afastamento da carreira diplomática.

São dele estas palavras aos seus filhos «Não sei o que é que o futuro reserva à vossa mãe, para vocês e para mim mesmo: materialmente, a vida não será tão boa para nós

como tem sido até agora. Contudo, sejamos corajosos e tenhamos em mente que devemos dar a esses refugiados a possibilidade de viverem.»

Estas palavras, escreveu-as quando tomou a decisão que lhe iria arruinar a carreira diplomática. Obedeceu ao princípio da ajuda humanitária, que se sobreponha às circulares administrativas do Ministério.

Assim, após o seu regresso forçado a Portugal, Sousa Mendes perdeu o emprego e foi destituído de qualquer pensão. Os seus 14 filhos, com emprego negado e sob estigma, exilaram-se nos EUA e na Bélgica. Aristides de Sousa Mendes viria a morrer com grandes dificuldades económicas.

Sr Presidente, Sr.º e Srs Deputados: Em 1967, o governo de Israel plantou uma árvore em sua honra na famosa Avenida dos Justos, em Jerusalém — quero transmitir aos seus netos, aqui presentes, que foi com muita emoção, honra e orgulho que percorri essa avenida há poucos dias, porque entre essas árvores estava uma árvore em honra de um português heróico!

*Aplausos do PS, do PSD, do CDS-PP e do BE*

Também quero dizer-lhes que tenho a certeza absoluta de que todos os meus colegas compartilham comigo este orgulho e esta emoção. Exprimi aqui a gratidão de todos nós à família de Aristides de Sousa Mendes.

Sr Presidente, em 1986, Portugal concedeu-lhe a nossa mais alta distinção civil — a Ordem da Liberdade —, em reconhecimento do seu heroísmo. E, em 1995, o Estado português resolveu prestar uma homenagem nacional a Aristides de Sousa Mendes, mandando instalar no átrio da estação do metro do Parque, em Lisboa, um memorial em sua honra: a silhueta de «um homem só», simbolizando a cruzada solitária dessa figura heróica.

Reparou-se minimamente uma injustiça: Aristides de Sousa Mendes merecia mais, muito mais e há mais tempo. Uma vez que foi um paradigma de generosidade e de respeito pelos direitos humanos, deve ser uma referência moral e cívica para a nossa juventude e para todos nós.

Recentemente, foram entregues aos seus descendentes 50 000 contos com destino à Fundação Aristides Sousa Mendes. Esperamos que essa instituição seja instalada no velho palacete de Cabanas de Viriato e que seja vocacionada para aquilo que os seus descendentes desejam apoio aos refugiados, casa-museu e memorial, porque, como diz o seu neto, «se honrou o País, então tem de ser tratado com a dignidade correspondente».

Apelamos, por isso, Sr Presidente, a todo o seu apoio, para que esta obra se concretize e para que não se regreda no campo da tolerância e dos direitos humanos.

Quando a nível da União Europeia se verifica uma vontade de acção contra o racismo e a xenofobia, corporizada no recém-inaugurado Observatório Europeu, é fundamental não esquecer a importância da pedagogia da tolerância que lhe deve estar associada.

Também a adopção de uma Carta dos Direitos Fundamentais na União Europeia fornecerá o «catálogo» de direitos humanos que há muito se reclamava.

Quanto a esta Câmara, enquanto Casa-mãe da democracia, deve especialmente desenvolver uma pedagogia civil e efectiva acção política para prevenir e enfrentar as manifestações de intolerância para que as palavras do Prémio Nobel, José Saramago, deixem de ter sentido quando diz: «Usamos perversamente a razão quando humilha-

mos a vida, quando a dignidade do ser humano é todos os dias insultada pelos poderosos do nosso mundo, quando a mentira universal toma o lugar das verdades plurais, quando o homem deixou de respeitar-se a si mesmo porque perdeu o respeito que devia ao seu semelhante».

Sr Presidente, Sr.º e Srs Deputados. Esta intervenção pretende, de forma despretensiosa, dar contributo para uma pedagogia de recusa de qualquer forma de racismo e de xenofobia.

A democracia implica a existência de democratas, de cidadãos intervenientes, com a consciência dos seus direitos e deveres e, nomeadamente, das suas obrigações em relação ao Estado e à sociedade em que se inserem, com uma cultura de paz e de diálogo, no respeito pelo outro e pelo que é diferente, com a sensibilidade suficiente para compreender a responsabilidade de cada um em relação às gerações vindouras, lutando para lhes deixar um mundo melhor.

Aristides de Sousa Mendes foi um homem com essa cultura de paz e respeito pelo mais elementar de todos os direitos humanos o direito à vida.

*Aplausos gerais, de pé.*

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado António Capucho.

O Sr António Capucho (PSD): — Sr Presidente, Sr.º Deputada Rosa Maria Albernaz, mais do que um pedido de esclarecimento é um pretexto, confesso, para me associar integralmente às suas palavras e dizer não só que a minha bancada as subscreve na íntegra mas também que a sua intervenção foi muito oportuna e de tal maneira completa que tornaria supérfluo qualquer acrescento que eu pretendesse fazer nesta altura.

Aristides de Sousa Mendes é para nós não apenas um herói nacional mas também um herói para toda a humanidade.

Por isso, os meus parabéns pela sua intervenção.

*Aplausos do PSD, do PS e do CDS-PP*

O Sr Presidente — Srs. Deputados, como, no fundo, não se tratou de um pedido de esclarecimento, se a Sr.ª Deputada Rosa Albernaz concordar, não vou dar-lhe a palavra para responder.

A Sr.ª Rosa Maria Albernaz (PS) — Com certeza, Sr Presidente

O Sr. Presidente. — Tem a palavra o Sr Deputado Medeiros Ferreira.

O Sr Medeiros Ferreira (PS) — Sr Presidente, Sr.º Deputada Rosa Albernaz, regozijo-me com a sua intervenção.

Aproveitando o facto de a Assembleia da República ter na sua Biblioteca, hoje em dia, uma exposição organizada pelo Ministério da Educação, gostaria de fazer a seguinte referência: penso que a história deve ser contada com pormenor e a própria Assembleia da República também tem um papel importante na reabilitação dessa figura ímpar, desse herói da democracia, da liberdade e dos direitos humanos, que é, sem dúvida, Aristides de Sousa Mendes.

Ora, nessa exposição, faltam alguns elementos, nomeadamente os que têm que ver com a acção da própria Assembleia da República na reabilitação de Aristides de Sousa Mendes e, já agora, acrescento também, por que não dizê-lo, que, desde 1977, através de um relatório apresentado pelo Embaixador Bessa Lopes, eu próprio dei um despacho no sentido da reabilitação do Dr Aristides de Sousa Mendes na carreira diplomática, com todas as consequências daí provenientes. Todavia, não é disso que se trata neste momento.

Do que se trata, neste momento, é de dizer que a nossa história, felizmente, está cheia de resistentes, como Aristides de Sousa Mendes.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Rosado Fernandes.

**O Sr. Rosado Fernandes (CDS-PP):** — Sr. Presidente, gostaria de felicitar a colega da bancada socialista pela intervenção que fez.

Aristides de Sousa Mendes foi um homem que, além de defender os direitos humanos, defendeu os deveres humanos. Efectivamente, a tradição ocidental não é só uma tradição de direitos, é uma tradição de deveres. O velho Cícero no *De Officiis* bem dizia aquilo que competia ao cidadão perante o Estado, perante o seu próximo e perante os seus concidadãos. Foi exactamente o dever que ele sentiu: o de proteger os judeus — e tantos vi no Rossio durante a guerra, era eu mudo.

Portugal recebeu-os sempre e, se houve muita gente que aproveitou a presença deles para comprar alguns objectos de arte — alguns eu conheço que assim foram comprados —, muita gente houve que os ajudou.

Ainda os conheci em Nova Iorque, e não eram só judeus de Amesterdão. Eram judeus que vinham de todas as partes da Europa, que tinham primeiro fugido para Berlim, vindos da União Soviética, depois para Paris, depois para Lisboa e depois para Nova Iorque e para outros sítios da América.

É uma honra poder falar de Aristides de Sousa Mendes.

**Vozes do CDS-PP.** — Muito bem!

**O Orador:** — O povo português acompanhou-o, porque muita gente teve a consciência de que ele estava a ajudar fugitivos perseguidos. Se havia muitos germanófilos nesta cidade, também havia muitos anglofilos e muitos partidários dos aliados que compreendiam o que significava aquele êxodo e aquela diáspora tão forçada, tão brutal, de que nem sequer se conheciam a origem — nem os alemães a conheciam —, mas que todos sabíamos que quem foge tem de ser protegido.

Obrigado, colega, pela intervenção que fez.

*Aplausos do CDS-PP, do PS e do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral

**O Sr. João Amaral (PCP).** — Sr. Presidente, Srs Deputados, de forma muito breve porque o tempo é escasso, permitam-me que aplauda a intervenção que aqui foi produzida pela nossa colega da bancada do Partido Socialista

para evocar a figura de Aristides de Sousa Mendes numa sua componente que é essencial.

Aristides de Sousa Mendes mostrou quais são os limites éticos do dever de obediência no quadro de uma relação hierárquica. Ele mostrou que uma relação hierárquica nunca pode ultrapassar nem nunca pode justificar a ofensa dos direitos fundamentais do Homem. Essa componente da sua vida deve ser, para as gerações mais jovens, um permanente exemplo.

Aristides de Sousa Mendes teve justiça mais tarde do que deveria ter tido, mas ainda bem que a está a ter de uma forma tão expressiva, porque ele é um exemplo para as futuras gerações.

*Aplausos gerais.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

**O Sr. Luís Fazenda (BE):** — Sr Presidente, Srs Deputados, Sr<sup>a</sup> Deputada Rosa Albernaz, uso da palavra para sublinhar a concordância absoluta que a bancada do Bloco de Esquerda teve em relação à sua feliz intervenção, não só centrando a homenagem a Aristides de Sousa Mendes mas também recordando-nos duas lições fundamentais que o combate ao racismo e à xenofobia é um combate de todos os tempos e sempre inacabado e também que aqueles que combatem não têm que se deter num conjunto de valores e de carreiras e que é normalmente em contracorrente que esses combates acabam por ser vitoriosos e mais tarde são aqueles que ficarão nos registos da história que a Humanidade faz.

*Aplausos gerais.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro.

**A Sr.<sup>a</sup> Isabel Castro (Os Verdes):** — Sr. Presidente, gostaria de saudar a Sr<sup>a</sup> Deputada Rosa Albernaz pela oportunidade da sua intervenção.

Julgo que é importante não só estarmos a falar de Aristides de Sousa Mendes mas também estarmos a falar, a partir dele, num tempo em que os heróis são, parece-me, cada vez menos, num tempo em que a vontade de ir contracorrente, muitas vezes, não é grande.

Parece-me que falar deste homem é falar em nome do direito à memória, de um tempo cujo retorno significa um combate para que esse tempo não volte a acontecer. É também importante lembrar que há valores pelos quais é sempre possível lutar, por muito difícil que pareça ser.

*Aplausos do PS, do PSD, do PCP e do BE.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, permitam-me que, em nome da Mesa, junte as minhas palavras às vossas, a minha emoção à vossa emoção, a minha gratidão à vossa gratidão e a minha admiração à vossa admiração pela figura e pela memória desse grande cidadão português, desse grande herói da Humanidade que foi Aristides de Sousa Mendes. Lembrá-lo como o lembrámos aqui é talvez uma das boas maneiras de condenarmos o racismo e a xenofobia.

Na presença de um grupo de 60 alunos da Escola E. B. n° 1 de Santa Maria da Feira, de um grupo de 40 alunos

da Escola Básica dos 2º e 3º ciclos D Carlos I, de Sintra, e de um grupo de 40 alunos da Escola Básica dos 2º e 3º ciclos Visconde de Jeromelha, de Mem Martins, tomando-os como testemunhas, peço a todos os Srs Deputados uma saudação muito calorosa aos seus quatro netos, já que não podemos ter aqui Aristides de Sousa Mendes

*Aplausos gerais, de pé*

Para tratamento de assunto de interesse político relevante, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Manso

**A Sr.<sup>a</sup> Ana Manso (PSD)** — Sr Presidente, Sr.<sup>m</sup> e Srs. Deputados Ter razão antes do tempo é sempre difícil Mais difícil se torna quando se tem a coragem de o dizer publicamente

Durante anos a fio, viemos constatando e denunciando duas coisas fundamentais que o crescimento que se vivia a nível nacional, nos últimos 5 anos, não era acompanhado e sustentado por um desenvolvimento económico e social adequado, que a Guarda, bem como o interior em geral, era completamente ignorada e marginalizada, apesar desse dinamismo aparente Agora que a crise está definitivamente instalada a nível nacional, a Guarda bem pode preocupar-se ainda mais, porque de difícil a situação pode passar a catastrófica

A verdade é que, mau grado o Primeiro-Ministro ser um homem do interior e de, na campanha eleitoral, ter referido que não esquecia o seu interior, o facto é que nunca mais se lembrou dele Quem o viu e quem o vê!

Para além da retórica dos discursos e das promessas do Governo, os últimos 5 anos foram para a Guarda anos de uma incompreensível estagnação e nalguns casos de retrocesso no seu desenvolvimento sustentado Nos dinheiros públicos, tudo continua a correr para o mar E a Guarda também reclama o seu desenvolvimento no justo equilíbrio do País

Mas a realidade nua e crua deixa-nos preocupados O IP2 não passa de contínuas promessas eleitorais não cumpridas, e continua por fazer Quanto ao IP5, nem duplicação nem auto-estrada Continua na «tolerância zero», mas com segurança mínima

A reconversão da linha da Beira Alta nunca mais termina e a linha da Beira Baixa apenas está agora a começar.

As acessibilidades entre a capital de distrito e as sedes de concelho são, no geral, miseráveis O tapete de buracos é um autêntico «Picasso». Dentro da maior parte dos concelhos, os caminhos têm mais buracos do que alcatrão e qualquer noite de temporal faz deles rendilhados de tear ou autênticos caminhos de cabras

A primeira e única circular à Guarda, a VICEG — iniciada há vários anos —, ainda não terminou, nem se sabe quando vai terminar E que dizer da EN 233 entre a Guarda e o Sabugal? Uma verdadeira miséria, que envergonha o País, o distrito e o Governo que prometeu e ainda não cumpriu

Mas, se nas acessibilidades o panorama é triste, na agricultura a situação vai de mal a pior Os nossos agricultores são altamente sacrificados, terrenos abandonados, cheios de mato onde a ausência de actuação dos organismos florestais e de planos de florestação os atira sistematicamente para as tragédias sucessivas dos incêndios

Agora que se aproxima um novo programa florestal no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio bom será que

ele seja efectivamente um instrumento a favor da nossa floresta e dos nossos produtores

Os agricultores não conseguiram escoar as batatas, nem a 20\$ nem a 10\$ o quilo, não tiveram qualquer incentivo ou ajuda do Estado e a produção da batata, em 2000, apodreceu à espera dessa ajuda que tardou e não chegou.

Como acautelou o Governo a preservação dos cerca de 80 lagares de azerte existentes na Guarda? Nem sequer se preocupou Também seriam para fechar?

E os fruticultores? As instalações da cooperativa de frutas da Guarda foram desmanteladas, sem em simultâneo se ter cuidado do armazenamento e da comercialização da fruta produzida e a produzir O que fazem, então, os fruticultores do investimento que fizeram durante toda uma vida de luta e de trabalho árduo nos seus pomares, se não conseguem escoar a fruta?

E o gado criado na região, onde é abatido? Por estranho que pareça, a Guarda não dispõe de um matadouro, desde há cerca de 2 anos, tendo que recorrer a um fora do distrito, sobrelotado e a uma hora e meia de distância, com um enorme agravamento dos custos e das condições de higiene

Até o queijo da serra — principal «embaixador» da região — está ameaçado A produção do queijo está a diminuir. A legalização da actividade ou a certificação do queijo exige uma reestruturação profunda, das queijarias entre 10 000 e 17 000 contos, com uma pesadíssima burocacia para a qual a maioria dos pastores não está preparada nem tem condições para as fazer

O que é que o Governo socialista já fez para acautelar os interesses dos pastores e para defender o queijo da serra? Onde está a «Rota dos Queijos»? Quais os benefícios reais das feiras do queijo para os pastores?

Esta é a dura realidade do estado a que este Governo deixou chegar a agricultura da Guarda Um desprezo total pelo interior, um menosprezo inaceitável por quem trabalha a terra, uma triste falta de atenção pela dignidade dos nossos agricultores

**Sr Presidente, Sr.<sup>m</sup> e Srs Deputados** A Guarda deve ser das poucas cidades do interior que não dispõe de um parque industrial, no verdadeiro sentido da palavra mas tão-só de um loteamento onde se instalaram apenas algumas empresas sem o mínimo de infra-estruturas e com péssimas acessibilidades

Nesta área, a vontade política tarda em chegar.

**Vozes do PSD** — Muito bem!

**O Orador** — e a criação de planos de desenvolvimento estratégico é sucessivamente adiada

Os incentivos para a fixação de empresas e para a criação de emprego, especialmente de emprego jovem, qualificado e ajustado, não chegam

Mas o balanço da governação socialista, no distrito da Guarda, não resiste a uma outra dura realidade dos factos. Com este Governo, nenhum novo e importante investimento foi realizado e, pior, perderam-se vários que antes tinham sido conquistados

A delegação da RTP, grande promessa socialista depois da nossa reivindicação, não existe, a central de tratamento de resíduos sólidos não existe, a delegação da Portugal Telecom já existiu, mas foi-se, a Sub-Direcção-Geral das Florestas já existiu, mas o Governo socialista tirou-a de lá, a delegação do IPPAR não existe, a delegação do Instituto Português de Arqueologia não está lá,

apesar de ser em Foz Côa, no distrito da Guarda, que se encontra o grande espólio que são as gravuras rupestres, a delegação dos CTT já existiu, mas saiu de lá, a faculdade de Medicina não foi para lá porque, dizem os socialistas, a culpa é do PSD

Haja, pelo menos, vergonha!

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Perante tudo isto, é caso para perguntar que mais nos irá acontecer? Que mais é que o Sr Engº Guterres vai tirar à Guarda ou não vai atribuir à Guarda? É que a discriminação positiva não se faz na palavra, faz-se na acção e pela acção Esta política do «faz-de-conta» não resolve os problemas às pessoas e não conduz a lado algum.

O Governo tem o dever político de definir e executar políticas que harmonizem o desenvolvimento e que impeçam a espiral de agravamento dos desequilíbrios regionais, a instabilidade, a progressiva litoralização e a macrocefalia do País.

Há duas coisas que são, no entanto, fundamentais para o desenvolvimento: vontade política e coerência. Vontade política é o que não temos sentido nos últimos anos, em Portugal, por parte de quem hoje dirige o País, e a coerência há muito que foi retirada do dicionário socialista.

Afinal, a solidariedade para com os que mais precisam é só figura de retórica À Guarda nada chegou.

É que o Governo Socialista não tem privilegiado o interior e nada tem feito para esbater as assimetrias Até o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa — socialista, por acaso! — é contra os gastos excessivos em projectos como o do aeroporto da Ota, cujo valor por si só representa mais de 25 anos — repito mais de 25 anos — de investimentos públicos na Guarda.

É ou não justo que se distribuam os recursos do País por aqueles que mais precisam? E se este investimento público fosse canalizado para satisfazer necessidades básicas no distrito da Guarda?

Esta ideia, Sr Presidente, Srº e Srs. Deputados, não é matarruana, porque nos permitiria compensar não só o atraso como também apanhar o TGV do desenvolvimento.

Mas, mais, o plano de desenvolvimento estratégico e integrado da região não existe, não havendo ordenamento do território, a não ser por acção e vontade dos autarcas.

Ao nível do ensino, a Guarda teve sempre uma grande tradição, a nível do ensino básico, do secundário e, mais recentemente, do ensino superior. Mas também aqui o Governo socialista a penalizou Negou-lhe o direito de ter uma universidade pública e, não contente com isso, não criou as condições para ter uma universidade privada, apesar de ter havido pelo menos uma candidatura.

O encantamento do Partido Socialista já chegou ao fim A ilusão, para nós, já se foi Mas a Guarda não desiste Os guardenses não são pessoas que desistam com facilidade Não desistiremos de exigir a criação da escola superior de tecnologias da saúde, com todas as valências necessárias ao desenvolvimento do sector da saúde.

É que, também no domínio da saúde, o distrito da Guarda está gravemente doente e em agonia O hospital perde valências, o serviço de pediatria quase encerra e os doentes procuram outras paragens.

Os profissionais insatisfeitos e desiludidos com a política nacional e local abandonam a Guarda e procuram noutras unidades de saúde do mesmo país e com o mesmo

Governo as condições que esse Governo tarda a criar ou não cria na Guarda

A população da Guarda sempre manifestou um comportamento cívico e social de elevada responsabilidade e de uma paciência e compreensão dignas de registo, mas, Sr Primeiro-Ministro, basta! Basta de paciência.

O distrito da Guarda não suporta mais o abandono e o esquecimento a que tem sido votado É tempo de olhar para a Guarda com a atenção e a dignidade que a sua população exige e merece. É tempo de dar um sinal político positivo.

Este, Sr Presidente, Srº e Srs Deputados, é o retrato real e objectivo do desgoverno socialista em relação ao distrito da Guarda Por nós, somos diferentes e faremos de forma diferente.

O PSD considera ser possível praticar a discriminação positiva.

O PSD considera ser possível conciliar o desenvolvimento rural e o crescimento urbano.

O PSD considera ser possível desenvolver uma linha estratégica que preveja um regime de exceção e que transforme os dois principais recursos — a altitude e a água — em pilares do nosso desenvolvimento.

O PSD considera ser possível mobilizar os agentes económicos, as instituições públicas e os cidadãos para a criação de condições que sustentem o desenvolvimento integrado.

O PSD acredita na capacidade e na coragem da Guarda para transformar e valorizar o espaço — meio, território e posição geoestratégica — e afirmar a sua centralidade.

Só assim a Guarda deixará de ter quase nada de quase tudo.

Diz a canção de amor dos tempos idos medievais «ai muito me tarda o meu amigo na Guarda» Por mim, a concluir, direi, em homenagem à nossa cultura. «ai muito nos tarda o desenvolvimento na Guarda!»

Mas, se o desencanto e a revolta são grandes, a esperança não se perde A desilusão de hoje está a tornar-se em confiança numa alternativa diferente e melhor de amanhã.

Para isso, estamos a trabalhar, com afinco e determinação, pelo PSD, mas, sobretudo, pela Guarda, e com os olhos postos no futuro A pensar no povo que somos, na justiça e na solidariedade que legitimamente reclamamos e merecemos.

#### *Aplausos do PSD*

**O Sr. Presidente:** — Também para uma intervenção, tem a palavra a Srª Deputada Jamila Madeira

**A Srª Jamila Madeira (PS):** — Sr Presidente, Srº e Srs. Deputados Decorreu, em Espinho, o XII Congresso da Juventude Socialista Este foi um Congresso disputado, muito participado e que evidenciou a força da JS e o facto de esta ser a maior organização de juventude partidária portuguesa.

A JS é uma organização intrinsecamente democrática, respira a sua essência e distingue o essencial do acessório Da disputa eleitoral resulta o fortalecimento É da JS, que inicia agora um novo ciclo político, que aqui venho falar. Trata-se de um novo ciclo político que de forma alguma nega o seu passado, mas assinala aqui que a JS e os jovens portugueses estão atentos e que são capazes de melhorar, de melhorar sempre.

É este desafio que coloco, aqui, a todos os jovens portugueses para que, como parceiros, se juntem a nós e nos ajudem a construir uma sociedade mais justa e, sobretudo, mais participada por todos.

A JS defende a participação de todos na vida política nacional e nunca fez, nem fará, um apelo ao afastamento dos jovens quadros da participação política. Todos temos um contributo a dar e, por isso, todos somos importantes para fazer melhor.

Deste modo, lanço aqui o 2.º Fórum de Uma Nova Geração de Cidadãos que, à semelhança daquilo que produzimos durante o processo de candidatura, se abre agora à sociedade portuguesa e procura o contributo de todos os jovens portugueses que connosco queiram construir um futuro melhor, diagnosticar e tratar algumas das questões fundamentais para a sociedade de hoje.

**Vozes do PS — Muito bem!**

**A Oradora —** Não só aos políticos mas aos homens e mulheres de amanhã cabe a obrigação de pensar como será a política daqui a 20 anos, como será a política e a sociedade em que queremos participar.

Perante isto, temos de promover a educação para a cidadania, temos de formar os agentes de participação, sob pena de estarmos a construir uma sociedade individualizada. A nossa sociedade, a sociedade do 25 de Abril, é um bem colectivo e, por isso, é colectivamente que a queremos construir.

A nossa jovem democracia precisa de cidadãos, precisa de gente com direitos e deveres que queira construir uma sociedade sem tabus, uma sociedade onde os seus problemas sejam afrontados e não escondidos, onde as questões da educação sexual sejam aplicadas e assumidas por todos na prática e não sirvam apenas de arma de arremesso político em determinados momentos em que é mais fácil a fuga para a frente do que assumir responsavelmente os problemas reais da sociedade portuguesa.

*Aplausos do PS*

A JS acredita que a educação sexual tem um papel fundamental na formação de cidadãos conhecedores e cientes daquilo com que naturalmente se irão defrontar. Continuaremos a fazer a apologia da educação sexual e procuraremos a sua efectiva implementação, sem que, no entanto, outras questões fundamentais para a resolução dos problemas que derivam da inexistência desta sejam por nós esquecidas — muito pelo contrário!

A JS quer fazer evoluir mentalidades, quer, discutindo com os jovens portugueses, fazer política, ou seja, fazer política por jovens e não exclusivamente política para jovens. Queremos mais e melhor e, por isso, temos de trabalhar. Como tal, temos de começar aqui mesmo, neste Parlamento, procurando saber o que é importante para quem nós representamos e qual a melhor forma de agir para mudar o futuro.

Como dizia Jorge Sampaio, há aproximadamente um mês atrás, aqui, nesta mesma Câmara «É preciso (...) voltar a pôr os valores e as convicções políticas em primeiro lugar, como instrumentos norteadores de uma sociedade onde nem todos os compromissos são aceitáveis, onde a tolerância não pode ser sinónimo de laxismo, onde a dedicação à causa pública tem de ser prestigiada e respeitada».

**Sr Presidente, Sr.º e Srs. Deputados** A questão das drogas é, desde há muito, discutida dentro da JS. É uma questão que já tem história na JS e onde a JS sempre foi pioneira.

É com grande alegria e satisfação que vemos agora a JSD e o Bloco de Esquerda juntarem-se a nós nesta luta, neste combate. Este combate nunca deve ser visto como um combate partidário mas, sim, como um combate geracional. A questão da droga coloca-nos hoje perante um dos maiores flagelos da sociedade portuguesa. Assim, cabe a uma geração intervir e produzir resultados reais a este respeito.

Cabe a todos nós a criação, agora, de uma plataforma de geração. Uma plataforma de geração onde não só os partidos políticos e as juventudes partidárias tenham lugar, mas onde todos possam participar e em que, acima de tudo, se tenha presente que são os interesses dos jovens portugueses que estão em discussão e merecem a nossa maior atenção.

**Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Deputados** O Presidente da República é o garante do nosso Estado de direito. É ele que, em última instância, decide o futuro do nosso país. Legitimamente eleito, representa todos os portugueses e é nele que os portugueses têm de confiar. O Dr. Jorge Sampaio tem sido um exemplo evidente do exercício dos seus poderes na defesa do nosso Estado de direito, garantido nacionalmente os princípios democráticos e difundindo internacionalmente as suas premissas.

Os jovens socialistas acreditam e sustentam o trabalho desempenhado pelo Dr. Jorge Sampaio enquanto Presidente da República. É neste sentido que os jovens socialistas aguardam serenamente e com expectativa o anúncio natural da sua recandidatura.

*Aplausos do PS*

**Sr Presidente, Sr.º e Srs. Deputados** A JS, como já vem sendo hábito, continua uma organização pujante e cheia de vontade de participar. Os jovens portugueses sabem que podem contar com a JS, a JS espera poder contar com todos os jovens portugueses!

*Aplausos do PS*

**O Sr. Presidente —** Para pedir esclarecimentos à Sr.ª Deputada Jamila Madeira, inscreveram-se os Srs. Deputados Nuno Freitas e Pedro Mota Soares.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Freitas

**O Sr. Nuno Freitas (PSD) —** Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Jamila Madeira, permita-me que a cumprimente com tanto entusiasmo quanto aquele com que a sua própria bancada aplaudiu — aliás, com mais entusiasmo!

E permita que cumprimente também a nossa colega Ana Catarina Mendonça, digna concorrente vencida no Congresso da Juventude Socialista.

Poderíamos comentar aqui, em nome da JSD e do PSD, alguns dos «picantes» deste Congresso da Juventude Socialista, mas não o vamos fazer.

**Vozes do PSD — Muito bem!**

**O Orador —** Pareceu-me que o comunicado do ex-líder da Juventude Socialista, Sérgio Sousa Pinto, a chamar ao Congresso um deplorável espectáculo de irresponsabilidade

e imaturidade política e que a intervenção do Ministro Jorge Coelho no desfecho deste Congresso — a quem, aliás, apelo para que retirem rapidamente o sorriso boçal quando se fala de alcoolismo jovem em Portugal! —.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador.** — .. além do «picante» de a estratégia aqui apresentada eventualmente não corresponder à direcção eleita, mereceriam comentários que poderiam até ser muito mordazes, frontais e desgastantes

Mas preferimos colocar três questões que constituem três apelos sérios à Juventude Socialista, aos seus Deputados e aos seus militantes, porque entendemos — eu, por maioria de razão, pois sou presidente da mesa do Congresso pela Juventude Social Democrata — que devem mesmo encerrar esse Congresso

Encerrem o Congresso da Juventude Socialista porque a JS também é importante para a juventude portuguesa, também tem o seu papel como força política e também deve ter alguma coisa a dizer aos jovens socialistas e aos jovens portugueses. Portanto, encerrem esse Congresso! Por um se ganha, por um se perde, como muitas vezes se diz, portanto, vamos ver se a Juventude Socialista e o seu alargado grupo de Deputados começa, de facto, a construir algo para a juventude portuguesa!

O segundo apelo, também muito directo, é o seguinte juntam-se a nós — não importa se vieram primeiro ou depois —, pois nós cá estaremos para nos juntarmos a vocês no dia em que tiverem uma iniciativa sobre a revisão da lei da droga. Mas tenham a iniciativa, pois não vale a pena assumir a paternidade de iniciativas que não existem! Juntam-se a nós, designadamente aos Deputados mais jovens do Partido Social Democrata, no que toca ao nosso projecto de lei de revisão da lei da droga!

Vamos fazer um debate sério sobre a matéria, vamos demonstrar que a política actual tem levado à criação de um quadro negro e que o «inimigo público número um» do Engenheiro Guterres se mantém aí, mais forte, a dar cabo de muitas vidas, de muitos jovens e de muitas famílias. Façam esse debate connosco, juntam-se a nós neste projecto!

Por fim, a última questão que coloco é também muito directa, e é até mais um apelo do que uma questão. Vamos fazer a tal reforma do sistema político, já não só com o 25 de Abril, com o século XXI, mas vamos fazê-lo com os jovens portugueses, vamos reformar este Parlamento! Faço um apelo aos Deputados mais jovens dos vários partidos vamos fazer uma proposta...

**O Sr. Presidente:** — Sr Deputado, tem que terminar

**O Orador** — Vou já terminar, Sr Presidente

Como dizia, vamos fazer uma proposta de reforma do Parlamento português e do sistema político, em que as principais organizações de juventude tenham lugar, mas com autonomia!

*Aplausos do PSD.*

**O Sr Presidente** — Dado que a Sr<sup>a</sup> Deputada Jamila Madeira prefere responder conjuntamente aos dois Srs Deputados que se inscreveram para lhe pedir esclarecimentos, dou já a palavra ao Sr Deputado Pedro Mota Soares.

**O Sr. Pedro Mota Soares (CDS-PP):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Jamila Madeira, antes de mais, e como é da praxe, quero cumprimentar V Ex<sup>a</sup> pela vitória que teve no último Congresso. Se me permite, quero também cumprimentar, a título pessoal, companheiros de bancada seus que perderam no referido Congresso

Sr<sup>a</sup> Deputada, permita-me dizer-lhe que fiquei um pouco assustado quando ouvi o início da sua intervenção, mas foi porque ouvi mal. Não percebi que ia falar sobre as conclusões, julguei que ia falar sobre as confusões do Congresso da Juventude Socialista

Sobre este tema, quero dizer-lhe muito claramente que me parece que Portugal já está farto. Penso que foi algo que não dignificou minimamente a política nacional, a Juventude Socialista e até quem esteve envolvido nessa luta, nomeadamente porque se trata de Deputados do Partido Socialista nesta Câmara que respeitamos.

Mas, depois desta confusão inicial, estive a ouvir com muita atenção a sua intervenção. Ouvi-a falar sobre educação cívica, sobre educação sexual, ouvi-a fazer duas referências ao Sr. Presidente da República e, curiosamente, não a ouvi fazer qualquer referência ao Primeiro-Ministro — foi facto que registei mas que certamente não será muito relevante!

Vejo que o Sr Deputado José Magalhães está a gestular. Quer dizer alguma coisa?

**O Sr. José Magalhães (PS)** — Não, não! Estou apenas surpreso pela sua asneira!

**O Orador:** — Parece-me que o Sr. Deputado José Magalhães está a suspirar por algo que nunca teve uma juventude socialista!

*Risos do CDS-PP e do PSD.*

Continuando, Sr.<sup>a</sup> Deputada Jamila Madeira, gostaria de falar de um ponto sobre o qual V. Ex.<sup>a</sup> falou e de um outro ponto sobre o qual V. Ex.<sup>a</sup> não falou.

O ponto de que V. Ex.<sup>a</sup> falou tem a ver com a questão das drogas. Disse que o tema da toxicodependência é uma questão geracional. Foi uma questão geracional, se calhar, para a geração de 60, só que já lá vão 40 anos sobre essa geração! Hoje, felizmente, todas as coisas são diferentes. Hoje, os paradigmas e a atitude que temos de ter perante esse problema são radicalmente diferentes e são-no porque, entretanto, decorreram, ao longo destes 40 anos, muitas experiências que não podemos deixar de analisar e houve muitas evoluções que não podemos esconder. Confesso que tenho muita pena que, passado todo este tempo, a Juventude Socialista continue agarrada aos paradigmas do passado e não saiba encarar esta questão com a modernidade que ela exige.

Mas, Sr<sup>a</sup> Deputada, há uma outra questão que, muito sinceramente, esperava ouvir de si, porque se trata de um problema muito concreto, não para a juventude portuguesa daqui a 20 anos, não para a sociedade portuguesa daqui a 20 anos, mas para a juventude portuguesa de hoje, para quem tem a sua e a minha idade. Trata-se do aumento das taxas de juro e da diminuição da bonificação de empréstimos jovens, que são, como V. Ex.<sup>a</sup> sabe, medidas do Governo e que o partido da Sr.<sup>a</sup> Deputada apoia nesta Câmara. Sobre estas questões que, de facto, preocupam a juventude portuguesa, não a ouvi dizer uma palavra

**O Sr Presidente.** — Terminou o seu tempo, Sr Deputado.

**O Orador** — Terminei já, Sr Presidente.

Pergunto, Sr<sup>a</sup> Deputada, se concorda ou não com uma proposta que fizemos no sentido de os jovens que querem comprar a primeira habitação fiquem isentos de sisal

**O Sr. Presidente** — Para responder, dispondo de 5 minutos, tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Jamila Madeira

**A Sr<sup>a</sup> Jamila Madeira (PS)** — Sr Presidente, antes de mais, gostaria de retribuir os cumprimentos tanto ao Sr Deputado Pedro Mota Soares como ao Sr Deputado Nuno Freitas, porque são legítimos e muito bem dados. Penso que todos os Deputados que foram candidatos muito merecem esse cumprimento.

Gostaria de dizer, referindo-me directamente ao Sr Deputado Nuno Freitas, que a JS é, efectivamente, uma organização de juventude muito participada e tão viva que é difícil escolher o seu líder, é difícil decidir e é difícil, democraticamente, ter uma decisão muito clara, porque a opinião é verdadeiramente rica. Mas, Sr Deputado — e digo-o com 100% de certeza —, encerrar-se-á mais depressa o Congresso da JS do que o último congresso do PSD

**Vozes do PS** — Muito bem!

**A Oradora** — Em relação à questão das drogas, gostaria de referir que considero caricato o desafio, o repto, lançado pelo Sr Deputado Nuno Freitas no sentido de apresentarmos uma proposta muito concreta sobre esta questão. É que, efectivamente, a JSD tem uma proposta, mas tem a JSD e os seus seis Deputados, na medida em que ainda não vi o desafio que deixei há pouco ser aceite pela sua bancada e, portanto, desafio-o a colocar o Sr. Deputado António Capucho do lado da proposta que a JSD apresentou, no sentido de ser verdadeiramente uma proposta conjunta.

**Aplausos do PS**

A reforma do sistema político é uma questão muito importante que preocupa a JS, mas devo dizer que nem tudo passa por esta Casa. Temos de ir lá para fora e ver o que se passa. Ora, o desafio que coloquei da tribuna e que a JS se prepara para colocar é o de conversarmos com os jovens, ouvi-los, e não olharmos só para o nosso umbigo. Abriremos as nossas portas, estamos disponíveis para discutir e é isso que vamos fazer. Vamos ouvir os verdadeiros problemas dos jovens portugueses.

O Sr. Deputado Pedro Mota Soares falou numas confusões ocorridas no Congresso da JS, que gostaria de referir. É que, se calhar, o Sr. Deputado não está habituado,

**O Sr Pedro Mota Soares (CDS-PP)** — A confusões, felizmente, não estou habituado!

**A Oradora** — já que muito dificilmente se ouve falar no congresso das Gerações Populares e, portanto, é normal que não esteja habituado ao processo democrático e enriquecedor da discussão e do debate político.

Relativamente à educação sexual, fiquei na dúvida se a apoia ou não.

**O Sr. José Magalhães (PS)** — Não apoia!

**A Oradora** — porque, quando estamos a discutir a descriminalização da IVG, o seu partido é um grande defensor da educação sexual, mas, quando se está a falar noutro patamar, o seu partido já não é um grande defensor da educação sexual.

**O Sr. José Magalhães (PS)** — Muito bem!

**O Sr. Pedro Mota Soares (CDS-PP)** — Não me lembro de a JS ter apresentado um projecto de lei. Foi o CDS-PP que o fez!

**A Oradora** — Portanto, penso que vamos ter de esclarecer algumas coisas.

Também fiquei muito preocupada pelo facto de, para o Sr Deputado Pedro Mota Soares, a questão das drogas ser uma questão da geração dos anos 60, porque, tanto quanto os números indicam, é uma realidade de hoje e isso é evidente para quem anda nas ruas. Por isso, para além de o convidar a ir conhecer o País real, vou propor que não coloque mais um tema tabu na sociedade portuguesa e permita que a noção de que este é um tema de geração e de que temos de acabar com este flagelo constitua um verdadeiro empenho de todos os jovens portugueses, de todas as juventudes partidárias e de todos os partidos políticos. O combate a este flagelo tem que estar acima das quezilhas partidárias.

**Vozes do PS** — Muito bem!

**A Oradora** — Por fim, gostava de acrescentar algo sobre algumas dúvidas, que comprehendo e que também as tenho, a respeito do aumento das taxas de juro.

**O Sr Pedro Mota Soares (CDS-PP)** — E a bonificação?!

**A Oradora** — Não sei se o Sr. Deputado sabe mas existe um Banco Central Europeu, não cabendo ao Governo português definir as taxas de juro e, por muito bem que faça à economia portuguesa ser este Banco a realizar determinadas operações, por vezes, também a penaliza, por via do aumento das taxas de juro. Assim, temos de definir o que queremos, se queremos ou não a Europa, se queremos ou não articular. Sei que o Sr. Deputado tem algumas dúvidas a este respeito, mas isso, tenho imensa pena, eu não posso resolver.

**Aplausos do PS**

**O Sr Pedro Mota Soares (CDS-PP)** — E sobre os empréstimos jovens não fala?

**O Sr. Presidente** — Sr Deputado Caio Roque, estava inscrito para fazer uma intervenção, mas chegámos ao fim do limite de duração do período de antes da ordem do dia e, de acordo com as novas regras, temos de ser rigorosos, pelo que procurarei dar-lhe a palavra no período de antes da ordem do dia de amanhã.

Srs Deputados, terminámos o período de antes da ordem do dia.

*Eram 16 horas e 15 minutos.*

## ORDEM DO DIA

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, vamos passar à apreciação do relatório elaborado pela delegação da Comissão Eventual para Acompanhamento da Situação em Timor Leste que se deslocou àquele território

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Anacoreta Correia para, na qualidade de relator da refenda Comissão, fazer a apresentação do relatório, dispondo, para tal, de 5 minutos

**O Sr. Miguel Anacoreta Correia (CDS-PP)** — Sr Presidente da Assembleia da República, Sr. e Srs. Deputados. Ao apresentar, hoje, em Plenário, o relatório dos nove Deputados dos seis partidos políticos com assento parlamentar que estiveram em Timor no mês passado, cumpre-se mais uma etapa na continuidade do trabalho iniciado por Timor há 18 anos, por vontade unânime da Assembleia da República.

Ao partirmos, eram três os objectivos principais da missão: primeiro, verificar directamente a realidade timorense, segundo, transmitir ao povo timorense a solidariedade do povo português e dos seus representantes eleitos, terceiro elaborar um relatório a ser difundido, também, junto de outros parlamentos e instituições que, ao longo dos anos, mantiveram com a Assembleia da República contactos sobre a questão timorense

No que se refere ao primeiro dos objectivos (observação), sente a missão que o seu intenso programa lhe permitiu ter uma percepção muito adequada da realidade de Timor e houve, com efeito, a preocupação de manter um equilíbrio nas entidades a encontrar

Das dezenas de encontros havidos, dois, pelo menos, mereceriam ter sido mais extensos com os jovens timorense e com as ONG portuguesas, que têm feito um trabalho de extrema dedicação e competência. Sentimos que esses encontros foram «incompletos», mas foi materialmente impossível desdobrar o nosso tempo

No entanto, duas impressões marcaram profundamente os Deputados: em primeiro lugar, o grau de destruição no território, que evidencia uma programação sistemática, meticolosa, cirúrgica e, certamente, praticada com sentimento de impunidade, destruição muito mais extensa e intensa do que pudéramos imaginar; em segundo lugar, marcou-nos a impressão sobre a forma como os timorense respeitam e amam Portugal e a esperança que em nós depositaram para que os apoiemos no seu futuro de independência

O segundo objectivo (o de testemunharmos a nossa solidariedade) foi, para nós, o mais grato de cumprir. Permito-me destacar a visita ao cemitério de Santa Cruz, verdadeiro ponto de viragem na história de Timor, a viagem ao enclave de Oecussi, visitado pela primeira vez por um órgão de soberania, e, também, a visita ao acampamento das FALINTIL em Aileu, onde nos foi impossível calar a emoção que sentimos quando o Comandante Matan Ruak escolheu os Deputados portugueses para transmitir a mensagem de insatisfação das FALINTIL pela forma como vinham sendo tratadas

No que se refere ao relatório, sublinhamos que, propostadamente, não se quis este relatório como uma «federacão» de actas mas como algo que traduzisse de forma sintética, mas elaborada, as impressões e as recomendações que a nossa visita suscitou

Pudemos constatar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que a situação evolui, em Timor Leste, muito mais rapidamente do que imagináramos, exigindo um acompanhamento constante e atento, que a situação de abastecimento está melhor, também, do que poderíamos pensar, mas cria uma falsa ideia de normalidade, que o facto de o poder de compra ser baixo relativamente aos preços praticados e de o desemprego ser altíssimo tem como resultado o aumento da tensão social

As Nações Unidas conseguiram o grande objectivo de assegurar a paz no território, ainda que o esquema de segurança apresente vulnerabilidades evidentes. O processo de decisão das Nações Unidas é lento, por vezes exasperadamente lento. A qualidade da Administração é irregular e os timorense estão-lhe insuficientemente associados, para não dizer muitíssimo pouco associados

O processo político permanece indefinido. O Conselho Consultivo Nacional está longe de cumprir as funções que se pretendem de um «para-parlamento».

Constatou-se também um grande défice de informação sobre Timor Leste, mesmo (diria, sobretudo) no próprio território

Foi-nos grato constatar que a nossa cooperação é extremamente apreciada e que, qualitativamente, se situa num plano claramente superior à do conjunto dos doadores, existindo o mesmo sentimento relativamente ao esforço das forças armadas e de segurança e também ao trabalho que está a ser realizado pelas empresas portuguesas

Finalmente. .

**O Sr Presidente** — Sr Deputado, esgotou os 5 minutos de que dispunha Faça favor de terminar

**O Orador** — Termino, então. Sr Presidente, pedindo a V. Ex.ª para que seja publicada no *Diário* desta sessão a página e meia que me falta ler

**O Sr Presidente** — Se o Sr Deputado quiser continuar a sua intervenção e o tempo que gastar ser-lhe descontado no tempo que foi atribuído ao seu partido, faça favor

**O Orador** — Sr Presidente, na intervenção que irei fazer em nome do meu partido gastarei apenas 1 minuto e 30 segundos

**O Sr Presidente** — Então, faça favor de concluir e, de seguida, fazer a intervenção em nome do seu partido

**O Orador** — Muito obrigado, Sr Presidente

Finalmente, os Deputados que estiveram em Timor Leste pensam que a reconciliação é um processo difícil, muito delicado e que não terá consistência se não forem julgados e castigados os responsáveis pela situação de violência que ali se viveu

No que se refere às recomendações, entendemos que Portugal pode e deve estar mais activo no plano multilateral, sobretudo catalisando o trabalho que lançará as bases para a passagem da fase de reconciliação à de desenvolvimento, fase que vai exigir uma grande e prolongada generosidade e solidariedade internacionais

Pensamos, também, que Portugal se deve concentrar nas áreas que têm maior interesse mútuo: educação, cultura, formação profissional e Administração e que deve associar às acções nestas áreas outros países da CPLP

Em áreas onde Portugal desempenhe, muito provavelmente, um papel mais subsidiário a nossa cooperação deve ser, sobretudo, de qualidade excelente

A Assembleia da República vai dar satisfação aos pedidos que lhe foram feitos para, no quadro da cooperação interparlamentar, dar a sua contribuição quer na construção das estruturas democráticas quer para continuar a levantar o problema de Timor em instâncias como o Comite dos 24, a UIP, o Conselho da Europa, esclarecendo que se se passou da fase dos grandes sacrifícios para outra fase, esta de grande complexidade, que certas ameaças permanecem e que isto exige, como já foi dito, uma persistente e continuada ajuda internacional Neste quadro, pensamos e preconizamos desenvolver um diálogo com os Parlamentos indonésio e australiano

Pensamos, Sr Presidente e Srs. Deputados, que a missão cumpriu o trabalho que se havia proposto Justificase totalmente a atenção e a prioridade que sempre foram dadas em Portugal à «Questão de Timor». É imperioso mantê-las e quero, por fim, publicamente, agradecer, em meu nome e no dos meus colegas, ao Sr. Presidente da Assembleia da República e aos Serviços da Assembleia o encorajamento e o apoio que recebemos

Muito obrigado!

#### *Aplausos gerais*

Por sugestão do Sr Presidente e aproveitando o facto de estar no uso da palavra, digo apenas duas palavras, em nome do meu partido, o CDS-PP

Nós, CDS, continuaremos a apoiar todas as iniciativas que forem desenvolvidas por Timor, desde que beneficiem a paz, a estabilidade, as populações e o progresso do território. Insistimos em que uma reflexão, profunda e competente, objectivada para o longo prazo, se impõe. Será difícil aceitar ou justificar, no futuro, o improvviso

Foi sempre uma postura de muito rigor a que tivemos sobre Timor Permitam-me, Sr. Presidente e Srs Deputados, que recorde a profundidade do pensamento de Adriano Moreira, dando à questão timorense o enquadramento devido em termos estratégicos e que recorde, também, neste momento, o transbordante entusiasmo e emoção que Nuno Abecasis pôs em tudo quanto dizia respeito a Timor

#### *Aplausos do CDS-PP, do PS e do PSD*

Eles fizeram tudo quanto lhes era possível para que, sobre esta causa, houvesse um genuíno consenso nacional. Também por isso lhe estamos muito gratos

#### *Aplausos do CDS-PP, do PS, do PSD e do Deputado do BE Francisco Louçã.*

O Sr Presidente — Srs. Deputados, permitam-me que faça uma precisão o Sr Deputado Anacoreta Correia apresentou o relatório sobre Timor não na qualidade de relator mas na de Presidente da Comissão, porque, ao que me informam, o relatório é o produto de um trabalho colectivo de todos os membros da Comissão

Feito este esclarecimento, tem a palavra o Sr Deputado Rodeia Machado para uma intervenção, dispondo de 5 minutos, como sabe.

O Sr Rodeia Machado (PCP): — Sr Presidente, Sr<sup>o</sup> e Srs Deputados: Foram necessários muitos anos para que

a visita de uma delegação parlamentar da Assembleia da República se realizasse ao território de Timor Leste, ou seja, a Timor Lorosae.

Foi necessária uma luta forte e persistente de um povo que, ao longo de 24 anos de ocupação indonésia, nunca se vergou, nunca disse «não» à sua identidade e, sobretudo, sempre fortaleceu a sua vontade de ser livre e de criar uma pátria justa, livre e democrática. Essa vontade, esse desejo, foi, desde sempre, a sua grande força — a sua força para resistir, para lutar e para poder vencer.

É uma grande lição para todo o mundo este acto heróico de resistência ao invasor, da luta de um pequeno povo que, face à grandeza do ocupante, nunca se vergou e sempre soube resistir. Aliás, a resistência à ocupação pelas FALINTIL, que na mata resistiram ao longo de 24 anos, funde-se com a luta de todo o povo timorense, porque eles foram a ponta visível do iceberg que ancorava a sua vontade na vontade colectiva do povo timorense que sempre quis ser livre

Pelo caminho dessa luta ficaram milhares e milhares de mortos, massacrados e violentados por um regime opressor que os quis calar, que os quis amordaçar, mas que nunca o conseguiu

Nos massacres da população indefesa que, a seguir à invasão da Indonésia, se fizeram sentir, não foram ainda quantificados os mortos, nem talvez nunca o consigam ser. Como não foram quantificados os que morreram durante os anos seguintes à ocupação, ou os do cemitério de Santa Cruz ou, mais recentemente, os que foram mortos depois do referendo, quer pelos militares indonésios, quer pelas milícias ao serviço destes mesmos militares. Mas uma coisa é certa: estes crimes não podem ficar impunes e temos que continuar a reclamar, junto da comunidade internacional, para que os culpados sejam julgados

O relatório que, hoje, aqui apresentamos resulta da visita efectuada a Timor Lorosae, em nome da Assembleia da República, e dá conta dessa dura realidade, mas dá igualmente conta da vontade desse povo que quer continuar a lutar pela sua liberdade

Quando a delegação da Comissão Eventual para Acompanhamento da Situação em Timor Leste chegou ao território, julgava-se bem informada sobre a situação que ali existia e sobre o que ali tinha ocorrido depois do referendo de 1999, através dos depoimentos de muitas pessoas que ali estiveram na altura e depois dos trágicos acontecimentos

Mas a situação que ali fomos encontrar foi bem pior do que qualquer relato, do que qualquer testemunho ou, mesmo, do que os filmes e fotografias publicadas nos meios de comunicação social.

Tudo ali foi diferente, naquela altura, diante dos nossos próprios olhos.

Apercebemo-nos, nesse mesmo dia, de como tudo foi planeado pelas tropas indonésias e pelas milícias a seu mando. Planeado com métodos maquiavélicos, porque o que não foi queimado foi destruído e o que não foi destruído foi saqueado

Pode afirmar-se, sem sombra de dúvida, que o saque foi generalizado

Estivemos em muitas povoações e, embora, numas mais do que noutras, os edifícios queimados, as casas esventradas e saqueadas sejam o traço comum, o que mais impressionou foi no enclave de Oecussi, onde não ficou absolutamente nada

A pobreza e o abandono a que votaram as populações, num acto mesquinho de vingança, após o referendo, é pior do que aquilo que se podia imaginar.

Conhecíamos a descrição e os contornos, mas vê-lo perante os nossos olhos é bem pior. É uma dura realidade.

Por outro lado, esperávamos que, passada a fase de emergência, em que muito do esforço feito por portugueses ao serviço das ONG é ali bem reconhecido, se tivesse já passado à fase da reconstrução, mas esta encontra-se ainda bastante atrasada.

O arranque das obras da reparação de edifícios públicos e, sobretudo, das casas particulares é uma questão que tarda em arrancar e vimos ali em que condições se encontra a população, ou seja, a viver em condições precárias, sem água, sem esgotos (e os que existem são altamente deficientes) e sem condições de habitabilidade, o que condiciona e agrava as condições sanitárias e de saúde.

Mas, a par desta situação, Sr Presidente e Srs. Deputados, existe uma outra de não menos importância as condições económicas da generalidade da população.

O limiar da pobreza absoluta é uma expressão que ali tem uma realidade bem vincada. A grande maioria da população não tem emprego, não tem dinheiro, não tem condições para se alimentar, e a ajuda alimentar internacional não só é necessária como é vital para a sua sobrevivência.

Fica desde logo bem presente que a ajuda alimentar e económica internacional são dois factores fortemente condicionadores do desenvolvimento de Timor Leste.

A recuperação económica, que se faz de forma lenta, está dependente nesta fase da ajuda económica internacional e por isso mesmo é imperioso que se reforce a cooperação internacional e que, na próxima reunião internacional de doadores, aqui, em Lisboa, isso seja reforçado.

No campo da saúde, do ensino e da língua portuguesa, muito há para fazer, pese embora o esforço que Portugal tem vindo a fazer através das ONG e entidades oficiais, mas urge coordenar com maior rigor a ajuda bilateral.

Os contactos que tivemos com as várias entidades em presença no território permitiu-nos traçar um quadro genérico de Timor Leste.

Ouvimos da parte do CNRT, através do Comandante Xanana Gusmão, a vontade de manter laços com Portugal e com os portugueses, tendo como traço comum a língua portuguesa.

Ouvimos das FALINTIL o seu desespero perante a situação que estão a viver e do seu Chefe de Estado-Maior, o Comandante Matan Ruak, ouvimos também a vontade de que as FALINTIL se possam tornar no futuro exército embrionário.

**O Sr. Presidente** — Queira concluir, Sr. Deputado

**O Orador:** — Vou terminar, Sr Presidente, dizendo que tudo isto está presente no relatório.

Sentimos, por outro lado, a vontade da população em querer transformar aquele território num país verdadeiramente livre e entendemos que é necessário que a solidariedade demonstrada pelo povo português a seguir aos actos dramáticos pós-referendo se mantenha e que ela seja cativante para o apoio bilateral por parte do Governo português e da comunidade internacional.

O PCP, hoje, tal como ontem, manterá sempre a sua posição de total apoio e solidariedade para com o povo de Timor Lorosae.

*Applausos do PCP, do PS, do PSD, do CDS-PP e do BE*

**O Sr. Presidente** — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Natália Carrascalão.

**A Sr.ª Natália Carrascalão (PSD)** — Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Deputados. A apresentação do relatório da delegação da Comissão Eventual para Acompanhamento da Situação em Timor Leste que visitou o território marca o início de um novo ciclo para a Assembleia da República Portuguesa no seu relacionamento com o povo timorense.

Conseguimos, finalmente, depois de esperar longos anos, observar, *in loco*, um território martirizado por décadas de violência gratuita onde a esperança ainda é, tristemente, uma palavra com pouco sentido.

Todos julgam saber para onde ir, mas a situação no território demonstra bem as dificuldades de todo o processo.

A nossa vigilância, a partir deste momento, tem de ser redobrada. Temos de estar preparados para participar activamente na construção do destino daqueles a quem tanto queremos.

**Sr Presidente, Sr.º e Srs Deputados** Tivemos como missão ser os olhos dos portugueses e ver aquilo por que tantos e tantos lutaram. um Estado livre de Timor Lorosae!

Acontece que este sonho vem ainda longe. A sua viabilização obriga a que o empenhamento de todos seja reforçado.

Apesar de alguns sinais positivos, existem, ainda, problemas prementes que urge resolver. Deles destaco o relacionamento entre a UNTAET e os timorenses; a degradação das condições sociais, a situação das FALINTIL; a definição da propriedade privada.

**O Sr António Capucho (PSD)** — Muito bem!

**A Oradora:** — O relacionamento entre a UNTAET e os timorenses é distante.

**O Sr Manuel Moreira (PSD)** — Muito bem!

**A Oradora:** — Este distanciamento entre governantes e governados, de que tanto falamos a propósito das democracias ocidentais consolidadas, não ajuda a necessária estabilidade social e política de um novo Estado.

**Vozes do PSD** — Muito bem!

**A Oradora:** — Se acontece é porque algo vai mal. Pior ainda, quando a separação resulta das acções e omissões de quem tem por missão governar. A UNTAET e toda a sociedade timorense têm de caminhar lado a lado, porque, afinal, aquilo que desejam é o mesmo.

**Vozes do PSD.** — Muito bem!

**A Oradora:** — A degradação das condições sociais resulta, em parte, desse afastamento e é agravada pela falta de trabalho e meios de subsistência da população. Lá diz o ditado popular. «casa onde não há pão todos ralham e ninguém tem razão»

Esta situação, a manter-se, pode ter consequências devastadoras no futuro de um país que necessita urgentemente de paz social.

As FALINTIL, como elemento fundamental no processo de autodeterminação do povo de Timor Lorosae, têm direito a um tratamento que reflecta o seu estatuto. Elas

foram, de alguma forma, os «Capitães de Abril» dos timorenses. É certo que não foram autores de uma revolução, mas foram pedras fundamentais na longa caminhada para libertação de Timor Lorosae.

As FALINTIL devem ser o embrião das Forças Armadas do novo Estado. Urge dar início ao processo que lhes permita assumir a sua nova função.

Por último, a questão da definição da propriedade privada.

A anarquia que reina, a este nível, em Timor Lorosae contribui para a degradação da situação social. É urgente restituir os direitos de posse aos seus legítimos proprietários. Para isso, é fundamental a colaboração de Portugal e da Indonésia, que são os detentores da informação rigorosa sobre a delimitação da propriedade privada naquele território.

Não nos podemos esquecer que a definição e restituição daqueles direitos é fundamental para o início da reconstrução da propriedade privada, essencial para a edificação do novo Estado e para dar garantias e efectiva confiança aos potenciais investidores.

Sr. Presidente, Sr.º e Srs Deputados: A resolução destes e de outros problemas, que tivemos oportunidade de verificar com a nossa visita.

**O Sr Presidente** — Terminou o seu tempo. Sr.ª Deputada Agradeço que complete o seu raciocínio

**A Oradora** — contribuirá certamente para a construção do novo Estado, construção pacífica mas necessariamente plural. Construção que se tem de apoiar em alícerces seguros.

Portugal tem neste processo uma tarefa fundamental. A cooperação bilateral deve ser reforçada, e mais afirmativa. Os timorenses precisam de continuar a sentir o nosso empenhamento na sua causa.

Sr. Presidente, Sr.º e Srs Deputados. Estou certa de que os portugueses querem que os nossos olhos não se fechem e que vejam sempre mais e mais longe.

A nossa vigilância será mais uma garantia para todos os timorenses e para todos aqueles que representamos de que o nosso sonho comum será em breve uma realidade.

*Aplausos do PSD, do PS, do PCP, do CDS-PP e do Deputado do BE Francisco Louçã*

**O Sr Presidente** — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Castro.

**A Sr.ª Isabel Castro (Os Verdes)** — Sr Presidente, Srs Deputados, Em primeiro lugar, gostaria de dizer que aquilo que os nossos colegas, todos e cada um de nós, está a relatar é, no fundo, uma experiência que julgo ser inesquecível.

Como foi lembrado durante muitos anos, Timor foi a utopia que quisemos nossa, o sonho que quisemos que se tornasse realidade e, naturalmente, a ida de uma delegação que representava o povo português a Timor foi algo extremamente importante, do nosso ponto de vista.

Se já foi dito que a violência foi brutal e está muito para além daquilo que podíamos imaginar, penso que, quando vimos uma destruição tão brutal que até as raízes das árvores arranca para que nem essa riqueza possa prevalecer, porventura, isso dá a noção exacta da brutalidade, da sistemática destruição, do ódio e, no fundo, do gigantismo

da violência que aquele povo teve de enfrentar. E teve de enfrentar, durante muitos anos, com falsas hipocrisias, com muito pouca ajuda internacional, com um enorme isolamento durante anos.

Hoje, provavelmente, muitos daqueles que acreditam que Timor vive noutras condições estão esquecidos de Timor e a opinião pública portuguesa precisa de saber que Timor precisa de ajuda. A ajuda a Timor tem de partir, em primeiro lugar, de si própria, da sua capacidade de discutir e de encontrar o seu futuro, mas a ajuda a Timor precisa do apoio de outros países da comunidade internacional, que ficou pelas palavras e não se concretizou; a ajuda a Timor passa também pelos portugueses que, generosamente, lá estão mas que têm de ser apoiados de outro modo, a ajuda a Timor, aparentemente, na imensa dificuldade em que, neste momento, se encontra, passa — e é aqui que, para mim, pelo menos, reside a esperança —, uma vez mais, pela capacidade de resistir àquilo que é impossível, quase, perante um país destruído, perante um país que hoje não está a ser envolvido nas tomadas de decisão, perante um país que hoje, nascendo, tem um inimigo invisível e, porventura, mais difícil de combater.

Porém, dos muitos contactos que tivemos, há um que considero particularmente impressivo, refiro-me ao encontro com a mulher do Comandante Mahuno, uma mulher que, com os seus filhos, fugiu para a montanha, uma mulher que resistiu, uma mulher que mantém um olhar de esperança. Porventura, essa mulher, como as muitas outras mulheres de que, aliás, falava um poema de Manuel Alegre, poucos dias depois do referendo — eu recordo-o porque me parece extremamente belo —, são aquelas que «Levantam-se cedo e começam a lida / Queimaram-lhes a casa, mas elas próprias são a casa / Lavam os filhos varrem o chão / Contra a morte elas celebram os quotidianos rituais da vida / E em cada gesto refazem o lar ausente / E em cada uma renasce a terra destruída / Timor é onde elas estão / Elas são o sol nascente!»

Para nós, é por aqui que passará o futuro, também

*Aplausos gerais.*

**O Sr Presidente** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Luís Fazenda

**O Sr Luís Fazenda (BE)** — Sr Presidente, é a si que me dirijo neste caso e, por seu intermédio, a toda a Câmara, para dizer que esta missão parlamentar foi uma missão de trabalho aturado, foi uma missão de rigor, na qual se empenharam Deputados de todas as bancadas e os serviços da Assembleia da República.

Não fizemos mais do que aquilo que foi a expectativa de solidariedade nacional dos portugueses para com a heróica luta do povo de Timor Lorosae e não fizemos mais do que aquilo que também hoje se espera de solidariedade na reconstrução e na ajuda para um estado democrático e independente. Fomos aqui não apenas o Parlamento de labor político mas, também, um Parlamento de serviço, e se há ocasião em que isto merece ser sublinhado, é esta.

**Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Deputados** Creio que há algumas questões incontornáveis que resultam da nossa observação no terreno e uma delas é que o principal está a passar por Nova Iorque e para Nova Iorque devemos lançar os olhos. Em primeiro lugar, porque as Nações Unidas devem aumentar a pressão sobre o Estado Indonésio para julgamento dos criminosos. Não se trata

apenas de fazer um historial de justicialismo, trata-se de tomar actos políticos que levem à desautorização, à desmoralização dos genocidas, dos militares criminosos, daqueles que não desistiram, ainda, de reagrupar, de armar as milícias e de as infiltrar em Timor Leste.

Se é certo que o Presidente Wahid é, na fase actual de transição, eventualmente para um regime democrático, um aliado objectivo importante neste processo, não é menos verdade que a melhor forma de auxiliar o Presidente Wahid e aqueles que estarão na disposição de respeitar as resoluções internacionais acerca de Timor Lorosae é, exactamente, não diminuir a pressão para o julgamento dos criminosos genocidas.

Algumas outras questões são essenciais, tais como o estatuto das FALINTIL, não previsto pelos acordos de Nova Iorque, como um embrião do futuro exército nacional, tal como o prolongamento, meramente técnico, do período de transição cometido à UNTAET e o rápido acesso à independência; tal como o apoio da comunidade internacional numa fase pós-independência, quer em áreas securitárias, quer em áreas de desenvolvimento económico e de ajuda alimentar.

Há aqui compromissos que passam por Nova Iorque e passam brevemente por Lisboa, como a Conferência de Doadores. É que os compromissos financeiros para diversos fundos — dos Estados Unidos, do Japão e de outros países — não passam ainda de retórica, não tiveram preenchimento objectivo e Timor agoniza na espera desses compromissos financeiros, agoniza na espera dessas verbas, para desenvolver a reconstrução, para recrutar os mínimos equilíbrios para o desenvolvimento humano e social, numa terra que foi atapetada de cinza, de lama e de sangue.

Sr " e Srs Deputados. É também necessário sublinhar aqui o compromisso que houve, da parte de todas as forças políticas em Timor, por um Estado democrático, laico e independente.

Efectivamente, os tributos foram pesados, em mais de 25 anos de ocupação, de genocídio, de massacre, de cinzas e, finalmente e agora, porque esse também é um tributo pesado, de cedência, de cedência objectiva e calculada de enormes riquezas naturais.

Todos esses tributos valem o esforço por um Estado democrático, laico e independente em Timor Lorosae.

Sr " e Srs Deputados Portugal tem compromissos. Não sendo uma potência administrante também não deixou de o ser. É uma situação singular num processo único de descolonização, que é feito num figurino novo, onde se joga não apenas aquelas que são as expectativas das timorenses e dos timorenses, onde se joga não apenas a solidariedade de Portugal e de outros países mas joga-se também muita da credibilidade das Nações Unidas, bastante afectada em várias regiões do globo e em vários processos.

Cremos que a todos interessará que este processo se desenvolva de uma forma que seja internacionalmente aceite e que possa restituir crédito àqueles que lutam pela segurança mundial, por uma paz duradoura e pelo respeito dos direitos humanos e dos povos à autodeterminação e independência. Portugal tem, até por esta posição singular, uma responsabilidade acrescida. Tem-na, em particular, na língua, no desenvolvimento do idioma, sem esquecer que 80% dos timorenses não falam português.

O Sr Presidente — Sr. Deputado, terminou o tempo de que dispunha. Agradeço que complete a sua ideia.

**O Orador:** — Vou terminar, Sr Presidente.

Não basta uma rádio a emitir em português, 24 horas sobre 24 horas, a partir do próximo Verão, é necessário ajudar a instalar uma televisão portuguesa em Timor.

O Sr Presidente. — Agradeço que termine, Sr Deputado

**O Orador.** — Uma última palavra, Sr. Presidente, de homenagem às ONG timorenses, às ONG portuguesas em Timor.

O Sr. Presidente: — Tem de terminar, Sr Deputado

**O Orador** — Está terminado, Sr. Presidente.

*Aplausos gerais*

**O Sr. Presidente.** — Sr Deputado Luís Fazenda, agradeço, sobretudo, a sua compreensão.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Carlos Luís

**O Sr Carlos Luís (PS)** — Sr Presidente, Sr " e Srs Deputados Mais uma vez, esta Câmara é chamada a discutir o assunto Timor e, neste caso concreto, a dar conta da deslocação da Delegação Parlamentar a Timor Lorosae.

Não há imagem nem relatórios ou palavras que possam traduzir aquilo a que a Delegação assistiu em Timor, desde logo, no contacto com os timorenses, com maiores ou menores responsabilidades. todos eles são unâmes na ligação afectiva a Portugal Creio que não existe nenhuma ex-colónia portuguesa onde este sentimento seja tão expressivo e tão forte como o fu encontrar em Timor Lorosae. E é porventura o acontecimento, depois do 25 de Abril de 1974, que mais e melhor uniu os portugueses numa luta comum.

Todas as bancadas deste Parlamento viram as suas figuras mais expressivas passar pela Comissão Eventual para Acompanhamento da Situação em Timor Leste Todos eles, de uma forma ou de outra, deram o seu melhor contributo a esta causa nacional E o último Presidente da Comissão, na anterior legislatura, permitam-me que o cite, Sr Presidente e Srs Deputados, chegou a confidenciar-me que a sua presença no Parlamento apenas tinha razão de ser pela dedicação que sempre teve, nos últimos meses, nos últimos dias da sua vida, à causa de Timor Leste Refiro-me, como é evidente, a Nuno Abecasis.

*Aplausos do PS, do PSD, do CDS-PP, de Os Verdes e do BE.*

Quero aqui recordá-lo, porque muitas vezes ele traduziu em palavras simples e em gestos comedidos a dor profunda que lhe ia na alma, que tive oportunidade de ter presente durante a minha visita, como também a de muitos ex-parlamentares de todas as bancadas que a esta causa dedicaram grande parte do seu trabalho parlamentar.

Mas, Sr Presidente, passada que foi a primeira fase humanitária, a segunda fase, de reconstrução, dá os primeiros passos, e com muita dificuldade.

Foi gratificante para os parlamentares que se deslocaram a Timor ouvir, dos responsáveis da UNTAET e do Comandante-Chefe das Forças Armadas, um general filipino, os maiores elogios às Forças Armadas Portuguesas, às forças paramilitares e às forças de segurança. Mas

também foi gratificante ouvir, do Comandante Xanana Gusmão, os maiores elogios às diversas organizações não governamentais e, muito em particular, à representação oficial portuguesa, pelo trabalho que ali está a ser desenvolvido

Esta Câmara, o Governo, o Presidente da República devem chamar a atenção da comunidade internacional para o não cumprimento ainda dos compromissos de Tóquio, na mesa dos doadores. Até hoje, só Portugal cumpriu na íntegra aquilo que se comprometeu a cumprir. E isto ouvimo-lo dos mais altos responsáveis

Também a igreja tem um papel insubstituível em Timor Leste. Contactámos com duas figuras incontornáveis, D. Ximenes Belo e D. Basílio do Nascimento, que, sem dúvida, para além de serem uma autoridade moral, representam também a sociedade timorense

Mas, Sr Presidente e Srs Deputados, a Delegação Parlamentar trouxe uma mensagem muito forte relativamente à qual este Parlamento não se pode calar. Se durante anos erguemos a nossa voz em diversos *fora* internacionais, porque queríamos que, para Timor, fosse encontrada uma solução global, justa e internacionalmente aceite, à luz das Nações Unidas, exigimos hoje também, e não podemos calar-nos, que a comunidade internacional, à luz e no quadro das Nações Unidas, crie um tribunal internacional para julgar os criminosos responsáveis por este genocídio. É esta a mensagem muito forte que trazemos dos responsáveis religiosos, da sociedade civil e, muito em particular, do CNRT.

Por isso, junto a minha voz a todas aquelas

O Sr Presidente — Sr Deputado, terminou o tempo de que dispunha. Agradeço que termine.

**O Orador** — Terminei já, Sr Presidente

Junto a voz da minha bancada e de todas as outras bancadas para dizer que comungamos também das aspirações que aqui foram expressas

*Aplausos do PS, do PSD, do CDS-PP e do BE*

O Sr Presidente — Srs Deputados, está dito o principal e não importa votar coisa alguma, pois a melhor votação foi o sentimento unânime que foi transmitido pelas vossas intervenções

Temos uma dívida de reconhecimento para com todos os nossos camaradas que foram a Timor Leste, que transformaram essa visita num verdadeiro êxito e que acabam de nos apresentar um relatório digno, o qual mereceu as palavras elogiosas de todos vós. Agradeço a todos

*Aplausos gerais*

Srs Deputados, vamos dar início à discussão, na generalidade, do projecto de lei n.º 78/VIII — Relatório anual sobre o estado da saúde (PSD)

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Ana Manso.

A Sr.ª Ana Manso (PSD) — Sr Presidente, Sr.º e Srs. Deputados O presente projecto de lei, referente ao relatório anual sobre o estado da saúde, vem suscitar uma questão essencial de acesso e transparência aos dados reais sobre os meios e a actividade desenvolvida pelo Serviço Nacional de Saúde

O objectivo desta iniciativa legislativa é o de implementar uma prática de transparência sobre o funcionamento do sistema de saúde que permita uma análise e um trabalho sério de discussão e acompanhamento de medidas e soluções adequadas. Mas nós somos claros: somos a favor do rigor e da transparência, somos contra a ilusão, somos contra a fabricação factual dos dados ou a sua camuflagem, consoante as conveniências do momento ou os seus destinatários

Esta é uma questão de disponibilidade política e de consciência. Disponibilidade política de quem não receia falar verdade, de quem nada teme, porque nada deve. Consciência de que a saúde é uma preocupação nacional que exige uma discussão pública e o envolvimento responsável de políticos, dos *media*, dos profissionais de saúde e dos seus utilizadores

Não é possível fazer diagnósticos sobre o estado da saúde em Portugal e, muito menos, prescrever terapêuticas adequadas com os dados dispersos, por vezes contraditórios, muitas vezes divergentes e outras tantas inexistentes, em mais de 500 relatórios diferentes

Ocultar os dados, recusar as informações quando não convém ou propagandeá-las quando dá jeito é, acima de tudo, uma atitude pouco séria e atentatória dos direitos das pessoas

Por acaso, o Partido Socialista desconhece que a maioria dos dados incluídos nesses relatórios têm como objectivo apenas uma fotografia geral ou uma operação de mera cosmética, já que ninguém os discute e avalia?

Por acaso, o Partido Socialista desconhece que os últimos dados comparativos dos hospitais datam de 1995 e que, a partir daí, nunca mais foram publicados? Surgiram ontem, por acaso, passados cinco anos, os elementos estatísticos de 1997, mas que nada têm a ver com as anteriores publicações comparativas

Se a ausência de dados ou o secretismo dos números não ajuda ninguém, que dizer da contradição e «dança» dos mesmos?

Nas listas de espera, o número de utentes é de 81 000? Ou é de 49 000, como referiu a bancada socialista no debate parlamentar sobre listas de espera, em 19 de Janeiro? Ou é de 56 591, como a Ministra da Saúde referiu em 3 de Março? Ou será que é de 73 293, como referiu a Ministra na passada sexta-feira? Afinal, em que número ficamos? Quem é que o Governo quer iludir ou enganar com esta confusão de números? Entendam-se! Entendam-se, porque o País precisa de saber a verdade! Por nós, sabemos bem que, qualquer que ele seja, é um número demasiado elevado. E a nós o que verdadeiramente nos preocupa são esses milhares e milhares de pessoas que esperam e desesperam

Sr Presidente, Sr.º e Srs Deputados O que seria de um doente se o médico assistente não tivesse um processo clínico único, com todos os seus dados lá incluídos? E se faltassem lá registo? Ou, ainda, se eles fossem contraditórios? Que diagnóstico faria? Que tratamento aconselharia? E como o avaliaria? Nem dá, sequer, para imaginar! .. Mas no sistema de saúde o estado actual é assim virtual e surrealista, onde os dados não são conhecidos, os diagnósticos são subjectivos e as terapêuticas tardam

O Serviço Nacional de Saúde está mais do que esgotado,

O Sr João Sobral (PS). — Ah!

**A Oradora** — . está em crise ou anestesiado, à espera de um milagre, de uma grande cirurgia em longa espera, nas longas e intermináveis listas de espera

O Serviço Nacional de Saúde necessita de uma reforma profunda que lhe induza a eficácia e a eficiência e justifique socialmente os custos

Não é, seguramente, por falta de debates e de reflexão parlamentares sobre o sector da saúde que os problemas não se resolvem e as mudanças necessárias não se concretizam. O próprio Presidente da República, na «semana da saúde», identificou vários problemas, mas o Governo olhou para trás e para o lado e não resolveu nenhum

O ex-Director Geral da Saúde elaborou um relatório demolitor, invocando o fim de um ciclo e apontando caminhos, mas a Ministra, obcecada em ajustar contas com a sua antecessora, entreteve-se a «limpar» e a «varrer» o Ministério da Saúde, a estudar os *dossiers*, como se o Partido Socialista do XII Governo fosse diferente do Partido Socialista do XIII Governo

O cidadão, Sr Presidente, Sr.<sup>o</sup> e Srs Deputados, aquele que necessita de recorrer aos serviços de saúde, tem plena legitimidade para algumas interrogações e perplexidades

Por que razão não funciona, então, o sistema nacional de saúde?

Por que razão o crescimento da despesa do Estado com o sector não corresponde a melhoria dos serviços prestados?

Por que razão nos confrontamos com a falta de recursos técnicos e humanos na saúde?

Por que razão não há médicos suficientes nos serviços de saúde do interior do País?

Por que razão os tempos de espera para consultas ou intervenções cirúrgicas são quase eternos?

Por que razão continua o preconceito sobre a alternativa privada, ou a sua complementaridade, ao sistema público?

**O Sr João Sobral (PS)** — Ah!

**A Oradora** — Muitas e muitas outras interrogações assaltam os portugueses E, por mim, Sr Presidente, Sr.<sup>o</sup> e Srs Deputados, a resposta só pode ser uma absoluta ausência de vontade política do Governo, acrescida de alguma dose de incompetência

A avaliação do grau de satisfação, por parte de doentes e profissionais, é penalizante para o estado de saúde do sistema de saúde

Temos a convicção, pelo que vemos, ouvimos, vivemos e lemos, de que a maioria dos profissionais está desmotivada, está descontente, não entende o ziguezague, o quente-frio, o avança-recua da política socialista da saúde

E os doentes? Como se sentem? Mal! Muito mal! Mais de 70% recorrem à automedicação, por incapacidade de resposta dos serviços de saúde, e 2 milhões de portugueses não têm médico de família E isto porqué? Porque o Partido Socialista é incapaz de governar, é incapaz de decidir, é incapaz de organizar e de gerir E será que nem sequer é capaz de criar um sistema de informação que, ao mesmo tempo, sirva o doente e permita a avaliação permanente e integrada do estado de saúde dos portugueses?

O Primeiro-Ministro decidiu fazer da saúde a sua paixão neste Governo mas não tem coragem nem vontade política

e a paixão não deu em casamento nem em união de facto mas apenas em caso de cosmética de curta duração.

O Primeiro-Ministro disse que fazia do rigor e da transparência a sua principal batalha política

**O Sr Nelson Baltazar (PS)** — E está a fazer!

**A Oradora** — Ficámos à espera e a ver vamos! .

Acreditamos que os portugueses estão dispostos a pagar para ter um bom serviço de saúde pública mas não temos dúvidas de que lhes repugna um sistema de desperdício, de irresponsabilidade e de baixos níveis de eficiência Isto é, o sistema terá capacidade instalada, terá recursos, mas falta-lhe, de certeza absoluta, organização, gestão e responsabilização

Foi neste sentido que o Partido Social Democrata entendeu apresentar uma iniciativa legislativa para criação e institucionalização de um relatório global sobre o estado da saúde que os portugueses não têm ou tardam em conseguir

É uma questão essencial de transparência política e de rigor na informação E, sobretudo, por uma razão particularmente decisiva: Portugal é, a par da França e da Holanda, um dos três países da União Europeia que mais gasta com a saúde, ou seja, exactamente 8% do PIB Entendo, vale a pena perguntar, por que gastamos tanto e a saúde não melhora? Por que gastamos tanto como a França e a Holanda e os nossos serviços de saúde funcionam pior? Estas questões têm de ser esclarecidas e discutidas, porque são de relevante interesse nacional, porque têm a ver com o dinheiro dos impostos pagos pelos portugueses

Nada melhor para começar do que aprovar este projecto de lei Ele é um passo, e importante, para ajudar à mudança que Portugal exige e os portugueses reclamam

#### *Aplausos do PSD*

**O Sr. Presidente** — Estão inscritos, para pedirem esclarecimentos à Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Manso, os Srs. Deputados Filipe Vital e Pedro Mota Soares, mas a Sr.<sup>a</sup> Deputada dispõe apenas de 51 segundos para responder, pelo que não sei como vão gerir esta dificuldade Talvez algum grupo parlamentar ceda tempo à Sr.<sup>a</sup> Deputada.

Tem, então, a palavra o Sr. Deputado Filipe Vital.

**O Sr Filipe Vital (PS)** — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Manso, o projecto de lei que VV Ex.<sup>o</sup> apresentaram e que se encontra hoje em discussão nesta Casa, não tem outro objectivo se não o de nos fazer crer que, na área da saúde, o Governo do Partido Socialista, premeditadamente e de forma sistemática, não dá à Assembleia da República a informação necessária

**Vozes do PSD** — Onde é que está a Ministra?<sup>o</sup> Onde é que está a Ministra?

**O Orador** — Partindo desta premissa, os seus propONENTES tentam, mais uma vez, passar a imagem de que é o PSD o único paladino da transparência nesta Casa

**Vozes do PSD** — Também é verdade!

**O Orador** — Diz o PSD que o actual Governo tem, sistematicamente, negado informação ao Parlamento — presume-se que também ao País —, naquilo que classifica

como uma incompreensível política de secretismo, que prenuncia uma enorme irresponsabilidade.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, os inúmeros relatórios enviados para a Comissão de Saúde pelas mais diversas entidades, das quais enumero o IGIF, o INEM, as ARS, o INFARMED, a Direcção-Geral de Saúde, o próprio Gabinete da Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde e o Instituto Nacional de Estatística, demonstram precisamente o contrário.

Será por desconhecimento que o PSD apresenta este projecto de lei ou será por falta de os seus Deputados consultarem toda esta informação?

**Vozes do PS** — Muito bem!

**O Orador** — Diz ainda o PSD que o seu projecto de lei visa «implantar uma imprescindível prática de transparência sobre o funcionamento da saúde». Tirada espantosa, quando todos sabemos que foram os Governos do Partido Socialista que, pela primeira vez, e utilizando as novas tecnologias, disponibilizaram a todos os cidadãos, e também aos Deputados do PSD, toda a informação relativa às sub-regiões de saúde, que agora VV Ex<sup>as</sup> requerem!

Será desconhecimento? Falta de tempo? Acredito, sinceramente, que é na falta de tempo que encontraremos a explicação para o PSD vir apresentar um projecto de lei que visa obter aquilo que já tem. Essa falta de tempo, se calhar, explica-se pelo facto de estarem mais preocupados em encontrar um dos 220 potenciais líderes, de que, o Professor Marcelo fala, do que em discutir e estudar os problemas da saúde.

**Vozes do PS** — Muito bem!

**Protestos do PSD**

**O Orador:** — Resta-nos, pois, Sr.<sup>a</sup> Deputada, a obrigatoriedade de um debate com a presença do Governo. Sr.<sup>a</sup> Deputada, o Grupo Parlamentar do PSD pode agendar esse debate, usando o direito que tem, quando quiser, porque o Partido Socialista estará, com certeza, preparado para ele.

A pergunta que lhe deixo é se acha, ou não, que a Ministra da Saúde virá cá, mas tenho a certeza de que, quando o PSD quiser agendar o famoso debate, a Ministra da Saúde estará aqui.

**Aplausos do PS.**

**O Sr. Presidente:** — Pergunto ao Sr. Deputado Filipe Vital se se contenta com uma resposta de 51 segundos ou se cede algum tempo à Sr.<sup>a</sup> Deputada

**O Sr. Filipe Vital (PS)** — Os 51 segundos são suficientes

**O Sr. Presidente.** — Contenta-se com uma resposta de 51 segundos

Sr.<sup>a</sup> Deputada, faça favor de responder no tempo de que dispõe

**A Sr.<sup>a</sup> Ana Manso (PSD).** — Sr. Presidente, se me dá licença, preferia responder conjuntamente, no final, aos dois pedidos de esclarecimento

Informo que o Bloco de Esquerda me cedeu generosamente 2 minutos

**O Sr Presidente** — Muito bem! Tem mais 2 minutos que lhe foram dados pelo Bloco de Esquerda. Peço aos serviços de controlo dos tempos o favor de registarem a cedência, pelo Bloco de Esquerda, de 2 minutos ao PSD

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Mota Soares.

**O Sr Pedro Mota Soares (CDS-PP)** — Sr Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Manso, depois de ler o vosso projecto de lei e de pensar um pouco sobre ele, pensava dizer-vos que, ainda que ele não resolvesse qualquer questão de fundo da política de saúde em Portugal, mal não fazia. Porém, agora, depois da intervenção da bancada do Partido Socialista, mudei de ideias, porque o Partido Socialista parece ignorar uma coisa, o que, como Deputado da Comissão de Saúde, me revolta ou me choca um bocado.

Entrei nesta Assembleia em Novembro de 1999 e, passados 15 a 20 dias de cá estar, comecei, em muitos requerimentos que fiz, a perguntar à Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde qual era a situação das listas de espera. É um exemplo muito concreto das coisas que estamos a falar!

Houve, pelo menos, três debates nesta Câmara, num dos quais tive oportunidade de estar presente, e perguntei, perguntei, perguntei, nunca tendo obtido qualquer resposta directa. A primeira resposta que tive, foi, curiosamente, a resposta pública da Sr.<sup>a</sup> Ministra, numa conferência de imprensa da semana passada ou de há duas semanas.

É curioso, porque até na Comissão de Saúde, em que V. Ex.<sup>a</sup> estava, perguntámos, perguntámos, perguntámos e disseram-nos que iriam responder; primeiro era até ao fim do mês de Dezembro; depois não era bem no mês de Dezembro, seria lá para meados,... enfim, nos primeiros três meses, a seguir era no fim de Abril e, finalmente, recebemos agora os números.

Mas também é curioso verificarmos os números que a Sr.<sup>a</sup> Ministra apresenta e os números — que, por acaso, fui ver — que o Partido Socialista dizia que tinha, no último debate que aqui tivemos.

Por isso mesmo, eu, que lhe ia dizer que, se calhar, este projecto de lei não trazia qualquer grande alteração, depois de ver que a bancada do Partido Socialista continua reduzida, considerando que tem sempre e em todas as circunstâncias toda razão, quero dar-lhe os parabéns, porque creio que, afinal, ele pode trazer algum bem a esta Câmara e até à política de saúde em Portugal

**Vozes do CDS-PP.** — Muito bem!

**O Orador** — Mas há uma coisa, Sr.<sup>a</sup> Deputada, a que julgo que não podemos fugir quando estamos a falar desse tema — e, infelizmente, o Partido Social Democrata ainda não a assumiu, pelo menos da forma tão clara que eu gostava que assumisse —, que é a seguinte uma discussão de fundo, estrutural, que temos de ter sobre o Serviço Nacional de Saúde

Gostava de ouvir a Sr.<sup>a</sup> Deputada sobre este assunto, que me parece importantíssimo: temos um Serviço Nacional de Saúde em que ao Estado estão incumbidas três funções, prestar, financiar e regular. De facto, alterar este Serviço Nacional de Saúde para um serviço nacional de saúde que garanta, com qualidade, a todas as pessoas,

nomeadamente às mais desfavorecidas, que são as que engrossam os números das listas de espera, a prestação desse serviço implica separar estas três funções. Ora, sobre isso gostaria de ouvir a Sr.<sup>a</sup> Deputada, porque me parece um tema fundamental para esta discussão do que é a política de saúde em Portugal.

**O Sr. Presidente** — Para responder aos dois pedidos de esclarecimento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Manso.

**A Sr.<sup>a</sup> Ana Manso (PSD)** — Sr. Presidente, gostaria de agradecer a intervenção do Sr. Deputado do «Bloco Central», do bloco socialista...

#### Risos

e dizer-lhe o seguinte registo, com muito agrado, que se tenha disponibilizado — espero que a Sr.<sup>a</sup> Ministra também o faça — para vir aqui ao Parlamento discutir, porque, realmente, quando ela aqui vem, foge às questões. Dou-lhe apenas um exemplo: em relação ao cartão de saúde, a Sr.<sup>a</sup> Ministra disse-nos que ele era obrigatório,

**O Sr Nelson Baltazar (PS)** — E é!

**A Oradora** — . mas informou-nos, há muito pouco tempo, que a obrigatoriedade tinha sido adiada. Só pergunto: por quê e até quando?

**A Sr.<sup>a</sup> Natalina Moura (PS)** — Não foi isso que ela disse!

**A Oradora**: — Está escrito! Está escrito! O Sr.<sup>a</sup> Deputada, está escrito!

Mas em relação à informação, realmente temos informação a mais em termos do Ministério da Saúde, só que não é fiável. Quando quero saber qual é a lotação de um hospital, se for ver a um relatório do Departamento de Recursos Humanos, vejo lá x número de camas, se for ao do Instituto de Gestão Financeira, vejo x mais qualquer coisa, e se pedir um relatório do hospital vejo x e mais outra coisa.

Portanto, a questão que aqui se coloca, muito claramente, é a necessidade de um relatório global de informação atempada e integrada, para todos estarmos a falar da mesma coisa.

Por acaso, só dei o exemplo das listas de espera, que é demasiado óbvio, porque o Partido Socialista já apontou quatro números em tão pouco tempo e eu, neste momento, não sei qual é o correcto. Porém, se tivermos aqui um documento anual escrito com essa informação, obviamente que essa é uma base de dados com a qual quer os Deputados, quer os políticos, quer a comunicação social, quer os doentes, quer os utilizadores, quer os profissionais conseguem trabalhar.

Outra questão que se coloca é muito clara: não há qualquer problema em que, em qualquer democracia, haja mais de 500 relatórios sobre a mesma realidade, sobre a mesma área, com dados diferentes, fora de tempo... Mas, que eu saiba, desde 1995 que os dados relativos aos hospitais não foram publicados! Refiro-me aos dados comparativos! Se não foram publicados, é necessário que o sejam e se houver a obrigatoriedade de eles serem

apresentados à Assembleia anualmente, obviamente que serão apresentados.

Por acaso, recebemos ontem uma publicação da Direcção-Geral de Saúde, que nada tem a ver com as publicações de que estamos a falar do Departamento de Planeamento, que essa, sim, deve ser uma publicação anual.

O facto de virem hoje publicados os dados referentes a 1997, já não tem qualquer interesse, como é óbvio, nem para esta Assembleia nem para os doentes.

#### Vozes do PSD — Muito bem!

**O Sr Presidente** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Sobral.

**O Sr João Sobral (PS)** — Sr. Presidente, Srs. Deputados O projecto de lei n<sup>º</sup> 78/VIII, denominado genericamente «Relatório anual sobre o estado da saúde», apresentado a esta Assembleia pelo Grupo Parlamentar do PSD, parte de um pressuposto de secretismo e da suposta disponibilidade do PSD para «um trabalho empenhado e permanente» e assenta a sua exposição de motivos em objectivos como sejam a implementação de uma prática de transparência no sistema de saúde e a necessidade de conhecer objectivamente os principais dados e indicadores de saúde.

Penso que poderemos dizer que, no fundo, o que este projecto de lei reflecte é a necessidade de implementação de um eficaz e acessível sistema de informação que, avançando os principais indicadores, permita, em cada momento, a análise do próprio sistema. No entanto, o que vem escrito no seu artigo único deve ser só para desorientar os seus adversários políticos, pois exige que sejam enviados à Assembleia da República cerca de 600 relatórios de actividades de diversas unidades de saúde e organismos centrais e desconcentrados que anualmente são publicados.

Dizemos que deve ser para despistar pois não é lícito crer que o PSD não faça a mínima ideia de como as coisas funcionam e não será o Partido Socialista a tentar fazer passar a ideia que, há cinco anos, quando governaram, poucos relatórios se faziam e a esses nenhuma importância era dada.

Ainda mais estranho é o facto de, pretendendo analisar o sector da saúde, não pretenderem conhecer nenhum indicador da qualidade ou a evolução de indicadores, como a esperança de vida, as taxas de mortalidade materno-infantil ou as taxas de vacinação. Não sabem o que deviam saber e não querem saber o que mais interessa.

#### Vozes do PS — Muito bem!

**O Orador** — Não se trata, portanto, de reflectir ou de discutir a responsabilidade de quem foi capaz de gerir um sistema sem qualquer base de avaliação ou análise, que é disso que nos acusam neste momento, ou a idoneidade de quem, não apresentando um projecto alternativo, apenas se tem limitado a apresentar propostas de desarticulação do sistema.

Relativamente ao conhecimento de indicadores de saúde e informação estatística que ora é reclamada, e que está disponível, conforme todos sabemos, a questão prioritária, Srs. Deputados, é a da sua qualidade. Apenas um sistema de informação bem estruturado poderá dar resposta às necessidades que se sentem nesta área, pelo que a

propalada transparência apenas poderá ter por base um sistema de informação de qualidade. Isto parece-nos tão claro quanto nos parece estranho que quem agora clama por transparência, dando a entender, de um modo subliminar, que no seu tempo a dita existia, nunca tenha sentido a sua falha ou ausência «Bem prega Frei Tomás», diz o Zé

**Vozes do PS — Muito bem!**

**O Orador** — É que não adianta falar das virtudes da transparência a quem nunca sentiu a sua falta. Falar numa base virtual só pode dar sustentação a voluntarismos populistas. Se pretendemos sustentar as nossas posições na interpretação de dados pouco fiáveis, porque apenas assentes na interpretação de mapas pouco mais que artesanais, pouco estamos a contribuir para a análise e clarificação do sistema. E é isto que o PSD parece querer propor e que o Partido Socialista não aceita.

É justamente a necessidade de transparência que mais tem preocupado e interessado o Ministério da Saúde, que, por isso, está a implementar um sistema de informação de qualidade.

*Aplausos do PS*

**Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Deputados** A simples constatação da deficiente qualidade da recolha de indicadores tão importantes como as taxas de mortalidade materno-infantil, de cobertura em planeamento familiar ou mesmo de utilizadores por unidade de saúde deveria fazer reflectir os Srs. Deputados do PSD acerca da qualidade do sistema que deixaram, de modo a evitarem falar de transparência quando a opacidade caracterizou a sua gestão do Serviço Nacional de Saúde.

**A Sr.ª Natalina Moura (PS) — Muito bem!**

**O Orador** — O Partido Socialista está convencido de que falar de transparência é falar de um sistema de informação de qualidade e da acessibilidade a esta informação por parte de todos os interessados.

A implementação do cartão do utente, a informatização de todos os serviços e postos de trabalho, a criação de bases de dados que permitam conhecer, por exemplo, perfis de prestação e de utilização de cuidados ou gerir listas de espera são realizações do Governo que os Srs. Deputados conhecem e que são elas próprias, e por si só, geradoras de transparência e pressupostos para uma gestão sustentada de um Serviço Nacional de Saúde que continuamos a defender, sobretudo contra todos aqueles que, procurando sistematicamente a sua descredibilização e desarticulação, não têm a coragem política de dizerem ao que vêm, ou seja, que modelo alternativo propõem.

Mas nada disto preocupou o PSD! O que parece preocupar o PSD é conhecer o que já é conhecido: propõem-se conhecer relatórios de actividades de centros de saúde, hospitais, sub-regiões e administrações regionais, que anualmente são publicados e divulgados. Pretendem, deste modo, fazer crer que o seu desconhecimento é resultado de um secretismo maquiavélico que qualquer comum cidadão percebe não ser mais possível em Portugal. O tempo passa, Srs. Deputados!

Pela parte do Partido Socialista, têm VV. Ex.º a certeza que, mais do que apoiar a reclamação dos debates, a que

a Sr.ª Ministra nunca se furtou, mais do que reclamar pelo conhecimento de indicadores, que são públicos e publicados, interessa-nos, sobretudo, a qualidade da informação disponível. É dessa qualidade que depende o futuro do Serviço Nacional de Saúde e o bem-estar dos doentes.

É esse o nosso compromisso e é essa a nossa obrigação.

*Aplausos do PS*

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Mota Soares

**O Sr. Pedro Mota Soares (CDS-PP)** — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Sobral, ouvi atentamente a sua intervenção.

Como dizia há pouco, acerca da intervenção da Sr.ª Deputada Ana Manso, eu achava que este projecto de lei podia não ser um grande avanço mas não fazia qualquer mal, mas V. Ex.º, quando aqui chegou, questionou um conjunto de critérios ou de indicadores que deviam, ou não, vir à Assembleia e disse que, se calhar, havia um conjunto de outros critérios.

Mas, muito honestamente — e falo-lhe, acima de tudo, com a pouca experiência que tenho como Deputado da Comissão de Saúde —, uma das maiores dificuldades que tenho encontrado é a falta de acesso a dados do Ministério da Saúde.

Julgo que este problema não é exclusivamente meu, penso que todos os grupos parlamentares desta Assembleia, incluindo o grupo parlamentar a que V. Ex.º pertence, têm exactamente o mesmo problema. E explico-lhe por quê. Tivemos, penso que em Março deste ano, um debate, nesta Casa, sobre as listas de espera e, na altura, o número apontado de pacientes inscritos, há mais de três meses, na lista de espera para uma operação cirúrgica andaria na ordem dos 80 000. Na altura, todos nós assumimos — eu assumi isso claramente — que não era um número preciso, porque eu tinha pedido os números precisos e o Ministério da Saúde não mos tinha dado e não os encontrava em qualquer sítio.

Mas é curioso que o Partido Socialista dizia, na altura «80 000? Os dados que temos dizem que não e nada disso! VV. Ex.º estão a falar de números que não sabem a que se referem! Não é nada disso! Nós já resolvemos mais de 20 000 casos!». Agora, quando vi os números que a Sr.ª Ministra divulgou, verifiquei que mais de 50 000 pessoas estavam em lista de espera e a essas pessoas tínhamos de adicionar 22 636 pessoas que teriam uma operação contratualizada para este ano. Somando os dois números — reportamo-nos ao debate de então — dá a módica quantia de 73 293 pessoas! Estes eram os números concretos de que, na altura, estávamos a falar! Porém, com grande pena minha e penso que com pena de todos os Deputados desta Casa, ninguém tinha acesso a esses números.

Assim, penso que este projecto, a ter uma bondade, tem a bondade de nos dar, a todos nós, um elenco muito claro do que são os problemas, um elenco muito claro dos números reais e, mais do que isso, dá a obrigação ao Ministério da Saúde e ao Governo de trazer sempre a esta Assembleia os números correctos, que foi algo que, na altura, a Sr.ª Ministra não fez.

**O Sr. Presidente** — Sr. Deputado João Sobral, tem um outro pedido de esclarecimento. Dado que apenas dispõe

de um minuto para responder, a Mesa solicita que acumule a resposta em relação aos dois, caso concorde

Assim sendo, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Manso, para formular o seu pedido de esclarecimento

**A Sr.<sup>a</sup> Ana Manso (PSD):** — Sr. Presidente, começo por agradecer ao PCP o tempo que me cedeu.

Penso que o Sr. Deputado João Sobral tentou «tapar o sol com a peneira» e desculpar o que não tem desculpa, falando-nos de vacinação, de mortalidade infantil e de natalidade apenas para nos distrair, porque, como sabe, isso são registos obrigatórios por todas as agências internacionais de saúde

**Vozes do PSD.** — Ele não sabe!

**A Oradora** — Por outro lado, isto é apenas um princípio e se verificarmos que há duas grandes apostas transversais no vosso Governo, uma das quais é a sociedade de informação, onde até dizem que metade das famílias vão ter *Internet*, não percebo porquê tanto receio apenas por pedirmos um relatório anual que dê à Assembleia da República uma «radiografia», que seja um espelho do funcionamento do sistema de saúde em Portugal. Onde é que está o medo? Porquê esse medo? Não queremos dados que não existam, queremos é que os dados venham anualmente à Assembleia e não que aqueles que deviam ser fornecidos em 1999 nos cheguem apenas em 2000, quando já não nos permitem qualquer análise nem intervenção para reformar aquilo que é necessário reformar, para mudar aquilo que é necessário mudar, que é o sistema de saúde.

**Vozes do PSD** — É assim mesmo!

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado João Sobral, a quem o CDS-PP cedeu mais um minuto

**O Sr. João Sobral (PS):** — Sr Presidente, começo por agradecer as perguntas e espero ter um pouco de silêncio para poder dar as respostas no tempo de que disponho

**O Sr. Presidente** — Sr. Deputado, agradeço que fale para o microfone.

**O Orador** — Sr Presidente, Srs Deputados Fiquei convencido, pelas perguntas que me foram feitas, que a minha intervenção não foi completamente entendida. É que aquilo que nos interessa é a qualidade da informação e essa é a questão!

A qualidade da informação é um pressuposto que nós definimos como prioritário para a gestão do Serviço Nacional de Saúde. Ter acesso aos dados é, de facto, o problema que eu referi na minha intervenção, porque a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Manso conhece tão bem como eu a qualidade da recolha desses dados, feitos num papel, feitos em «lençóis», em folhas de estatística que não têm qualquer valor e enviadas para as mais diversas instituições — é preciso conhecer para podermos falar de um sistema que não tem qualquer espécie de rigor

**Vozes do PS:** — Foi o que se herdou!

**O Orador.** — Falou-se de listas de espera, mas não havia listas de espera, Srs Deputados! Havia algumas listas de

espera nos bolsos de alguns médicos de alguns serviços. Finalmente, estamos a conseguir organizar um serviço, com uma base de dados, e esses números que lhe dou são os de pessoas que estão contabilizadas, que são conhecidas depois das «limpezas» das ditas listas de espera, ou seja, são doentes que nós assumimos integralmente!

**Vozes do PS** — Muito bem!

**O Orador:** — Mas podemos falar de dados concretos: estão 23 000 casos para serem resolvidos, como o Sr. Deputado sabe

Por último, acerca das listas de espera que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Manso referiu, há uma lei aprovada nesta Assembleia.

**O Sr Presidente** — Sr Deputado, faça o favor de concluir

**O Orador** — . que nos obriga a dar-lhe essa informação.

*Aplausos do PS*

**O Sr Bernardino Soares (PCP):** — Mas só veio ao fim de um ano! Era para vir de 12 em 12 meses e só veio um ano depois!

**O Sr Presidente:** — O Sr. Deputado Pedro Mota Soares estava inscrito para uma intervenção, mas, como já não dispõe de tempo, penso que prescindirá, pelo que tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Natália Filipe.

**A Sr.<sup>a</sup> Natália Filipe (PCP)** — Sr Presidente, Sr.<sup>o</sup> e Srs. Deputados: É indiscutível que a saúde é um serviço público imprescindível à qualidade de vida dos cidadãos e ao desenvolvimento do País. Apesar do financiamento insuficiente em relação às reais necessidades, a saúde envolve muitos milhões de contos. É neste contexto que a qualidade de cuidados de saúde, a gestão dos recursos, os objectivos definidos e os resultados alcançados têm de ser um processo claro e transparente.

Ao longo de muitos anos, o Serviço Nacional de Saúde deu provas de conseguir resistir às tentativas de destruição de que foi alvo. E desde sempre o PCP alertou para a gravidade da situação existente, apontando os interesses ilegítimos instalados no SNS e a promiscuidade existente entre o sector público e o sector privado como os principais obstáculos à resolução dos problemas. Sempre apresentámos propostas fundamentadas e temos a convicção que a sua adopção teriam permitido travar a degradação do SNS.

**O Sr Honório Novo (PCP):** — Muito bem!

**A Oradora** — Ao longo de muitos anos, verificámos uma centralização das tomadas de decisão. Na realidade, o centralismo constituiu o principal obstáculo à capacidade de planeamento, de gestão, de financiamento, de avaliação, de monitorização e de formação profissional. Quando havia indícios de que alguma forma de organização e funcionamento poderia ser alterada através do desenvolvimento de princípios e instrumentos de reforma do Serviço Nacional de Saúde, tudo indica que está a ter início um processo de contra-reforma.

**O Sr. Bernardino Soares (PCP)** — É verdade!

**A Oradora.** — O indicador mais recente é a recuperação das listas de espera, ao indicar-se o recurso ao sector privado e social sem estar provado e demonstrado que os recursos instalados no serviço público não estão completamente esgotados

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**A Oradora:** — O projecto de lei do PSD poderá trazer para o plano político mais um instrumento de avaliação que não será de desprezar, contudo, este instrumento nunca será eficaz se não forem desenvolvidos e instalados os meios informáticos para que o conjunto da informação seja gerido com eficácia e oportunidade. Num momento em que está na moda o discurso cibernáutico, o Governo tem que criar as condições para que os meios informáticos instalados nos centros de saúde e hospitais sejam devidamente rentabilizados, que os profissionais sejam motivados para a formação que é necessário realizar, que se instalem e desenvolvam os sistemas de comunicação entre os organismos centrais e os serviços respectivos para que tenhamos uma informação permanentemente actualizada

**O Sr. Bernardino Soares (PCP)** — Muito bem!

**A Oradora:** — Não significa o trabalho da Assembleia da República estarmos a analisar dados da actividade do Governo completamente fora de prazo, como foi o caso do balanço de aplicação do programa de promoção do acesso para reduzir as listas de espera em cirurgia, que levou um ano para ser fornecimento à Assembleia

**O Sr. Vieira de Castro (PSD):** — Exactamente!

**A Oradora:** — Não significa a Assembleia efectuar um debate político assente em dados que têm dois anos de atraso ou mais, como o que se verificou recentemente com os dados estatísticos relativos à saúde do INE, que se referem a 1998 e que foram recentemente distribuídos. Ainda há cerca de seis meses estivemos nesta Assembleia a discutir e analisar a carência de recursos humanos com base num documento distribuído no fim de 1999 referente a Dezembro de 1996!

**O Sr. Bernardino Soares (PCP):** — É uma vergonha!

**A Oradora** — É neste contexto que entendemos que todos os documentos que permitam analisar, avaliar e comentar a capacidade de resposta do Serviço Nacional de Saúde, por forma a contribuir para a melhoria da qualidade de cuidados de saúde que o cidadão tem direito, são bem-vindos.

*Aplausos do PCP.*

**O Sr Presidente** — Srs Deputados, chegámos ao fim do debate deste projecto de lei. Vamos passar à discussão do projecto de lei n.º 204/VIII — Prescrição de medicamentos genéricos, apresentado pelo CDS-PP.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta

**O Sr Basílio Horta (CDS-PP)** — Sr Presidente, Srs Deputados. Tal como prometido no programa eleitoral do CDS-

-PP, este partido apresenta-vos hoje uma iniciativa legislativa cujo objectivo é o de criar um enquadramento legislativo que defina os contornos claros e precisos de funcionamento efectivo dos medicamentos genéricos, contribuindo assim para suportar o desenvolvimento deste mercado e deste tipo de produtos

Não pode esta iniciativa legislativa, contudo, ser encarada de forma isolada ela insere-se num propósito mais vasto, qual seja o de diminuir as cifras astronómicas actualmente despendidas pelo Estado na comparticipação de medicamentos, sem nunca perder de vista a específica situação daqueles que mais carecem dessa comparticipação, avaliada em função da sua carência de rendimentos. Trata-se de pôr, em forma de lei, a redistribuição da ajuda do Estado, tirando um pouco a quem menos dela precisa para dar um pouco mais a quem mais dela carece

**O Sr Paulo Portas (CDS-PP):** — Muito bem!

**O Orador:** — Assim sendo, e como facilmente se comprehende, tal propósito não se poderia cingir à apresentação deste projecto de lei. Na verdade, ele abrange igualmente os projectos de lei de regularização dos gastos com a comparticipação de medicamentos e de criação do cheque-medicamento, já apresentados, e cuja discussão contamos agendar para breve. Este conjunto de iniciativas, ao mesmo tempo que visa redistribuir de forma socialmente mais justa a ajuda do Estado, contribuirá, pensamos nós, para reduzir a pressão sobre o orçamento do Serviço Nacional de Saúde e, em última análise, sobre o bolso de todos nós

**O Sr. Sílvio Rui Cervan (CDS-PP):** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs Deputados. Sem querermos ser dogmáticos, ensaiariamos uma definição de medicamento genérico como aquele produto que contém a mesma substância activa e é essencialmente similar a um medicamento original. O medicamento genérico é um produto com a mesma forma farmacêutica e igual composição qualitativa e quantitativa do produto de referência, cujo perfil de eficácia e segurança está suficientemente estabelecido pelo seu continuado uso clínico, e que é comercializado de acordo com a lei de patentes, sendo identificado pela Denominação Comum Internacional da respectiva substância activa.

**A Sr<sup>a</sup> Luisa Portugal (PS):** — E não só!

**O Orador** — Mas porque é que o CDS entende ser fundamental tomar medidas incentivadoras do desenvolvimento deste mercado? Portugal gasta cerca de 2,1% do PIB em medicamentos, bem à frente dos Estados Unidos, da Alemanha, da França, da Itália, só para dar alguns exemplos. O Hospital de Santa Maria, no ano passado, gastou 10 milhões de contos em medicamentos, isto é, 30% do orçamento do hospital. Poderemos continuar assim? Ainda hoje, no Hospital Garcia de Orta, em 17 milhões de contos, 3 milhões são gastos em medicamentos, dos quais 1,25 milhões só para doenças infecto-contagiosas, entre as quais a SIDA. Daí que um dos objectivos de um sistema de saúde minimamente racional seja o do controlo de custos, bem como o controlo de consumos desadequados, com a racionalização desse mesmo sistema

Os genéricos, para além de influenciarem positivamente o padrão de prescrição médica em geral, permitem uma redução de preços entre um mínimo de 20% e um máximo de 80% (50%, em média, nos países da União Europeia) em comparação com o produto original, assim contribuindo para a redução dos gastos com medicamentos. Segundo o economista Prof Dr. Pedro Pita Barros, da Universidade Nova de Lisboa, uma quota de 10% do mercado, atingível acima dos cinco anos, para os genéricos equivalerá a uma poupança de cerca de 22,4 milhões de contos

O Sr Paulo Portas (CDS-PP). — Muito bem!

**O Orador:** — Originam-se assim poupanças que vão criar espaço para os orçamentos de saúde poderem suportar outros custos em matéria de saúde, além de, através do desenvolvimento do mercado dos genéricos, se estimular a concorrência e incentivar o desenvolvimento de novos produtos pelas empresas, permitindo-se o acesso de utentes economicamente mais desfavorecidos a medicamentos de qualidade Acresce que os genéricos já representam 15% do mercado em volume na União Europeia, pelo que não só haverá uma tendência de crescimento deste segmento, como também haverá uma inevitável harmonização das políticas de saúde nos países da União Europeia

Registe-se que, na Alemanha, os genéricos já representam 40% do mercado e no Reino Unido passou de 15% para 58% entre 1995 e 1997, dado que este país passou a implementar medidas sobre os médicos na perspectiva da utilização dos genéricos A Holanda tem 48% e a Dinamarca cerca de 60% Nos países do sul da Europa a situação tem sido diferente, isto em virtude, em primeiro lugar, do grande número de cópias, em segundo lugar, de diferentes níveis de preços para o mesmo princípio activo, em terceiro lugar, de mercados de baixo preço, e em quarto lugar, de mercados totalmente ligados a marcas — o que se prende com uma questão cultural e não pouco com uma questão de interesse

Sr Presidente, Srs Deputados É de todos conhecida a estagnação do mercado de genéricos em Portugal, muito embora não tenhamos constatado muita preocupação na identificação das causas do não desenvolvimento deste mercado Em síntese, poderíamos apontar cinco causas para o não desenvolvimento deste mercado em primeiro lugar, a inexistência de um quadro legislativo que integre os diversos elementos relevantes e que incentive o desenvolvimento deste tipo de produtos, em segundo lugar, é de referir a existência de «cópias», facto que muito se fica a dever à ausência de protecção de patente, levando a que estes produtos tivessem ocupado o espaço destinado aos genéricos, contrariamente ao que ocorre noutras países com uma protecção de patente digna desse nome.

O terceiro factor a que nos podemos referir é o da inexistência de um binómio preço/comparticipação minimamente incentivador do desenvolvimento do mercado de genéricos Por isso, propomos neste diploma que o regime dos preços dos genéricos seja aprovado por portaria conjunta dos Ministérios das Finanças, da Saúde e da Economia, que contemple designadamente a obtenção de um preço de referência, a partir do qual se obterá o preço de venda ao público dos genéricos O sistema do preço de referência, por outro lado, passará a ser adoptado para efeitos de comparticipação do Estado no preço dos medicamentos, sejam eles genéricos ou não — e, parece-nos

significativamente importante esta menção, pois no preço de referência serão necessariamente incluídos os genéricos que existam no respectivo grupo de medicamentos, para efeitos de baixar o preço de referência. Por esta razão, tal como atrás referímos, este diploma não pode ser entendido de forma isolada, antes conjugado com os dois outros diplomas que apresentámos especificamente sobre a questão dos medicamentos e sua comparticipação pelo Estado

Um quarto factor de não desenvolvimento do mercado de genéricos que podemos identificar é a inexistência de campanhas informativas, quer aos profissionais de saúde, quer ao público em geral. Deste ponto de vista, julgámos adequado fazer impender sobre o Ministério da Saúde a responsabilidade de promover todas as medidas necessárias à mais ampla divulgação das vantagens do recurso à prescrição, dispensa e utilização dos medicamentos genéricos junto da classe médica, dos farmacêuticos e do público em geral Entendemos, de facto, que, para que os genéricos sejam aceites e sobre eles seja criada uma imagem correcta, é fundamental que se contemple a responsabilidade do Ministério da Saúde na divulgação da natureza e dos benefícios dos genéricos de um modo empenhado e decidido

Um quinto factor prende-se com o controlo de qualidade que, para alguns, é insuficiente e por isso tornaria pouco segura a utilização dos genéricos Espera-se que a conclusão das obras do laboratório oficial do INFARMED — laboratório este, como é sabido, destinado à comprovação da qualidade dos medicamentos — possa dissipar quaisquer receios que ainda subsistam

Por último, dois apontamentos ainda sobre as soluções propostas neste projecto de lei A primeira diz respeito à liberdade de prescrição do médico, que é assegurada através de um mecanismo de substituição activa Do lado da classe médica, com efeito, existe uma opinião bastante negativa quanto aos genéricos, nomeadamente pelo facto de os genéricos terem sido consistentemente considerados como um meio pelo qual os médicos perdem a sua liberdade de prescrição Parece-nos assim fundamental que o médico possa prescrever genéricos ou outros produtos por sua livre e inteira vontade, incluindo as razões clínicas que o levaram a optar por determinada terapêutica Por essa razão, prevemos que o médico possa autorizar a substituição do medicamento prescrito por medicamento genérico, sempre que não tenha recentado ele próprio um medicamento genérico Pelo lado do farmacêutico, e como contrapartida lógica da autorização de substituição do medicamento prescrito por medicamento genérico, caberá ao director técnico da farmácia, ou ao seu substituto legal, indicar o medicamento genérico mais adequado Deste modo, transferir-se-á para o farmacêutico a responsabilidade pela comunicação dos efeitos adversos eventualmente causados pelo medicamento de substituição — mas só, insisto, quando o médico se não oponha a essa substituição

O segundo apontamento respeita à previsão de incentivos financeiros aos armazénistas e às farmácias, relacionados com a margem de comercialização, sistema idêntico ao que foi criado em França, no sentido de tornar o produto genérico mais atractivo que o produto original.

A Sr<sup>a</sup> Luísa Portugal (PS). — Mais atractivo para quem?

**O Orador.** — Sr. Presidente, Srs Deputados, o desenvolvimento do mercado dos genéricos não é, isoladamente, a solução para resolver o problema do controlo de custos e do controlo de consumos desadequados de medicamentos. Não há panaceias universais para isto nem «varinhas mágicas» que possam, de um momento para o outro, tornar bom ou óptimo o que, neste momento, está mau. Mas é certamente um importante passo nesse sentido. Num país em que, apesar de o preço dos medicamentos ser o mais baixo dos seus congêneres europeus, as prestações directas dos cidadãos para a saúde são simultaneamente as mais elevadas, a prescrição de genéricos é uma medida fundamental para a diminuição do valor das prestações.

O nosso projecto de lei constitui, pois, o primeiro passo para a transposição deste ensaio para o mundo dos factos. Não se trata, contudo, de um trabalho acabado, no sentido de fechado às contribuições válidas que lhe possam ser aditadas, venham elas de onde vierem. Não temos a pretensão de ser herméticos, nem sequer de ser totalmente originais. Fizemos uma tentativa séria de elencar as causas de paralisação deste mercado, e julgamos não andar longe da verdade. Diagnosticadas as causas dos problemas, e propostas as soluções, pensamos que nenhum pretexto válido pode ser invocado para se manter o actual estado de coisas, que a todos penaliza. Esperamos que, sobre esta matéria, como disse o Sr Deputado Nelson Baltazar, seja possível um pacto de regime o que pressupõe, como se disse, a abertura deste projecto «a todas as contribuições válidas independentemente da sua origem». Os legítimos interesses dos doentes, primeiros destinatários da política de saúde, assim o exigem.

*Aplausos do CDS-PP.*

**O Sr Presidente:** — Sr Deputado, dispôs de tempo cedido pelo BE

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Nelson Baltazar.

**O Sr Nelson Baltazar (PS)** — Sr Presidente, Sr.º e Srs Deputados. O CDS-PP tem, ao longo do último ano, expressado a sua particular devoção pelos medicamentos genéricos, apontando o dedo ao Governo socialista por ainda não ter conseguido elevar a quota de genéricos no mercado, não ter ainda conseguido que este tipo de medicamentos seja uma prioridade na prescrição médica, não ter ainda promovido a utilização deste tipo de medicamentos, substituindo os medicamentos éticos ou de marca registada.

Esta bandeira, agitada inúmeras vezes como uma excelente solução para o Orçamento do Estado e o de cada cidadão, tem tido, por diversas vezes, porta-estandartes de peso, no seio do CDS-PP, prometendo sistematicamente uma nova e revolucionária lei, que viria aperfeiçoar a disciplina jurídica, permitir a expansão do mercado de genéricos e promover a sua divulgação.

Deste modo, é chegado o dia de podermos apreciar o projecto de lei por que tanto ansiávamos, o resultado da bandeira desfraldada em muitos comunicados e declarações sobre a política do medicamento.

Do articulado que nos é proposto, o primeiro e o último são artigos enquadradores, o terceiro refere que a introdução no mercado se deve regular pela legislação existente e o quarto referencia a necessidade da autonomização

dos processos de aprovação e da existência de uma comissão específica para este tipo de medicamentos, formada por assessores qualificados para este efeito. Estas são as regras que o INFARMED já pratica há 10 anos, consequência do decreto-lei de 1991, para todos os medicamentos e não só para os genéricos.

**O Sr Paulo Portas (CDS-PP)** — Esse é que é o problema!

**O Orador** — Mal estariam que assim não fosse! Lá se foram as inovações prometidas quanto à aprovação e à introdução no mercado.

A definição de medicamento genérico, a participação pelo Estado, a dispensa e o regime de preços de venda ao público são, no articulado do projecto de lei do CDS-PP, uma cópia integral dos decretos-lei existentes,

**O Sr João Sobral (PS)** — Exactamente!

**O Orador** — operação que, hoje, é muito fácil de executar com os modernos sistemas informáticos que todos conhecemos, através das funções *copy* e *paste*, e que, alguns legisladores, por falta de criatividade, conhecimento ou disponibilidade, tanto gostam de usar. Lá se foram a modernização e a actualização prometidas, ao assumir que, afinal, o que já é lei está bem!

É claro que o projecto de lei não se esquece de referir a necessidade de promover medidas para uma mais ampla divulgação das vantagens da prescrição, dispensa e utilização de medicamentos genéricos, quer junto da classe médica, quer do público em geral. Explicita, logo de seguida, que estas competem ao Ministério da Saúde. Soluções para a sua execução nenhuma, mas é de louvar a descoberta legislativa de que estas medidas são da responsabilidade do Ministério da Saúde.

Sr Presidente, Sr.º e Srs Deputados. Um mês antes deste projecto de lei entrar na Mesa do Plenário, o Ministério da Saúde deste Governo apresentou, pública e formalmente, as grandes linhas de orientação para a política do medicamento, fazendo incidir as orientações na promoção da prescrição e do uso de medicamentos genéricos; na dispensa de medicamentos na urgência, na reorganização da farmácia hospitalar, no redimensionamento das embalagens dos medicamentos; na revisão do sistema de comparticipações; na promoção do uso racional do medicamento e no aumento da fiscalização e controlo, reforçando a qualidade da saúde.

Repto, porque assim é necessário, que, um mês antes deste projecto de lei existir, a actual Ministra da Saúde fazia saber que, na execução da sua política para os genéricos, entendia dever discriminá-los positivamente o seu uso, aumentando a sua participação.

**O Sr Paulo Portas (CDS-PP)** — Ora essa!

**O Sr. Silvio Rui Cervan (CDS-PP)** — Onde é que está?

**O Orador** — apoiar os prescritores, possibilitando-lhes uma maior informação clínica, através da formação e da investigação aplicada, rever a edição do Prontuário Terapêutico com agrupamentos por substância activa, identificação das marcas comerciais e preços e inclusão dos medicamentos genéricos, manter o actual nível da qualida-

de, eficácia e segurança na avaliação, quer laboratorial, quer na fármaco-vigilância, ...

**O Sr. Silvio Rui Cervan (CDS-PP):** — Então, vai votar a favor!

**O Orador:** — ... e rever a actual legislação, em particular negando a associação do nome de fantasia ao do genérico.

Todas estas matérias serão reguladas, até ao final do primeiro semestre deste ano, e todos nós ficámos a saber que assim seria, no dia 14 de Abril passado.

Estas medidas foram assumidas, após discussão com os parceiros sociais, os prescritores, os industriais e os distribuidores dos medicamentos.

Um mês depois do anúncio destas medidas, surge esta «novíssima» iniciativa do CDS-PP, que tantos de nós ansíavamos e que o seu líder, o Deputado Paulo Portas, qualificou na TSF como uma lei necessária para regularizar os genéricos, suprindo a falta de coragem política deste Governo em enfrentar os poderosos interesses da indústria farmacêutica

*Aplausos de alguns Deputados do PS.*

**O Sr. Paulo Portas (CDS-PP):** — Com certeza! Onde é que está a lei?

**O Sr. Silvio Rui Cervan (CDS-PP):** — Bem dito!

**O Orador:** — Afinal, o que existe é falta de imaginação por parte do CDS-PP.

Vejamos então como o CDS-PP, nos três artigos do projecto de lei por analisar — só faltam três —, se propõe «enfrentar» estes poderosos interesses: elimina a possibilidade de um genérico poder ser também designado pelo nome de fantasia, limitando-se a executar uma medida preconizada pela Sr.ª Ministra da Saúde; retira a obrigatoriedade da dosagem e da forma farmacêutica, quando a Denominação Comum Internacional (DCI) é seguida do nome do laboratório, o que só pode ser entendido como um lapso do *copy/paste*, embora muito grave, pois esta hipótese só favoreceria a indústria farmacêutica, se assim ficasse na lei, ...

**Vozes do PS:** — Exacto!

**O Orador:** — ... propõe que, quando o médico prescritor não o indicar explicitamente, o medicamento prescrito pelo médico para aquele doente e para aquela doença possa ser substituído pelo farmacêutico ou pelo farmacêutico adjunto, desde que o justifiquem, ou seja, passa a responsabilidade terapêutica para o farmacêutico

**O Sr. Paulo Portas (CDS-PP):** — Desde que o médico não se oponha!

**O Orador:** — Claro que estamos todos a perceber que esta é uma profunda medida para enfrentar os interesses da indústria farmacêutica!

Por último, propõe que o Estado faça uma majoração até 20% na comercialização do medicamento genérico, relativamente ao similar mais barato, e que este valor seja colocado nos bolsos dos armazénistas e das farmácias. É

claro que esta é mais uma medida de «claro confronto com a indústria farmacêutica».

Importa perguntar se os armazénistas e as farmácias são os tais pobres, os tais idosos e os tais cidadãos de fracos recursos que o CDS-PP tem introduzido nos seus discursos até à saciedade.

*Aplausos do PS.*

Assim, não, Srs. Deputados! Assim, ficamos todos a perceber que a enorme bandeira dos genéricos se transformou num pequeno galhardete comemorativo para oferecer como recordação aos que já são favorecidos pela necessidade social da existência de medicamentos.

A discriminação positiva que este Governo quer fazer na participação dos genéricos, Srs. Deputados do CDS-PP, é para beneficiar os utilizadores dos medicamentos e não a indústria, os armazénistas e as farmácias. É para promover a prescrição por parte dos médicos, apostando na sua motivação, formação e responsabilidade e minorando os custos com medicamentos, em particular daqueles que efectivamente têm menos posses e deles precisam.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Assim, resta-nos dizer, e estou certo que justificámos porquê, que o nosso voto não poderá permitir a continuidade deste diploma como base de discussão sobre os medicamentos genéricos.

**O Sr. Paulo Portas (CDS-PP):** — Estou para ver quando é que aqui trazem um diploma sobre genéricos!

**O Orador:** — Para terminar, apetece-me dizer sobre este projecto de lei, e ao CDS-PP, aquilo que o poeta popular, se aqui estivesse, diria: Deixam-me sempre confuso/As tuas palavras boas/Por não te ver fazer uso/Dessa moral que apregoas.

*Aplausos do PS*

**O Sr. Basílio Horta (CDS-PP):** — Sr Presidente, peço a palavra para defesa da honra da bancada.

**O Sr. Presidente:** — Gostaria que começasse por dizer qual foi a matéria causadora da ofensa, Sr. Deputado.

**O Sr. Basílio Horta (CDS-PP):** — Com certeza, Sr. Presidente. Tem a ver com o verso com que o Sr. Deputado terminou a intervenção

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Basílio Horta (CDS-PP):** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Nelson Baltazar, o Sr. Deputado e o Partido Socialista podiam, pura e simplesmente, ter dito que o Governo lhes tinha dado ordem para votar contra este projecto de lei e nós percebíamos.

**O Sr. Silvio Rui Cervan (CDS-PP):** — Exactamente!

**O Orador:** — Agora, não venha aqui fazer um discurso completamente contraditório com as suas declarações, que tenho aqui e em que o senhor defende os genéricos com a orientação do nosso projecto de lei, exactamente a

do nosso projecto de lei — aliás, o texto dessas suas declarações está distribuído pela comunicação social —, discurso esse que, além disso, deturpa aquilo que nós dizemos.

O senhor vem dizer que o nosso diploma é a cópia da lei, mas não é verdade. Repare, o artigo 6.º — Prescrição de genéricos, é novo; o artigo 7.º é novo; o artigo 9.º é novo; o artigo 10.º é novo...

Sr Deputado Nelson Baltazar, tenho por si, intelectualmente, algum respeito, mas, hoje, estou surpreendido! O senhor pode ter 10 ou 20 argumentos para recusar este diploma, mas quando nós dizemos que ele está completamente aberto a todas as mudanças, a todas as modificações, o senhor vem acusar-nos de querer defender seja quem for?

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Quando o secretário-geral do seu partido, em debate com o presidente do meu partido, disse que nunca se oporia aos genéricos, mesmo se alguma classe estivesse contra, quando o senhor sabe, melhor do que eu, quem está contra os genéricos, quando o senhor sabe, melhor do que eu, que esta vossa posição vai enriquecer grandes interesses, em Portugal?! O senhor sabe que este era um diploma de equilíbrio entre vários interesses conflituantes, dos médicos aos farmacêuticos!

Falou, em relação aos armazénistas, do aumento da comercialização. Mas todas as legislações o fazem, todas! Invocou interesses ocultos relativamente a este projecto de lei, mas não esperava isso do Partido Socialista em relação a um diploma destes!

É mau? Mudem-no! Introduzam alterações, se assim o entenderem. Se, politicamente, entendem que a Sr.ª Ministra deu ordem para votar contra, digam-no e votem nesse sentido. Agora, não peguem numa iniciativa séria e não a transformem numa coisa menos séria e menos digna. Se não, temos de dar razão ao Prof. Cavaco Silva, quando ele, a brincar, disse que, para fazer mover o Governo, se tinha de falar com os empresários e os jornalistas. Cada vez mais nos convencemos de que estas frases, ditas a brincar, são muito a sério. Quase lhe perguntava, que interesses é que o senhor vem aqui defender?

**O Sr. Silvio Rui Cervan (CDS-PP):** — Muito bem!

**O Orador:** — Não são aqueles que disse. Essa moral, fique o senhor com ela. Não nos dê lições, porque nós não precisamos!

*Aplausos do CDS-PP.*

**O Sr. Presidente.** — Para dar explicações, querendo-o, tem a palavra o Sr. Deputado Nelson Baltazar.

**O Sr. Nelson Baltazar (PS):** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Basílio Horta, naturalmente que tenho por si a mesma consideração que o senhor tem por mim, e quero dizer-lhe, em primeiro lugar, que julgo não ter ofendido a honra de quem quer que seja e também que a sua defesa da honra foi claramente dirigida à comunicação social.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

*Protestos do CDS-PP.*

**O Orador:** — Ou seja, nós desmascarámos aquilo que era a grande bandeira do CDS-PP, que eu disse ter-se transformado em galhardete.

**O Sr. Paulo Portas (CDS-PP):** — Mascarados estão vocês! Têm 0,04 de mercado!

**O Orador:** — Os senhores não gostaram desta desmascaração, não gostaram que nós tivéssemos feito isto

*Protestos do CDS-PP.*

Mas não se irritem! Esta foi uma defesa da honra para a comunicação social. Está feita, Sr. Deputado. Naturalmente, fica registado.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Paulo Portas (CDS-PP):** — Estão há cinco anos no Governo e têm 0,04 de mercado!

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Ponte.

**O Sr. Joaquim Ponte (PSD):** — Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Deputados: Já é lugar-comum dizer-se que a saúde, em Portugal, está doente e que «vai de mal a pior». Este Governo elegeu a saúde como paixão, mas, até ao momento, e passados que são sete meses da sua posse, nada de relevante aconteceu no sector que faça com que os portugueses sintam alguma melhoria no acesso, no nível de cuidados ou nos custos que têm de suportar com a sua saúde. A acção do Governo na saúde, a caminho do primeiro ano do seu mandato, caracteriza-se essencialmente em três pontos, a saber: constituição de grupos de trabalho para elaborar ainda mais estudos, anúncio de medidas que não se concretizam, e críticas, quase sistemáticas, da actuação da anterior Ministra, como se esta nada tivesse a ver com o Partido Socialista e ainda menos com o anterior governo do Eng.º Guterres

Com efeito, Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Deputados, é elucidativo o facto de que, para um sector que o Governo considerou prioritário, não exista, na Comissão de Saúde e Toxicodependência, uma única iniciativa legislativa do Governo ou do partido que o suporta, tendo em vista reformular e melhorar os serviços de saúde.

Todas as iniciativas têm origem na oposição e conhecem normalmente o fim esperado, que é o de serem chumbadas pelo Partido Socialista. É uma espécie de «não fazem nem deixam fazer». Foi o que aconteceu aos projectos de lei do PSD para os meios complementares de diagnóstico, ou para pôr fim às inqualificáveis listas de espera, e é, com certeza, o fim que esperam os projectos de lei do PCP e do Bloco de Esquerda, sobre medicamentos e farmácias públicas, e o que, agora, é apresentado pelo CDS-PP.

A racionalização da despesa e dos consumos com a saúde é, de facto, uma das prioridades que o nosso sistema reclama. Todavia, começa a parecer-me que se procura fazer crer que a racionalização da despesa em saúde se faz intervindo quase exclusivamente na área do medicamento e que a dinamização do mercado dos genéricos vem resolver, se não na totalidade, parte substancial do problema. Nem uma nem outra destas situações é verdadeira, já que

os medicamentos representam apenas 23% do total das despesas com a saúde e os genéricos, sendo importantes, não são a única medida que importa tomar na política do medicamento para racionalizar o consumo e a consequente despesa com os mesmos.

De facto, 77% da despesa do Estado com a saúde nada tem a ver com medicamentos e desta ninguém ouve falar, nem se conhece qualquer medida que vise controlar os gastos de um Serviço Nacional de Saúde cada vez mais monopolista, que não dá liberdade de escolha nem tolera capacidade crítica, orientado pelos problemas internos do sistema e não pelas necessidades e expectativas dos seus utentes, com uma ausência praticamente total de critérios de eficiência e qualidade, que menoriza o princípio da responsabilidade dos técnicos e dos gestores dos serviços e, finalmente, que se caracteriza pelo desperdício de recursos. Foi, assim, Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Deputados, que o Conselho de Reflexão para a Saúde, num aprofundado estudo elaborado na vigência e por encargo do anterior governo do Partido Socialista, que só se foi por isso perdeu validade para o Governo actual e para os seus responsáveis, classificou o nosso SNS.

Mas, se o Governo não toma medidas, são de saudar as iniciativas que vêm dos partidos da oposição, mesmo que sobre a oitava das prioridades que a Sr.ª Ministra anunciou, há sete meses atrás, que tinha para o sector da saúde, ou seja, a política do medicamento.

Concordamos, e julgamos haver entendimento generalizado, com a dinamização do mercado de genéricos, em Portugal, à semelhança do que já acontece na grande maioria dos países da Europa, em que nos integramos, países, de resto, bem mais ricos do que o nosso.

Todavia, o conhecimento das experiências desses países pode e deve ajudar-nos a legislar de forma a que os objectivos que se pretendem alcançar com esta medida sejam efectivamente atingidos. Essencialmente, reduzir a despesa dos utentes e do Estado com medicamentos sem pôr minimamente em causa a qualidade e a eficácia da terapêutica. Ora, em nenhum dos países onde o mercado dos genéricos funciona, e tem por isso expressão no orçamento dos cidadãos e do Estado, tal acontece sem que se verifique, pelo menos, uma das seguintes condições: prescrição pela Denominação Comum Internacional, sem qualquer referência ao produtor; direito de substituição que é conferido ao utente, desde que o médico não se oponha, justificando, se for caso disso, a sua oposição;...

O Sr. Silvio Rui Cervan (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — ... existência de listas positivas ou negativas de medicamentos, ou seja, de medicamentos que podem ou não ser substituídos,...

O Sr. Silvio Rui Cervan (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador. — ... ou, finalmente, a instituição de orçamentos indicativos para cada médico, em função do número e tipo de doentes que constituem a sua lista de utentes.

Estas são as medidas mais vulgarmente utilizadas, muitas delas por vezes em simultâneo, e sem as quais está provado que não funciona o mercado de genéricos.

O projecto de lei do Partido Popular, que ora se aprecia, merece a nossa concordância, relativamente ao fim a

que se propõe, mas temos sérias reservas, relativamente à forma e à eficácia do seu conteúdo.

Quanto à forma, parecia-nos de toda a vantagem, por uma questão de metodologia, de arrumação e de consulta, que não se dispersasse mais legislação sobre os medicamentos. Preferímos, assim, que fosse elaborado um diploma sobre a política do medicamento, que, entre outros aspectos, como sejam as comparticipações ou o redimensionamento das embalagens, contemplasse também os genéricos.

Quanto ao conteúdo, temos dúvidas quanto à eficácia do articulado, nomeadamente no que se refere à prescrição e à substituição, por exemplo, e discordamos de critérios propostos para a comercialização e para o regime de preços de venda ao público.

É, todavia, matéria que esperamos poder discutir em trabalho da comissão parlamentar.

Seja como for, o diploma parece-nos ter melhores condições para dinamizar o mercado de genéricos em Portugal do que as medidas anunciadas recentemente pela Sr.ª Ministra, que se resumem — pasme-se! — a criar um verdadeiro mercado de genéricos no nosso país, através da sensibilização e da majoração da participação destes medicamentos.

Com medidas destas, no final da legislatura, a Sr.ª Ministra da Saúde terá, por certo, para oferecer aos portugueses uma mão cheia de nada e outra de coisa nenhuma.

*Aplausos do PSD.*

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É, de facto, importante a questão dos genéricos quando falamos da racionalização dos gastos com os medicamentos. Foi por isso que o PCP fez desta questão uma das mais importantes de um projecto de lei que já apresentou e já foi discutido e aprovado na generalidade, estando, agora, em apreciação, na especialidade, na Comissão de Saúde e Toxicodependência.

E é tanto mais importante debatermos esta questão quando sabemos que, dos 100 medicamentos que mais dinheiro custam ao SNS no nosso país, 10 têm um substituto genérico, o que, a ser potenciado e aproveitado, constituiria uma enorme poupança com manutenção dos benefícios terapêuticos para os utentes do SNS.

A verdade é que, havendo mais de 100 medicamentos genéricos autorizados no mercado e sendo a maioria deles comparticipada, mesmo assim, a sua prescrição é muito reduzida, o que demonstra a pouca apetência para essa prescrição e para a sua utilização.

Vozes do CDS-PP. — É verdade!

O Orador: — É importante termos este debate e potenciarmos a utilização dos medicamentos genéricos, com consciência, contudo, da limitação deste mercado, pelo facto de termos tido, durante muitos anos, um mercado de cópia barata, que diminui o impacto de poupança dos medicamentos genéricos. Além disso, não podermos, porventura, esperar uma poupança comparável à que ocor-

reu noutros países, uma vez que nesses países os medicamentos são mais caros e não havia este fenómeno que existiu entre nós, pelo menos até 1995, do mercado de cópia barata

É importante também que se diga que esta questão dos genéricos e do potenciar do mercado dos genéricos não pode fazer esquecer outras importantes e, porventura, mais decisivas medidas no mercado dos medicamentos e na racionalização de gastos com medicamentos

A Sr<sup>a</sup> Natália Filipe (PCP). — Muito bem!

O Orador — É importante que não sejam os pequenos avanços, ou avanços mesmo que significativos, na questão dos genéricos, utilizados como alibi para que outras medidas de fundamental importância não se tomem na racionalização de gastos com medicamentos, medidas que, porventura, doem muito mais aos grandes interesses económicos instalados neste sector

O projecto de lei do CDS-PP, que agora se junta, em termos de iniciativa, a uma discussão que, pela parte do PCP, iniciámos já na Legislatura passada, tem, no fundo, quatro partes diferentes: uma, sobre autorização de introdução no mercado e comparticipação, outra, sobre prescrição e substituição; outra, sobre comercialização e regime de preços; e, finalmente, uma outra, sobre a divulgação

Quanto à divulgação, estamos de acordo. Aliás, dever-se-ia ir mais longe no sentido de dissipar eventuais dúvidas, que ainda parecem existir, sinceras ou não, em relação à qualidade e eficácia destes medicamentos, bem como de informar sobre as diferenças de preços existentes, quer para o SNS quer para o utente, entre os genéricos e os medicamentos de marca.

Quanto ao processo de autorização para a introdução no mercado, sinceramente, não se vislumbram grandes vantagens na proposta do CDS-PP. Existem já, hoje, regras e prazos bem definidos, que, a serem cumpridos, garantem a necessária celeridade e eficácia na autorização de introdução no mercado também dos medicamentos genéricos. Talvez devêssemos indagar, os invés, por que é que essa calendarização e essas regras não são cumpridas e que interesses bloqueiam a aplicação mais célere daquilo que está estipulado, daquilo que está legislado

Quanto à prescrição, ela, na opinião do CDS-PP, poderá ser feita pela identificação da denominação comum internacional das substâncias activas, seguida do nome do titular da autorização de introdução no mercado. É uma das hipóteses que está no projecto do CDS-PP. Mas não estaremos, assim, a manter a originalidade, no que diz respeito à prescrição, inventada pelo anterior governo, dos genéricos de marca? Não estaremos a manter essa entorse naquilo que pode, verdadeiramente, ser o mercado dos genéricos?

E, em relação às questões que o CDS-PP designa como sendo da prescrição médica — embora eu esteja convencido que não há outra prescrição — e da substituição, o partido proponente apresenta algumas propostas, que, embora ficando aquém do proposto pelo PCP em projecto já aprovado na generalidade, merecem, contudo, discussão

De resto, no projecto do PCP a possibilidade de substituição não é apenas para os medicamentos genéricos mas também para outros medicamentos que, mesmo não tendo substituto genérico, podem ser úteis na substituição do mesmo princípio activo e podem significar também uma

poupança não desprezável. E a proposta do CDS-PP restringe-se, apenas, aos medicamentos genéricos

Quanto à comercialização, não se comprehende como é que funcionará a majoração das margens de comercialização a distribuir a armazéns e a farmácias. Julgo entender que esta proposta terá por fim aliciar ou tentar convencer as pessoas a utilizarem medicamentos genéricos. Mas pergunto: como é que se vai fazer esta majoração? Vai aumentar o preço de venda ao público?

O Sr Basílio Horta (CDS-PP). — Não!

O Orador: — Vai ser retirada à margem da indústria?

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Não!

O Orador: — De onde é que saem estes 20% que vão acrescer a entidades que são partes no processo que não são, porventura, os menos beneficiados e os mais fragilizados?

A questão do preço de referência, que também é introduzida, leva-nos a colocar o mesmo problema que levantámos em tempos, em relação a propostas do Governo, que, no que respeita esta matéria, eram semelhantes.

É que a introdução do preço de referência, embora possa ter algumas vantagens no que diz respeito à poupança de dinheiros, poderá repercutir-se no utente — e na proposta que é apresentada julgo que isso irá acontecer, certamente —, isto é, poderá ter efeitos no bolso daqueles que compram, no bolso do utente do Serviço Nacional de Saúde. Estamos de acordo com uma racionalização, o mais possível, dos gastos com medicamentos, mas nunca à custa do aumento daquilo que é pago pelos utentes do Serviço Nacional de Saúde, pelo povo português.

Vozes do CDS-PP. — De acordo!

O Orador — . uma vez que, no nosso país, a média de despesa privada — entenda-se por isto a média de despesa paga pelos próprios cidadãos, para além do que já pagam com os impostos — na saúde é muito mais elevada do que a média da União Europeia

Portanto, temos de caminhar, sim, no sentido de reduzir os custos com medicamentos para os próprios utentes, para os próprios cidadãos, ao mesmo tempo que tentamos, e conseguiremos.

O Sr Presidente — Terminou o seu tempo, Sr Deputado

O Orador — Termino imediatamente, Sr Presidente  
Dizia eu, ao mesmo tempo que tentamos, e conseguiremos, reduzir e racionalizar os gastos com medicamentos no Serviço Nacional de Saúde

*Aplausos do PCP*

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Francisco Louçã.

O Sr Francisco Louçã (BE) — Sr Presidente, Sr<sup>o</sup> e Srs Deputados, parece haver, neste debate, dois pontos de consenso fundamentais em primeiro lugar, não há, no mercado de medicamentos portugueses, uma utilização suficiente, sequer residual, dos medicamentos genéricos,

em segundo lugar, a promoção dos medicamentos genéricos é importante do ponto de vista de uma prática de cuidados de saúde e da sua prestação em relação à população, na sua generalidade.

Ora, se atendermos a estes dois princípios fundamentais de consenso, então talvez seja de acolher ou de discutir e promover uma reflexão de fundo sobre a alteração dos dispositivos legais, de tal modo que se permita que haja uma promoção dos medicamentos genéricos. Por isso mesmo, o Bloco de Esquerda fez uma proposta, que foi aprovada na generalidade, que está em discussão na respectiva comissão e que sublinha não só a importância do princípio da prescrição por princípio activo mas também a da promoção de genéricos, num contexto que importa, seguramente, completar através dos contributos das várias bancadas.

Este projecto de lei anuncia uma preocupação desta ordem, portanto, creio que deve ser discutido com cuidado. Nesse sentido, vou sublinhar, e dirigir à bancada do Partido Popular, uma referência crítica que me parecer ser muito importante, entre outras que merecem discussão, mas, certamente, esta tem um maior relevo.

O projecto de lei do CDS-PP, na «Exposição de motivos», diz que pretende aperfeiçoar o Decreto-Lei n° 291/98, de 17 de Setembro, e, numa das matérias, altera-o substancialmente, sendo importante sublinhar esta alteração.

Diz isto respeito, em particular, ao artigo 2º, alínea i), do Decreto-Lei n° 72/91, de 8 de Fevereiro (alterado pelo artigo 1º do Decreto-Lei n° 291/98), o qual define o que são medicamentos essencialmente similares, ou seja, define o que são genéricos. A proposta de lei do CDS-PP faz essa definição na alínea a) do artigo 2º, retirando, no entanto, um aspecto que parece ser fundamental, que é a necessidade da demonstração da bioequivaléncia com o medicamento de referência.

Isto parece muito importante, porque, naturalmente, é necessário garantir aos prescritores e aos utentes que o genérico tem as mesmas características e o mesmo perfil de utilização da molécula de referência e, em particular, porque se sabe que a indústria farmacêutica tem feito muita pressão para que os testes e o custo associado à prática dos testes que garantem essa bioequivaléncia não sejam assegurados.

Ora, se isto não se realizar como é que o artigo 4º da proposta de lei pode ser executado? Porque o n.º 2 do artigo 4º da proposta de lei estipula que uma subcomissão científica, que se propõe que funcione junto do INFARMED (Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento), deve garantir, por parecer, que a introdução do genérico tem um controlo de qualidade suficiente para ser utilizável.

Ora, sem que se aplique este tipo de princípios de testes, que, aliás, são consagrados pela legislação europeia, que requer, justamente, um conjunto de estudos da biodisponibilidade, que sejam adequados para garantir esta bioequivaléncia dos genéricos com os medicamentos de referência, não se vê como é que se assegura aos utentes e ao sistema de saúde, no seu conjunto, que eles garantem os princípios elementares que devem ser estruturantes de qualquer oferta de medicamentos no mercado.

Portanto, parece-me que, deste ponto de vista, há uma fragilidade óbvia neste projecto de lei e que aquilo que venha a ser aprovado pela Assembleia da República e que garanta, porque é necessário garantir, um esforço no sentido de ampliar a prescrição de medicamentos genéricos deve obviar a esta falha.

**O Sr. Basílio Horta (CDS-PP).** — Sr. Presidente, peço a palavra para uma intervenção, porque ainda disponho de 24 segundos

**O Sr Presidente** — Tem a palavra, Sr Deputado

**O Sr. Basilio Horta (CDS-PP):** — Sr Presidente e Srs Deputados, esta intervenção é muito simples e é dirigida ao Partido Socialista.

Penso que o voto contra do Partido Socialista será um erro histórico

**O Sr Pedro Mota Soares (CDS-PP)** — Muito bem!

**O Orador** — Peço ao Partido Socialista que pondere a sua votação. Estamos abertos a todas as alterações que quiserem propor, nomeadamente àquela que disse agora o Sr Deputado Francisco Louçã, que é totalmente verdadeira, e a algumas que o Sr. Deputado do Partido Comunista também já disse

Não votem contra, porque isso significa acabar com a possibilidade de haver genéricos em Portugal

**O Sr Pedro Mota Soares (CDS-PP)** — Muito bem!

**O Orador** — e isso é um erro para os prescritores, para os utentes e para o nosso Orçamento do Estado

**Vozes do CDS-PP** — Muito bem!

**O Orador** — Peço-lhes que ponderem o vosso erro

*Aplausos do CDS-PP*

**O Sr. Nelson Baltazar (PS).** — Sr Presidente, peço a palavra para fazer uma pequena intervenção

**O Sr Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado

**O Sr Nelson Baltazar (PS)** — Sr. Presidente, Srs Deputados: A posição do Partido Socialista acerca deste projecto de lei defini-a eu da tribuna.

Gostaria de dizer-vos, ainda, que estamos perfeitamente abertos para discutir coisas que não sejam cópias de legislações já existentes, estamos perfeitamente abertos para avançar com propostas dentro do âmbito do Programa do Governo e das medidas já tomadas. Não aceitaremos que, 30 dias depois das medidas anunciadas, sejam colocadas, nesta Câmara, cópias dessas medidas anunciadas para efeitos de lei

**Vozes do PS:** — Muito bem! É claro!

**O Sr Paulo Portas (CDS-PP)** — Vocês têm é o princípio de que se alguém fizer vocês não fazem! Foi o que o Engº Guterres disse!

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, terminámos a discussão, na generalidade, do projecto de lei n° 204/VIII

Vamos passar à discussão, na generalidade, do projecto de lei n° 34/VIII — Regulamentação das medicinas não convencionais (BE).

Para introduzir o debate, tem a palavra o Sr Deputado Francisco Louçã.

O Sr. Francisco Louçã (BE): — Sr. Presidente, Sr.º e Srs Deputados No dia 31 de Janeiro deste ano, às oito e meia da noite, na Fundação Gulbenkian, em Lisboa, o Bastonário da Ordem dos Médicos entregou as insignias profissionais a 219 novos médicos Depois de terem ouvido a Tuna, fizeram o Juramento de Hipócrates

A versão original deste juramento reza assim. «Juro por Apolo médico, por Esculápio, por Higi, por Panaccia e por todos os Deuses e Deusas que acato este juramento e que o procurarei cumprir com todas as minhas forças físicas e intelectuais Honrarei o professor (...). Estimarei os filhos dele como irmãos (...) Guardarei castidade e santidade na minha vida e na minha profissão (...) Se respeitar este juramento e não o violar, serei digno de gozar reputação entre os homens em todos os tempos (...).»

Este juramento de Hipócrates é notável e deve ser carinhosamente respeitado como uma tradição, porque sugere que a medicina de hoje reconhece a sua ancestralidade, e faz bem Da magia à experimentação clínica, há um passado que conduziu ao presente e que é reclamado, metaforicamente, nesta submissão às deusas e aos deuses

Mas o mais extraordinário é que o juramento que é agora usado como cerimónia iniciática dos profissionais da «medicina científica» foi escrito por um homem que seria agora condenado, sem apelo nem agravo, por qualquer tribunal, como exercendo ilegalmente a medicina, e até é duvidoso que qualquer bastonário viesse testemunhar em seu favor

Hipócrates, naturalmente, porque escreveu este texto 460 anos antes de Cristo, defendia o uso de combinações de plantas naturais a partir do conhecimento que lhe era dado por papiros egípcios e pela sua própria experiência Merece, por isso, figurar na galeria dos nossos antepassados ilustres e nós merecemos pensar sobre este conjunto de saberes que foi evoluindo e que fez a medicina moderna

Mas muito antes dele, pelo menos desde 2500 antes de Cristo, a acupunctura já era sistematicamente praticada e no Código de Hamurabi, 18 séculos antes de Cristo, o médico tinha punições definidas no caso de provocar a morte do doente.

A medicina, Sr.º e Srs. Deputados, é tão velha como a humanidade e multiplicou os seus saberes, os quais, hoje, temos o direito e o dever de aproveitar. É considerando todos esses saberes que o projecto de lei que o Bloco de Esquerda vos sugere, e que foi apresentado em 7 de Dezembro, procura dois objectivos fundamentais

Por um lado, pretende estabelecer, claramente, a separação entre o trigo e o joio na prática de medicinas convencionais e não convencionais, que são objecto deste diploma, porque é uma questão de saúde pública. Os doentes devem ter a certeza, merecem o direito de ter a certeza, de que estão a ser tratados por profissionais qualificados e não por curandeiros como o que tratava com pesticidas doentes cancerígenos numa ilha de Portugal.

Em segundo lugar, este diploma quer estabelecer o princípio da liberdade de escolha e da diversidade das práticas terapêuticas submetidas a rigoroso escrutínio técnico e científico e que se podem complementar.

Ao aprovar esta lei, o Parlamento português estará em linha com a recomendação da Organização Mundial de Saúde, já de 1978, e reafirmada recentemente na sua 44ª Assembleia de 1991. A Organização Mundial de Saúde, diz esse texto, «colaborará com os Estados Membros no recenseamento das políticas nacionais, legislações e de-

cisões para a utilização das medicinas tradicionais no sistema de saúde »

Seguiremos o Parlamento Europeu na sua resolução de Maio de 1997, que sugere o reconhecimento legal e a regulamentação da homeopatia, osteopatia, quiropraxia, naturopatia, medicina tradicional chinesa, acupunctura e fitoterapia

Seguiremos a recomendação de Maio de 1999 da Comissão de Saúde do Conselho da Europa, que diz o seguinte: «As formas alternativas ou complementares da medicina devem poder ser exercidas, no futuro, por profissionais das medicinas convencionais e das medicinas não convencionais, correctamente formados, e o doente poderá consultar uns ou outros, garantindo-se a liberdade de escolha »

Ao aprovar este projecto de lei limitamo-nos a seguir a experiência da França, da Inglaterra, da Irlanda, da Holanda, da Dinamarca, da Suécia, da Bélgica, da Alemanha, da Finlândia e de outros países onde o exercício destas medicinas está regulamentado, onde estão definidos os critérios que estabelecem as escolas superiores e as faculdades competentes para formar tais profissionais e onde estão definidas normas de participação em medicamentos nestes casos

Por outro lado, a lei proposta ao Parlamento resulta também de um longo trabalho feito em Portugal pelo Ministério da Saúde Um grupo de trabalho nomeado pela Ministra, formado por representantes do Ministério da Saúde, do Ministério da Educação, da Ordem dos Médicos, da Ordem dos Farmacêuticos e do INFARMED e dirigido pelo Professor David Paiva, apresentou, em Março de 1999, as suas conclusões, que são integralmente utilizadas no projecto de lei que agora submetemos à vossa apreciação

Propunha esta comissão que se iniciasse a certificação de profissionais com títulos emitidos por faculdades estrangeiras, que se definissem as condições para o reconhecimento futuro de instituições académicas que ministrem cursos nestas áreas e que se definissem regras deontológicas e profissionais que regulem o exercício destas profissões

Propunha ainda, e bem, que viesse a ser criada uma comissão, constituída pelos Ministérios da Educação e da Saúde, pelas Ordens dos Médicos e dos Farmacêuticos e por representantes das associações de medicinas não convencionais mais representativas, para regulamentar actividades, definir requisitos profissionais, definir regras deontológicas, reconhecer instituições idóneas, dar pareceres sobre propostas e acompanhar a legislação nesta matéria

Estas são as propostas que o Bloco de Esquerda submete à vossa consideração. Naturalmente, estamos dispostos a considerar todas as sugestões que visem melhorar, precisar e esclarecer a lei que resulte da deliberação final da Assembleia da República. Porém, registo, em particular, duas críticas que têm sido dirigidas a este projecto de lei Em primeiro lugar, é argumentado que não estão suficientemente descritas no diploma as práticas terapêuticas que deve vir a abranger, em segundo lugar, é criticado o princípio de participação.

Creio que se trata de duas críticas que versam sobre o acessório e não sobre o essencial O projecto de lei remete para o estudo de uma comissão científica a definir e a mandatar pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério da Educação, no que toca à certificação de diplomas, a elas

boração e a fundamentação das decisões no que diz respeito às práticas terapêuticas que devem ser reconhecidas, pois parece-me que esta não é uma deliberação política que a Assembleia da República possa iniciar, discutir e concluir com votação numa hora dos seus trabalhos

É através de uma avaliação feita por essa comissão científica que se podem reconhecer as práticas que existem em Portugal e quais são aquelas que merecem, exigem e devem ser integradas neste esforço de reconhecimento, de consagração e de organização disciplinar e deontológica

Por outro lado, baseando-nos, como fazemos, no relatório da comissão formada no âmbito do Ministério da Saúde, registamos as práticas terapêuticas que já estão consagradas neste relatório e que nos parecem as essenciais, porque são as mais divulgadas e as que podem obter criteriosamente uma definição rigorosa dos terapeutas e dos que se dedicam profissionalmente ao seu exercício.

Registamos também que deverá haver uma discussão sobre o princípio da comparticipação, que, na nossa opinião, é distinta da discussão fundamental sobre a regulação e a regulamentação destas medicinas, visto que se trata de abrir um processo legislativo novo perante uma situação de excepção que Portugal tem em relação a outras legislações e abrir esse processo é o essencial desta discussão

Por isso, estamos disponíveis para que do debate em especialidade resultem dois diplomas distintos, que tratem da regulamentação como prioridade e, depois, dos princípios da comparticipação, em função da colaboração e da discussão das várias propostas que sobre esta matéria possam surgir

O que é certo, em todo o caso, Sr.º e Srs. Deputados, é que a escolha não pode ser adiada ou se começa agora um processo legislativo responsável ou se permite que continue a campear a irresponsabilidade, ou se defende a saúde pública e se protege o direito de escolha dos doentes ou se fecha os olhos à charlatanice. Como em tudo na vida, ou se faz ou não se faz. Convidado o Parlamento a que faça, porque essa é a nossa obrigação!

**O Sr Presidente** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Luisa Portugal

**A Sr.ª Luisa Portugal (PS)** — Sr Presidente, Sr. Deputado Francisco Louçã, tenho de confessar, sem preconceitos, que, apesar de não ter feito o juramento de Hipócrates, pois no meu tempo essa não era a tradição, nos parece extremamente correcto enfrentar o problema que estamos a discutir neste momento

Penso que falar de medicinas não convencionais, como consta do título do vosso projecto de lei, cria uma certa dualidade entre estas medicinas e as «medicinas legalmente reconhecidas», independentemente do que se entenda por esta expressão, que poderá ser objecto de outra discussão. Parece-me que esta dualidade não ajuda a reconhecer o papel positivo que poderão ter os cuidados terapêuticos prestados pelas práticas que estão enunciadas na «Exposição de motivos» e que também foram referidas na sua exposição oral, mas cuja omissão no articulado é uma falha importante

A pergunta concreta que quero colocar-lhe tem a ver com os artigos 7º e 8º do projecto de lei em debate, em que se prevê a comparticipação de medicamentos. Esta

comparticipação já foi referenciada na sua intervenção, mas o Sr. Deputado não disse nada acerca do artigo 8º, que prevê convenções para os serviços prestados.

Sr. Deputado, gostava de se saber se não será prematura a inclusão desta norma neste momento da discussão e se não se tratará de um ponto a ser discutido, embora sempre numa análise de custo/eficácia e de custo/benefício em favor, inclusive, dos cidadãos que recorrerem a estas práticas localizadas e dentro do contexto do Serviço Nacional de Saúde

**A Sr.ª Natalina Moura (PS)** — Muito bem!

**O Sr Presidente** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã

**O Sr. Francisco Louçã (BE)** — Sr Presidente, Sr.ª Deputada Luisa Portugal, colocou várias questões, às quais responderei muito directamente

O termo genérico de «medicinas não convencionais» que utilizamos é o que está consagrado na Organização Mundial de Saúde e nos relatórios e resoluções do Parlamento Europeu. Utilizamo-la embora saibamos que existe alguma discussão terminológica a este respeito, mas porque é preciso entendermo-nos — é para isso que é feita a linguagem — e fizemos uma escolha neste sentido

E verdade que no projecto de lei em análise só precisamos as práticas terapêuticas na «Exposição de motivos». Tínhamos obrigação de o fazer nesse contexto na medida em que deveríamos motivar de uma forma clara o projecto de lei, mas fizemos a escolha política de submeter ao Parlamento um diploma que manda o Ministério da Saúde e, no caso do reconhecimento da idoneidade de títulos obtidos em estabelecimentos de ensino superior estrangeiros, o Ministério da Educação para gerir este processo no sentido de fazerem o estudo necessário para consagrar o conjunto das práticas terapêuticas que entenderem dever ser hoje reconhecidas neste âmbito

Naturalmente, como disse na minha intervenção, o facto de termos, como resultado do trabalho de uma autoridade tão iminente como o Professor David Paiva e de todos os que colaboraram com ele no grupo de trabalho mandatado pelo Ministério da Saúde, um relatório que já faz esse reconhecimento, esse levantamento, esse estudo e um conjunto de propostas práticas indica em grande medida o sentido em que deve evoluir a legislação portuguesa. Esse é o nosso ponto de vista, portanto, a esse respeito, creio que fica suficientemente clara a nossa posição

No que se refere à questão da comparticipação, concretamente aos artigos 7º e 8º do projecto de lei, quero dizer-lhe que toda a lógica da comparticipação deve ser submetida a um princípio genérico, que é o que vigora no Serviço Nacional de Saúde

O Serviço Nacional de Saúde não tem como definição ter uma comparticipação universal e cega em relação a todo o tipo de medicamentos, tratamentos ou práticas terapêuticas que ocorrem em Portugal. É sempre feita uma seleção, a qual deriva da relação custo/benefício e de uma listagem de medicamentos ou de produtos que são prioritários desse ponto de vista, o que, naturalmente, deverá ser feito

Em alguma medida, esta orientação decorre de convenções internacionais ou de directivas comunitárias, que, no caso dos produtos homeopáticos, já estão em vigor desde

1973 e 1974 por transposição de directivas, e é esse o princípio geral que deve nortear o trabalho futuro, tanto em sede da especialidade e da legislação que o Parlamento produza como na sua aplicação e regulamentação por via do Governo.

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Paulo Pisco

**O Sr. Paulo Pisco (PS):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>o</sup> e Srs Deputados. Encarar de frente as medicinas não convencionais e resolver as questões legais e de sociedade que elas levantam é, hoje, uma necessidade incontornável.

A tendência actual na Europa e no mundo é para deixar de olhar com preconceito e desconfiança as medicinas não convencionais, sendo cada vez mais difícil justificar a falta de reconhecimento do papel que desempenham nas sociedades modernas em virtude de uma cada vez maior aceitação de práticas como a homeopatia, a osteopatia, a quiropráxia, a acupunctura e a fitoterapia.

As recomendações da União Europeia, da Organização Mundial de Saúde, do Conselho da Europa e, até, do primeiro relatório oficial feito em Portugal sob a tutela da Direcção-Geral de Saúde, realizado durante o Governo do PS, entre Abril de 1998 e Março de 1999, vão todas neste sentido.

De salientar, para referir apenas alguns exemplos, a grande aceitação da homeopatia, da acupunctura, da osteopatia e da quiropráxia em países como a França, a Grã-Bretanha, a Alemanha, a Finlândia e a Bélgica.

A regulamentação das medicinas não convencionais é sinónimo de progresso, de abertura de espírito e de tolerância e não de atraso e crendice. Julgamos que também a sociedade portuguesa está já suficientemente madura para o reconhecer.

Os países mais desenvolvidos não só as aceitam como, em muitos casos, procuram harmonizá-las com a medicina alopática, criando assim uma útil complementaridade nos cuidados de saúde, até porque são cada vez mais os médicos que se interessam pelas medicinas não convencionais. É por isso necessário promover a aproximação entre ambas as medicinas, contribuindo desta forma para que o muro separador que agora existe dê lugar à cooperação e ao entendimento. O reconhecimento das medicinas não convencionais certamente que contribuirá para isso.

Não é possível continuar a pensar que se trata de um fenómeno residual. O trabalho da Direcção-Geral de Saúde registou, sem ser exaustivo, 13 federações e associações, muitas delas com várias centenas de profissionais inscritos. A exemplo do que acontece na Europa, o número de portugueses que a elas recorre é cada vez maior e o mercado de produtos naturais não pára de crescer.

É por todas estas razões e, fundamentalmente, para garantir a qualidade dos cuidados que são prestados por estes profissionais que é preciso regulamentar, acabando com a situação de semi-clandestinidade que existe no sector, a qual afecta toda a sociedade e gera tensões e angústias injustificadas.

Regulamentar significa enquadrar legalmente as medicinas não convencionais, reconhecer a sua autonomia técnica e deontológica, definir as respectivas áreas de intervenção e dignificar uma actividade que tem todas as condições para dar um contributo válido para uma forma diferente de encarar a saúde. Significa pensar nos consumidores e no seu direito a possuírem uma informação correcta sobre as

terapias, os métodos e os produtos utilizados. Mas significa também «separar o trigo do joio», com toda a coragem e determinação, e acabar com os charlatães que abusam de quem de boa fé ou em desespero de causa os procura

**A Sr<sup>a</sup> Natalina Moura (PS) — Muito bem!**

**O Orador.** — Significa dar garantias de qualidade nos medicamentos e produtos que existem no mercado, no grau de exigência e no reconhecimento dos cursos ministrados

Torna-se, assim, necessário ultrapassar o preconceito e o corporativismo bloqueador que vê as medicinas não convencionais como um domínio de bruxos e aceitar humildemente que a medicina convencional não tem a solução para todos os problemas de saúde. Por isso mesmo seria insensato recusar um direito elementar dos cidadãos de escolher opções terapêuticas assentes em produtos e técnicas naturais, que em muitos casos são reconhecidamente mais indicados, por exemplo, para pessoas idosas ou com patologias específicas, menos resistentes às drogas e aos meios utilizados pela medicina alopática.

Como uma das provas do empenho do PS na dignificação das medicinas não convencionais, está já a ser preparada pelo Governo, por sugestão nossa, a alteração ao Decreto-Lei n° 94/95, de 9 de Maio, para que os agora «produtos homeopáticos» sejam correctamente considerados em conformidade com a Directiva n° 92/73/CEE, do Conselho, e assim passem a «medicamentos homeopáticos».

Além de a transposição defeituosa da Directiva constituir uma desvalorização da homeopatia, está também a lesar os consumidores que, assim, estão privados de informação sobre os efeitos terapêuticos que devem constar dos folhetos.

**Sr Presidente, Sr.<sup>o</sup> e Srs. Deputados:** A nossa determinação em regulamentar as medicinas não convencionais é inequívoca, mas temos também de ter a exacta noção de que se trata de erguer, onde agora nada existe, um edifício jurídico-legal que enquadre, de forma adequada e responsável, o que já existe no terreno.

É neste contexto que julgamos que o projecto de lei do Bloco de Esquerda perde em consistência, porque omite e é impreciso em alguns aspectos e baralha outros, como, de resto, acaba de ser reconhecido.

Assim, por um lado, não identifica as áreas que devem ser regulamentadas, sendo nosso entendimento que esse deverá ser o primeiro passo e que, depois, deverá ser criada uma estrutura que acompanhe todo o processo de reconhecimento e avaliação dos profissionais, das suas práticas, terapias e formação, e, por outro lado, baralha regulamentação com esquemas de participação e de convenções, querendo, assim, pôr um telhado onde ainda não existem alicerces.

Com efeito, não julgamos sensato que se avance com eventuais esquemas de participação e de convenções antes de se definir quem pode exercer, em que domínios, em que condições e com que limites.

Aceitá-lo seria amarrar a Assembleia da República e o Governo a expectativas e compromissos que não se sabe quando poderão ser honrados. E estas questões para nós são essenciais.

Pela sua parte, o PS apresentará um projecto logo no início da próxima sessão legislativa, o mais tardar até final de Outubro.

*Aplausos do PS*

**O Sr. Presidente** — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Natália Filipe

**A Sr.<sup>a</sup> Natália Filipe (PCP)** — Sr Presidente, Sr.<sup>m</sup> e Srs. Deputados. A História da Medicina é tão velha como a História da humanidade — esta afirmação já a ouvimos aqui, hoje

Permitam-me que cite alguns exertos do Relatório das Carreiras Médicas, elaborado em 1961 pela Ordem dos Médicos, onde podemos ler o seguinte «( . ) A medicina, como outros ramos das ciências humanas, tem de adaptar-se ao ritmo do mundo moderno, porque constitui um dos seus factores de progresso ( )». E lemos também que «( . ) não se pode ignorar que as transformações científicas, económicas, sociais e políticas que o mundo sofreu nos últimos decénios e sofre actualmente, criaram novas situações ao médico e modificaram, até certo ponto, as condições do exercício da sua arte ( )».

A medicina, como tradicionalmente a conhecemos no Ocidente, é herdeira de um passado longínquo onde as práticas incidiaram na cura dos males do corpo e que veio a desenvolver o método científico do conhecimento das doenças e do seu tratamento. E foram efectivamente as transformações das sociedades, nomeadamente ao nível do desenvolvimento técnico-científico e tecnológico, da investigação, das tecnologias da informação, que levaram ao aprofundamento e à reorganização contínua e progressiva dos saberes em diferentes disciplinas da saúde.

Consequentemente, criaram-se, desenvolveram-se e afirmaram-se novas profissões de saúde, com saberes próprios, práticas e técnicas cientificamente reconhecidas que, com maior ou menor visibilidade, são hoje socialmente reconhecidas como imprescindíveis à obtenção de ganhos em saúde por parte dos cidadãos.

Por outro lado, a evolução das sociedades modernas, do saber técnico e científico, das tecnologias da saúde e da compreensão de que o fenómeno saúde-doença dos indivíduos depende de diversos e multifacetados factores fizeram com que cada vez mais se fale dos indivíduos saudáveis ou doentes como um todo, numa dimensão holística e não biomédica.

É neste contexto que, a nosso ver, emergem com clareza duas ideias centrais a considerar, quer em termos de política de saúde, no que respeita às profissões da saúde, em que a comunidade científica da saúde não enquadra exclusivamente a disciplina da medicina (dita convencional) mas muitas outras como enfermagem, farmácia, psicologia, sociologia, etc., quer no que se refere, consequentemente, à melhoria das condições de saúde dos cidadãos, onde a obtenção de ganhos em saúde é determinante, a concorrência de todos os saberes organizados naquelas e em outras disciplinas científicas, traduzíveis em intervenções autónomas e interdependentes dos respectivos profissionais, é determinante.

Para o cidadão é cada vez mais clara a noção de que os seus problemas de doença ou a melhoria dos seus níveis de saúde não dependem da actuação exclusiva de um só tipo de profissionais mas de equipas multidisciplinares, onde a complementariedade funcional e o respeito pelo espaço de competências próprias de cada uma das profissões não podem ser palavras vãs. Daí que tem cada vez mais sentido falarmos de cuidados de saúde e menos em actos médicos.

Sr Presidente, Sr.<sup>m</sup> e Srs. Deputados, em relação à matéria que agora está à discussão todos temos a consciênc-

cia que se trata de uma questão deveras controversa, onde os interesses são dos mais variados e onde a discussão está longe de ser pacífica.

É uma verdade irrefutável, em Portugal e em todo o mundo, que cada vez mais o cidadão recorre às práticas das chamadas medicinas não convencionais, que muitos também chamam de terapêuticas ou práticas alternativas ou complementares.

A nível dos diferentes Estados membros da União Europeia existem estatísticas que apontam para a utilização frequente destas terapêuticas alternativas com tendência para aumentar.

Manter a situação existente é permitir que estas práticas continuem a desenvolver-se sem estarem criados os mecanismos que garantam ao cidadão a prestação de cuidados de saúde de qualidade.

A ser assim, é verdade que a não regulamentação do exercício destes profissionais e do conjunto dos aspectos envolventes poderá colocar, de facto, problemas de saúde pública.

Estas questões precisam de ser profundamente discutidas, para que quaisquer medidas que se venham a ser desenvolvidas não se traduzam em redondos fracassos.

De resto, o desenvolvimento desta matéria devia caber ao Governo, que nunca promoveu a regulamentação necessária, estando, mais uma vez, um problema de grande especificidade técnica e de carácter eminentemente regulamentar a ser analisado na Assembleia da República.

**Vozes do PCP** — Muito bem!

**A Oradora** — O projecto de lei do Bloco de Esquerda merece da nossa parte algumas dúvidas e críticas que gostaríamos de colocar e que, tanto quanto nos é dado a perceber, também se colocam a muitos profissionais de saúde devemos falar em medicinas ou em práticas terapêuticas? Quem define as áreas a reconhecer? Quanto à liberdade de escolha do cidadão — uma questão que é sempre colocada pelo neoliberalismo ao pretender justificar a escolha entre o sector público e o sector privado —, ela deve dar lugar, sim, à garantia de cuidados de saúde de qualidade, tarefa que o Estado tem de assegurar.

Em relação à regulação destas práticas terapêuticas, do reconhecimento das escolas e a participação dos medicamentos, consideramos que é precoce ser colocado neste momento e entendemos que deve sofrer o mesmo processo e desenvolvimento que tiveram outras profissões e os medicamentos que utilizamos, não devendo beneficiar, *a priori*, de uma legitimação prévia. Ou seja, tem de ser sustentado o reconhecimento destas práticas terapêuticas sob o ponto de vista técnico e científico, da qualificação dos profissionais e do seu exercício com vista a assegurar ao cidadão cuidados de saúde com qualidade.

Pela nossa parte, julgamos que a questão em debate deve ser discutida com a maior clareza, profundidade e rigor e é nesse sentido que contribuiremos para esta discussão.

*Aplausos do PCP*

**O Sr Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Martins

**O Sr. Carlos Martins (PSD):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>m</sup> e Srs. Deputados Nos séculos XVIII e XIX, com o

aprofundar dos conhecimentos da fisiologia e da biologia molecular, estrutura-se, finalmente, o que se considera a medicina clássica, ortodoxa e científica, cujos conhecimentos, que são o seu património, foram permanentemente aprofundados pela pesquisa sistemática, tendo, no entanto, sempre presente as suas limitações.

Simultaneamente, os métodos naturais foram quase abandonados devido a esta notável evolução dos conhecimentos, embora tenha continuado a existir uma grande variedade de medicinas não convencionais, distintas das clássicas, ortodoxas e científicas, pela terapêutica aplicada, pelo processo de diagnóstico e pela sua base filosófica.

A partir de meados da década de 70, deu-se o renascimento das medicinas ditas alternativas, com um grande crescimento dos sistemas terapêuticos e o aparecimento de um considerável número de praticantes, tendo naturalmente Portugal acompanhado esta evolução.

Em 1974, com a implantação da democracia, os terapeutas das medicinas naturais apareceram em público e em 1977 foi criada uma associação, tentando «separar o trigo do joio», dado que métodos e práticas misturavam-se indistintamente.

A partir de 1978, começaram a realizar-se diversos congressos sobre a naturopatia e as suas disciplinas, bem como as primeiras reuniões para sensibilização da Assembleia da República e do governo.

Em Dezembro de 1995, a Direcção-Geral de Saúde propôs a constituição de um grupo de trabalho como primeiro passo para uma tomada de posição sobre as medicinas alternativas ou complementares em ordem à sua possível legalização, situação que mereceu despacho de concordância da então ministra da saúde, datado de 16 de Abril de 1996.

Decorridos quase três anos desde a sua criação, o grupo de trabalho apresentou finalmente, em Março de 1999, um relatório à então Ministra da Saúde, onde concluía que as medicinas mais utilizadas pelos cidadãos e mais representativas eram a homeopatia, a acupunctura, a osteopatia, a quiroprática e a fitoterapia, a exemplo da situação que encontramos na União Europeia.

Na União Europeia, genericamente — e muito bem — tudo se focaliza na necessidade de protecção do doente/consumidor, por via de sistemas de saúde, com leis específicas reguladoras da prática da medicina, tendo sempre em atenção a saúde do cidadão.

De referir que em muitos países europeus os modelos de medicinas complementares estão enquadrados nos respectivos Serviços Nacionais de Saúde devido ao reconhecimento das suas vantagens sócio-económicas.

De referir ainda que a procura crescente de terapêuticas não convencionais fez com que as mesmas tenham sido regulamentadas, estudadas e oficializadas em países com um nível de cuidados de saúde elevados, como os Estados Unidos, o Canadá, a África do Sul e a Austrália, entre outros.

Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Deputados, a Constituição da República e a Lei de Bases da Saúde responsabilizam o Estado pela protecção da saúde dos indivíduos e da comunidade, reservando-lhe o papel de regulador e fiscalizador das organizações que asseguram cuidados de saúde, o que exige um papel activo ao Ministério da Saúde e ao Ministério da Educação em matéria de medicinas/terapêuticas não convencionais.

Eis porque, enquanto partido que governou e que vai voltar a governar Portugal, não nos demitimos de debater serena, responsável e activamente esta questão, enquadrando a sua regulamentação como uma melhor forma de defesa da saúde pública.

Eis porque partilhamos o princípio de que devem ser desencadeadas medidas que protejam o cidadão e a comunidade em geral do exercício não qualificado destas actividades, prosseguidas no âmbito das chamadas medicinas não convencionais.

Eis porque partilhamos o princípio de que devem ser certificados os profissionais que apresentem documentação emitida por escolas estrangeiras, públicas ou privadas, as quais venham a ser reconhecidas como idóneas e de qualidade.

Eis porque exigimos uma intervenção do Governo neste assunto.

Eis ainda porque não podemos aceitar que centenas de jovens continuem a não saber se irão ver reconhecidas as suas habilitações, que famílias continuem a investir as suas economias sem saber qual o futuro dos seus filhos e que o Governo e o Partido Socialista continuem a «enterrar a cabeça na areia», como se estes problemas e estes dramas não existissem.

Eis por que não podemos aceitar que os portugueses continuem sem saber a quem, onde, quando e como podem recorrer às terapêuticas alternativas sem colocar em risco a sua saúde.

Eis porque não podemos aceitar que «o trigo» não seja distinguido do «joio» e que continuem a persistir casos graves para a saúde pública, isto é, casos que envergonham um Estado democrático e membro de pleno direito da União Europeia.

Eis porque é necessário regulamentar, disciplinar, enquadrar e punir quem não merece exercer actividades que têm a ver com a saúde dos nossos concidadãos, iniciando um processo de eliminação da anarquia existente.

Sr Presidente, Sr.º e Srs. Deputados, o Governo do Partido Socialista gastou três anos a estudar a problemática das medicinas ditas alternativas ou das terapêuticas alternativas e, ao receber o relatório, decidiu aplicar a sua prática mais comum: meteu-o na gaveta, aguardando que o problema se resolvesse por si só ou que alguém tivesse a iniciativa de o recolocar a debate.

A Sr.ª Luísa Portugal (PS) — Já cá faltava essa!

O Orador — Não é possível continuar a ignorar uma situação que, não sendo essencial na discussão da política de saúde para o III Milénio, é, repetimos, importante para a defesa da saúde dos nossos concidadãos.

Haja a coragem de discutir a elaboração de normas que devem regular cada uma das chamadas medicinas não convencionais, isto é, que actividades podem ser exercidas, quais os requisitos para o seu exercício, quais as regras de qualidade, quais as regras disciplinares e deontológicas.

Haja a coragem de discutir o reconhecimento ou não das instituições nacionais e estrangeiras como possuidoras de idoneidade para a formação em medicinas não convencionais e quais os títulos necessários para o exercício profissional.

Haja a coragem de definir o processo de acompanhamento e controle do exercício das medicinas não convencionais, por forma a evitar e a punir todas as práticas que não obedecem aos requisitos que forem estabelecidos.

Haja a coragem de integrar nesta reflexão os representantes das medicinas convencionais, assumindo-se a primazia destas, mas reconhecendo a ajuda das medicinas/terapêuticas alternativas no tratamento do cidadão, o qual deve ter a possibilidade de escolha

Sr Presidente, Sr.º e Srs Deputados, o Bloco de Esquerda apresenta-nos o seu projecto de lei sobre a regulamentação das medicinas não convencionais. Discordamos do seu articulado mas temos a coragem de assumir a nossa disponibilidade para discutir esta matéria, colocando, mais uma vez, os interesses dos portugueses acima de qualquer estratégia partidária ou da mera ideologia política.

Estamos preparados para discutir exaustivamente, na especialidade, esta questão, como outras, sem complexos, sem submissões e sem procurar antever qualquer resultado que não seja servir os portugueses e Portugal

Eis mais um exemplo de como para nós, PSD, o cidadão é a razão de ser da nossa actividade, das nossas posições e o centro das nossas preocupações

Sr. Presidente, Sr.º e Srs Deputados, o Professor Alan D. Watkins da Universidade de Medicina de Southampton, referindo-se às medicinas alternativas, disse. «O cérebro, o coração, o sistema imunitário, a energia e a matéria, trabalham todos em conjunto e assim também devemos nós trabalhar. O futuro da medicina está nas nossas mãos. Se abrirmos as nossas mentes, então o futuro parece na realidade muito promissor»

Nós temos a mente aberta para discutir em conjunto esta matéria, no entendimento de que a regulamentação das medicinas/terapêuticas alternativas é um caminho que, de facto, não tem recuo

E que, mais uma vez, pior que uma má decisão é a ausência de qualquer decisão

#### *Aplausos do PSD*

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Pedro Mota Soares

O Sr Pedro Mota Soares (CDS-PP) — Sr. Presidente e Srs Deputados, queria começar por reconhecer aos proponentes deste projecto de lei, o Bloco de Esquerda, o mérito de chamarem a esta Câmara um assunto sobre o qual urge legislar e regulamentar, que é, obviamente, o do exercício das medicinas não convencionais

Pela nossa parte, somos daqueles que defendem que é hora de se regulamentar o exercício desta actividade, sabendo que muitos são os interesses antagónicos nesta matéria liberdade de escolha *versus* saúde pública; comparticipação estatal *versus* eficácia terapêutica, tradição *versus* validação científica. Somos daqueles que não aceitam que se reprenda esta realidade, que se queira «varrer para debaixo do tapete» a existência destas práticas, que se vire a cara para o lado e que se finja que nada se passa, mas também não aceitamos que se vá em experimentalismos fáceis ou que se queira fazer demagogia barata à custa da saúde das pessoas. Nesta matéria, a prudência é boa conselheira

Sr Presidente e Srs Deputados, há na Europa uma clara divisão sobre esta matéria. A Europa do Norte tem uma tradição mais liberal de aceitação e reconhecimento da prática das medicinas não convencionais. Na Europa do Sul, grupo em que nos incluímos, obviamente, a tradição tem sido de maior repressão

Pela nossa parte, entendemos que é necessário que se possam dar os passos para o reconhecimento destas práticas, mas para que tal se faça, impõe a seriedade da discussão que o façamos com um critério claro, indiscutível, eticamente inabalável, que represente o que são os axiomas sobre os quais assenta a nossa civilização. Sendo assim, o critério não pode ser outro senão o da validação científica destas práticas

A nossa civilização assenta claramente no princípio da comprovação científica dos resultados. É nesse princípio que fazemos assentar a nossa educação, é nesse princípio que baseamos a nossa ciência, e, obviamente, só pode ser nesse princípio que aceitamos e reconhecemos toda e qualquer prática medicinal. Aliás, as últimas conclusões dos relatórios do Parlamento Europeu apontam nesse sentido

Diz a resolução sobre as medicinas não convencionais, datada de 29 de Maio de 1997, que «( . ) é conveniente realizar estudos clínicos, avaliações dos resultados dos tratamentos, estudos científicos ou investigações académicas, partindo-se do princípio que esta avaliação deve ser efectuada segundo as metodologias habituais em qualquer terapêutica humana, ou seja, baseada nos conhecimentos científicos do momento, particularmente os específicos das ciências biológicas e estatísticas ( )»

Esta necessidade de ter um critério científico para julgar todas as práticas medicinais, quer as das medicinas ditas não convencionais, hoje em apreço, quer as das medicinas convencionais, é, para nós, a pedra de toque de toda esta discussão. Não é possível fugir a esta unidade dos critérios avaliadores e este é o ponto sobre o qual nós não transigimos, o ponto em que penso que o projecto do Bloco de Esquerda devia ser melhorado

O recurso à bio-estatística, à eficácia terapêutica comprovada, em suma, a critérios científicos reconhecidos é a única forma possível de se fazer uma necessária separação entre as práticas medicinais que aceitamos enquanto tal e aquelas que não aceitamos. Aliás, é isto que tem vindo a ser feito e há já muitas práticas terapêuticas das medicinas não convencionais que são reconhecidamente mais eficazes e mais baratas do que práticas da medicina convencional

Penso que um bom exemplo é o do tratamento das dores lombares verificadas por causa do stress e do estilo de vida sedentário. É clinicamente comprovado que é preferível que o tratamento seja feito, por exemplo, por um osteopata do que através da prescrição de um analgésico. Aliás, é neste sentido que vão as indicações de tratamento, por exemplo, no serviço nacional de saúde da Grã-Bretanha. Só que, antes de se assumir esta indicação, existiu um enorme esforço de estudo e de análise da eficácia terapêutica.

Sr. Presidente e Srs Deputados, estamos nesta discussão com o espírito aberto ao reconhecimento destas práticas medicinais. Porém, onde não transigimos, porque com a saúde pública não admitimos brincar, é que esta discussão seja feita com um critério objectivo, perceptível por todos e conforme os axiomas científicos que estão na base da nossa civilização

É com esta mesma abertura de espírito que elogiamos os proponentes deste projecto, pela oportunidade com que o agendaram e pela oportunidade de chamar este tema à Assembleia da República, mas não podemos também deixar de criticar os erros graves que o projecto enferma

O primeiro, como dizia há pouco, é o da ausência

**O Sr Presidente** — Agradeço que termine, Sr Deputado Não sei se o painel está certo, mas já tem tempo negativo

**O Orador** — Está errado Sr Presidente Tinha 5 minutos no início da minha intervenção.

**O Sr Presidente** — Não sei se tinha, Sr Deputado

**O Orador** — Sr Presidente, tinha 7 minutos no início da discussão, cedemos 2 minutos ao Bloco de Esquerda, o que dá a módica quantia de 5 minutos

**O Sr Presidente** — Faz o favor de terminar logo que possa. Sr Deputado

**O Orador** — Como dizia, o primeiro é o da ausência de um qualquer critério justo e claro para que se possa fazer o reconhecimento da «eficácia reconhecida» destas terapias O segundo é a cisão que existe entre uma das funções da comissão de peritos, que é fazer uma listagem das terapêuticas reconhecidas, ao mesmo tempo que certifica e legaliza todos os profissionais que já estejam a actuar

Para terminar, Sr Presidente,

**O Sr Presidente** — Tem mesmo de terminar, Sr Deputado

**O Orador** — o que o CDS-PP exige, aqui, é uma forma clara e um critério científico

*Applausos do CDS-PP*

**O Sr Presidente** — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr<sup>a</sup> Deputada Heloísa Apolónia

**A Sr<sup>a</sup> Heloísa Apolónia (Os Verdes)** — Sr Presidente e Srs Deputados, no programa do Partido Os Verdes pode ler-se o seguinte «Nós, Os Verdes defendemos o direito de opção dos cidadãos por medicinas não convencionais Defendemos a valorização dos conhecimentos ancestrais que os homens foram acumulando no seu relacionamento com a natureza Consideramos que é tempo de romper com os preconceitos e os egocentrismos culturais relativamente aos saberes de outros povos em matéria de medicina Recusamos a subjugação da saúde aos interesses das grandes transnacionais de química e da farmácepsia, mas também a proliferação de vendedores de 'banha da cobra' que abusam da boa fé dos cidadãos Por isso, defendemos o reconhecimento das medicinas complementares integrando o seu lecionamento nos currículos das universidades de medicina portuguesas, criando um quadro deontológico que dê garantias aos utentes; assegurando uma fiscalização e controle de qualidade sobre os medicamentos naturais postos à venda, alargando a participação e os diversos acordos sociais às medicinas complementares, investindo no estudo e valorização do vasto património de conhecimentos e práticas curativas ancestrais existentes em Portugal »

Foi precisamente também nesta lógica que apresentámos, no nosso projecto de revisão constitucional, na passada legislatura, uma proposta de integrar no artigo 64º uma alínea que permitia assegurar a preservação do patri-

mónio das medicinas tradicionais e complementares, proposta esta, infelizmente, rejeitada

Mas, Sr Presidente e Srs. Deputados, precisamente porque reconhecemos e porque é óbvio que o recurso às medicinas não convencionais tem aumentado e tem tido, de facto, uma grande procura, porque reconhecemos e porque é óbvio que não está garantida a segurança dos cidadãos, quer quanto aos profissionais a que recorrem quer quanto aos medicamentos, porque reconhecemos e é óbvia a necessidade da liberdade de opção dos cidadãos, que inclui, entre outras questões, obviamente uma correcta informação, porque reconhecemos e é óbvia a necessidade de um quadro legal relativamente a esta matéria das medicinas não convencionais. aprovaremos o projecto de lei apresentado pelo Bloco de Esquerda, apesar de algumas dúvidas pontuais que temos relativamente ao projecto de lei apresentado. Reservamos, naturalmente, a discussão dessas dúvidas para especialidade

**O Sr Presidente** — Tem a palavra o Sr Deputado Francisco Louçã Tem mais 2 minutos que lhe foram cedidos pelo Partido Os Verdes

**O Sr Francisco Louçã (BE)** — Sr Presidente, vou fazer uma intervenção breve para registar alguns dos comentários que foram aqui apresentados e para acrescentar um argumento sobre o debate que estamos a ter

Houve intervenções que sugeriram que esta proposta que está em discussão e será votada amanhã aparecia precipitadamente No entanto, pareceu surgir um acordo geral de que este debate é, apesar disso, tardio

Existe uma prática culturalmente enraizada na sociedade portuguesa e em tantos casos suportada pelo conhecimento, pela capacidade profissional competentíssima de muitos profissionais que actuam em várias das áreas que aqui foram citadas, da homeopatia à acupunctura e a muitas outras, que criou um conjunto de práticas terapêuticas que são fundamentais no âmbito dos cuidados de saúde em Portugal E é tal facto que exige — e registo que parece haver um acordo geral na Assembleia sobre isso, e ainda bem — que se abra um processo legislativo de regulamentação destas medicinas não convencionais

E preferirei continuar a chamar-lhe medicinas, embora admita que há um conjunto de práticas terapêuticas muito diversificadas neste contexto, até por uma questão histórica O que hoje chamamos medicinas não convencionais foram as medicinas convencionais quando uma não convencional, a que hoje chamamos ortodoxa ou científica, se veio a afirmar e acabou por predominar

Há um pluralismo nestas práticas terapêuticas e medicinais que importa reconhecer, porque em ambos os casos — num regulamentado, disciplinado, ordenado do ponto de vista deontológico e científico, e noutro ainda por fazer, pelo menos em Portugal —, existe uma experiência clínica profunda e uma grande dedicação que importa utilizar nestes cuidados fundamentais

É por isso que não falta no projecto de lei nem o critério para as escolher, porque se trata de mandatar uma comissão que recolhe a experiência já desenvolvida a partir da comissão que aqui foi citada por todas as bancadas, a comissão nomeada há alguns anos atrás no âmbito do Ministério da Saúde, e trata-se, sobretudo, de fazer uma diferença em relação a esse processo, tendo sido essa diferença sugerida pelo Prof David Paiva e pela comissão a que presidiu.

Trata-se de integrar um esforço de consensualização e de definição das associações destas medicinas não convencionais nesta regulamentação, não se trata de aceitar todos os profissionais, trata-se de estabelecer critérios claros que permitam, de uma forma legítima, perante o País e perante esta experiência, em colaboração com tais associações, certificar o que tem de ser certificado e que não pode ser ignorado.

É por isso que não se pode repetir o que aconteceu em relação à homeopatia, que 22 anos depois de uma directiva comunitária, foi transposta para o regime jurídico português com erros, como foi aqui citado, e bem, tomando por produtos aquilo que a directiva comunitária tratava como medicamentos Hoje, o Parlamento Europeu sugere que isto seja revisto, para uma generalização deste princípio da participação e deste princípio geral de organização

Por isso, creio que podemos regozijar-nos se, no fim deste debate, for aberto este processo legislativo que é tão importante, tão urgente, tão necessário e que se impunha na Assembleia da República

O Sr Presidente — Srs Deputados, chegámos ao fim dos nossos trabalhos de hoje. A próxima reunião plenária terá lugar amanhã, pelas 15 horas. Haverá período de antes da ordem do dia e da ordem do dia constará a discussão, na generalidade, do projecto de lei n.º 140/VIII, do projecto de lei n.º 157/VIII e da proposta de lei n.º 27/VIII.

Está encerrada a sessão

*Eram 19 horas e 10 minutos*

*Entraram durante a sessão os seguintes Srs Deputados*

Partido Socialista (PS):

Alexandre António Alves Chaves  
Luis Afonso Cerqueira Natividade Candal  
Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta

Partido Social Democrata (PSD)

Arménio dos Santos  
José Luís Fazenda Arnaud Duarte  
Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva

Partido Comunista Português (PCP):

Maria Luisa Raimundo Mesquita

*Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:*

Partido Socialista (PS):

António Bento da Silva Galamba  
João Cardona Gomes Cravinho  
Júlio Francisco Miranda Calha

Partido Social Democrata (PSD):

Ana Maria Martins Narciso  
Joaquim Martins Ferreira do Amaral  
José de Almeida Cesário

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL

# DIÁRIO da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, 10\$00 (IVA incluído)

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República

**PREÇO DESTE NÚMERO 400\$00 (IVA INCLUIDO 5%)**

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1099-002 Lisboa